

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARA-
DOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

CLÁUDIA BERNADETE VEIGA DE ALMEIDA

O escravo: entre a identidade caboverdiana e a literatura
européia.

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARA-
DOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

*O escravo: entre a identidade caboverdiana e a literatura
européia.*

Cláudia Bernadete Veiga de Almeida

Dissertação de mestrado apre-
sentada à Comissão de Pós-
Graduação da Faculdade de Fi-
losofia, Letras e Ciências Hu-
manas da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do título
de Mestre em Estudos Compara-
dos de Literaturas de Língua
Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Garmes

Para minha mãe,

autora remota
de tudo o que faço,
e de tudo o que sei

A meus filhos

continuadores compulsórios
do legado que lhes deixarei.

Agradecimentos

A meu orientador, Prof. Dr. Hélder Garmes, pela paciência, boa vontade, dedicação e amizade no decorrer deste projeto.

A todos os professores que contribuíram, dividindo comigo seus conhecimentos.

A toda as pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram na elaboração deste trabalho.

A meus irmãos, tão responsáveis por toda a minha formação, já que, auxiliares constantes de minha mãe, serviram-me, sempre, como apoiadores insubstituíveis.

À minha irmã Vera, visão antecipada e desbravadora de caminhos.

Aos demais familiares, pelo incentivo e apoio.

A meus filhos Paula e Bruno, pelo amor e compreensão.

À amiga Noely, pelo constante apoio, incentivo e ajuda, desde o início desta jornada.

Ao amigo Adalberto, pelas longas e esclarecedoras conversas.

Ao também amigo Ademir, pela boa vontade e auxílio.

À bolsa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que possibilitou a realização deste projeto.

RESUMO: O romance *O Escravo* (1856), escrito por José Evaristo de Almeida, português radicado por algum tempo em Cabo Verde, traz marcas do contexto histórico e cultural daquela colônia portuguesa em meados do século XIX. Este estudo busca demonstrar que o romance vai além da caracterização genérica do arquipélago, e procura delinear literariamente uma identidade caboverdiana. Essa abordagem, identitária, tem por parâmetros, estéticos e de valor, não apenas o contexto literário e de idéias português, mas o contexto maior do debate europeu acerca da escravidão e da raça, com destaque para um diálogo intertextual privilegiado com o romance *Bug-Jargal* (1826) de Victor Hugo.

PALAVRAS-CHAVE: Cabo Verde, miscigenação cultural, tráfico escravo português, expansão portuguesa, mestiçagem, literatura e escravidão

ABSTRACT: The novel *The Slave* (1856) written by José Evaristo de Almeida, a Portuguese who settled for a long time in Cape Verde Islands, brings traces of cultural and historical context from that Portuguese settlement in the middle of the 19th century. This literary production aims to show that the novel goes beyond a generic characterization of the Archipelago. Moreover, it also aims to represent, through the literary field, an identity pertinent to Cape Verde Islands. This identity approach shows, through aesthetic parameters and values, not only the literary context and Portuguese ideas, but also the larger context of European discussion about slavery and race, emphasizing an intertextual dialogue in Victor Hugo's novel, *Bug Jargal* (1826).

KEYWORDS: Cape Verde, cultural miscegenation, slave trafficking, Portuguese, Portuguese expansion, fusion, literature and slavery

SUMÁRIO

Introdução	7
O arquipélago de Cabo Verde e o romance <i>O Escravo</i>	9
1.1. Europeus e africanos em Cabo Verde	9
1.2. Uma população mestiça	13
1.3. O idioma, também mestiço	18
1.4. A tradição literária caboverdiana	20
1.5. <i>O Escravo</i> : identidade caboverdiana e escravidão	33
1.6. Crioulo caboverdiano	34
1.7. Escravidão	37
O romance <i>O Escravo</i> , de José Evaristo de Almeida.....	49
2.1. O romance <i>O Escravo</i> , na literatura portuguesa.....	49
2.2. O tempo do romance	52
2.3. A trama	53
2.4. Sobre o texto	61
2.5. Tempo histórico.....	66
2.6. O espaço no romance.....	69
2.7. O narrador e a representação de negros, mestiços e brancos	72
2.8. A polissêmica identidade do romance <i>O Escravo</i>	75
Identidade caboverdiana, escravidão e intertextualidade.....	79
3.1. Victor Hugo e <i>O Escravo</i>	79
3.2. <i>Bug Jargal</i>	83
3.3. O romance <i>Bug Jargal</i> e a história.....	92
3.4. Os romances <i>Bug Jargal</i> e <i>O Escravo</i>	99
3.5. <i>O Escravo</i> entre Cabo Verde e a França.....	101
Considerações finais	102
Apêndice: O poeta José Evaristo de Almeida	105
Bibliografia.....	112

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem, como objetivo, demonstrar que o romance *O escravo* almeja forjar e delinear literariamente uma identidade caboverdiana. Isto porque, através da análise do contexto histórico e literário do arquipélago, nota-se que a obra dialoga com temas que estavam em voga na literatura europeia, como os da escravidão e da raça, tendo por relação intertextual privilegiada, o romance *Bug-Jargal*, de Victor Hugo. O texto valoriza os aspectos africanos da identidade caboverdiana, desqualificando o europeu colonizador. Todavia, isto é feito a partir de uma perspectiva eurocêntrica. O estudo do romance de José Evaristo de Almeida foi feito na busca de compreender esta ambivalência discursiva.

O trabalho está dividido em três capítulos dos quais, o primeiro, assenta-se no estudo da população presente no arquipélago, abrangendo o período entre o povoamento e o século XIX, no qual está situado o romance. Aqui, busca-se demonstrar, brevemente, como ocorreu o encontro entre europeus e africanos naquele arquipélago, o que deu origem à forte mestiçagem que passou a caracterizar a população local. Comenta-se o uso do idioma crioulo no interior da narrativa, suas implicações e possíveis finalidades. Faz-se breve estudo sobre a escravidão, na tentativa de compreender sua representação dentro do romance. Também é abordado um pouco do histórico econômica das ilhas, no intuito de delinear o lugar que o tráfico de escravos ocupou, em sua dinâmica. Finalmente, busca-se registrar a tradição literária do arquipélago, percorrendo-se desde as primeiras manifestações literárias jesuíticas até a implantação da imprensa, o que modifica o panorama literário de Cabo Verde, a partir do século XIX.

O capítulo dois trata do diálogo entre *O escravo*, a história colonial do século XIX em Cabo Verde e o Romantismo, em Portugal. Aqui, vão registradas as marcas do tempo histórico, representado pelas revoltas que ocorrem na colônia, assim como pelas lutas entre liberais e absolutistas, na metrópole. Também se observa o quanto o romantismo de José Evaristo de Almeida está eivado de rasgos realistas, especialmente na descrição dos costumes e tradições caboverdianas. Nota-se, ainda, a postura do narrador

do romance, que se revela crítica em relação à realidade escravista local, já que delinea o perfil das personagens a partir de forte juízo de valor, implacável com o oportunismo do colonizador português. O capítulo segue abordando o romance, do qual se faz o estudo dos temas centrais, reputados como a identidade caboverdiana e a escravidão.

O capítulo três tem início através de breve estudo sobre o romance *Bug Jargal*, de Victor Hugo, procura-se entender o diálogo intertextual travado com *O escravo*.

As considerações finais trazem a tentativa de consolidação do estudo percorrida pelos três capítulos, ressaltando o quanto o romance estabelece diálogos distintos com a identidade caboverdiana, de um lado, e com a literatura e cultura européia, de outro.

No apêndice faço uma análise do poema *Epístola*, também de José Evaristo de Almeida, e que funciona como subsídio para a construção do perfil literário do escritor. Vale lembrar que, além de *O escravo*, esta *Epístola* é a única outra obra hoje conhecida de José Evaristo de Almeida.

Capítulo 1

O ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE E O ROMANCE *O ESCRAVO*

1.1. Europeus e africanos em Cabo Verde

O romance *O escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida, retrata a sociedade caboverdiana em meados do século XIX. Para que se possa compreender em que contexto histórico-social o romance está inserido, é necessário que se faça, aqui, pequeno resumo histórico do que se passou com aquele arquipélago entre a chegada dos portugueses e o momento de concepção do romance, na busca de possibilitar melhor entendimento do que será tratado posteriormente.

Situado na zona equatorial do oceano Atlântico, na África, a 500 quilômetros da costa do Senegal, o arquipélago de Cabo Verde é formado por dez ilhas de origem vulcânica. Santiago, a maior delas, concentra 50% da população. Seu território é árido, e as secas, duradouras, o que prejudica a agricultura.

Cabo Verde foi colonizado, a partir de 1462, por Portugal que, posteriormente, valeu-se da localização das ilhas para utilizá-las como escala, nas viagens para a América. Não havia, ali, abundantes e significativas riquezas naturais, sendo que “o maior trunfo deste pequeno arquipélago foi a sua capacidade de desempenhar um papel activo nas redes de troca e de circulação entre diferentes espaços, climas e civilizações” (SILVA, 1995, p. 1).

Antes da chegada dos portugueses, “as ilhas não eram habitadas, apesar de algumas hipóteses contrárias” (GOMES, 1993, p.23). Para o povoamento, aconteceram incentivos da Coroa, que intencionava desenvolver e manter, ali, ponto estratégico para suas atividades comerciais e expansionistas.

Devido à sua posição geográfica e não só para a continuidade dos descobrimentos, mas também para assegurar o comércio na costa africana e as expedições às Índias Ocidentais e América, o arquipélago foi aproveitado, também, como entreposto no comércio de escravos. A feitoria de Santiago de Cabo Verde foi, até o aparecimento de São Domingos do Cacheu, ao final do século XVIII, a feitoria portuguesa, de África, utilizada pela metrópole para controlar o comércio com a costa africana.

Segundo informa Antônio Correa Silva, o Arquipélago de Cabo Verde despertou particular interesse da Coroa devido à sua localização próxima à costa africana, por "proporcionar incursões rápidas e seguras aos mercados, e simultaneamente, distante a ponto de impedir possíveis ações ofensivas dos poderes africanos" (SILVA, 1995, p.3).

Os acordos feitos com os líderes locais nem sempre eram cumpridos, gerando contendas entre as partes. Uma delas, já no século XIX, é mencionada no romance aqui analisado, quando o narrador explica que a ausência do pai de Maria – heroína do romance - ocorria por este se encontrar em diligência na Guiné, contra os gentios de Geba.

Tais fatores fizeram com que o Arquipélago, desde o século XV, passasse a desempenhar importante papel no processo de expansão marítima do comércio português com a costa africana. Assim sendo, percebe-se claramente a importância da ocupação de Cabo Verde para os interesses da Coroa que, a princípio, incentivou o povoamento, cedendo benefícios aos colonizadores. Mas que, em contrapartida e pela obrigatoriedade de escala no arquipélago, permitia a cobrança de tributos.

O interesse de outras potências, como França, Inglaterra e, posteriormente, Holanda, no comércio que se desenvolvia na costa africana, não pode ser esquecido, já que estes países passaram a concorrer acirradamente com Portugal, tanto no comércio de escravos quanto no de mercadorias em geral.

O fato é que a presença destes concorrentes comprometeu o crescimento econômico dos portugueses, que não possuíam poder militar suficiente para impor sua força e controlar a região entre o Arquipélago e a costa africana. Como decorrência disto, diversas pilhagens a navios portugueses

ocorreram, desestimulando os moradores à arriscada aventura comercial com a costa.

Para contornar tal situação, a Coroa, que inicialmente incentivou o morador concedendo privilégios, transfere o trato negreiro, a partir da segunda metade do século XVI, para companhias particulares, que representam maior rentabilidade e menor risco, limitando as vantagens dos moradores de Cabo Verde.

Assim sendo e lentamente, o comércio passa a ser feito diretamente da costa. Já no final do século XVI, os portugueses criam a feitoria de Cachéu, na Guiné-Bissau, limitando sua ação comercial à costa e aos rios, com “um tipo de comércio itinerante” (CARREIRA, 1982, p. 26), e não avançando para o interior do continente.

As mudanças ocorridas no decorrer dos séculos, entretanto, abalaram diretamente o arquipélago de Cabo Verde, que sofreu com a ausência dos navios que, antes, lá paravam para abastecer e pagar tributos à Coroa portuguesa, vez que o movimento comercial sempre foi a maior fonte de renda das ilhas, não muito propícias à agricultura.

A dificuldade com a seca e com as invasões de piratas, além das fugas de escravos, acabou por fazer com que a população se dispersasse para o interior das ilhas, formando povoados que produziam, apenas, agricultura de subsistência.

A partir de então, e principalmente durante o século XVII, a organização econômica divide-se em grandes propriedades e minifúndios, ambos com baixa produtividade, causada tanto pela seca quanto pela pobreza do solo, além da escassez da mão-de-obra. Ressalte-se que esta escassez agravou-se com o enfraquecimento do tráfico e as fugas de escravos, além da recusa dos libertos em trabalhar para os grandes proprietários.

As dificuldades encontradas pelos grandes proprietários para cultivar suas terras, contribuiu para o processo de desagregação das mesmas, que passaram a ser trabalhadas por rendeiros e em pequenos lotes, de forma que, “em meados do século XVIII o fracionamento dos morgadios é notório” (HERNANDEZ, 2002,51). Isto culmina com sua extinção, em 1864.

A decadência econômica, a desagregação das estruturas das grandes propriedades, a intensificação dos conflitos sociais, os períodos de seca, somados às mudanças no ambiente internacional, são fatos que fazem parte do contexto da sociedade de Cabo Verde do início do século XIX, época em que o romance aqui analisado está ambientado.

Nem a agricultura nem o comércio eram negócios prósperos em Cabo Verde neste período, em que os principais produtos de exportação eram de apanha, como a "urzela, que não constituía receita da colônia por ser exclusivo da Coroa" (ESTEVÃO, 1998, 176).

Economicamente também tinha importância a extração, como a do sal destinado ao mercado brasileiro, além de algumas panarias e aguardente, exportadas para a Guiné. Quanto ao milho, destinava-se à Madeira e Canárias. Peles e couros eram exportados para os Estados Unidos, animais vivos para as Antilhas e a costa africana. Gêneros diversos abasteciam navios que ali aportavam. Todavia, "já não se vivia o mesmo dinamismo do 'comércio antigo'" (ESTEVÃO, 1998, 176).

Quanto às atividades industriais, resumiam-se à supracitada produção de panos, aos produtos da cana-de-açúcar (aguardente, açúcar e melão), aos couros, peles e anil. Mas esta atividade era prejudicada pela falta de mercado interno, pela inexpressiva procura do mercado externo e pelas dificuldades com a agricultura, o que limitava a matéria prima.

Mesmo com todos estes obstáculos, a agricultura passou a ser a principal atividade econômica do arquipélago, apesar do "tráfico e a importação de escravos seguirem até a segunda metade do século XIX" (ESTEVÃO, 1998, 195), devido à considerável movimentação associada aos traficantes de Cadiz e de Sevilha, entre 1815 e 1842: "Estes tinham despertado o interesse dos negociantes de Santiago, que se sentiam atraídos pelo facto de o tráfico clandestino para os domínios espanhóis ser lucrativo e bastante facilitado pelas autoridades" (ESTEVÃO, 1998, 195).

Todavia, no balanço geral, o quadro social e econômico das ilhas, durante a primeira metade do século XIX, é desolador.

À época, a sociedade local acolhia três grupos: o branco proprietário, o negro livre e os mestiços; estes, também proprietários, são muito bem representados no romance de José Evaristo de Almeida.

É neste ambiente que a pouca produtividade na colônia, sempre acompanhada pelo constante abandono por parte da metrópole portuguesa que, nesta altura, passava por períodos de crise interna, com disputas entre liberais e absolutistas, toma corpo.

Como decorrência, as dificuldades enfrentadas pelos caboverdianos dão origem à emigração, “fenómeno permanente na história da sociedade cabo-verdiana” (ESTEVÃO, 1998, 185), porque, iniciada com a presença dos baleeiros americanos, encontra continuidade com o recrutamento de mão-de-obra para as roças de São Tomé, durante a segunda metade do século XIX. Isto intensifica o processo. Vale lembrar que este recrutamento ocorre em regime de emigração forçada, o que impede que os emigrantes atinjam o mesmo grau de evolução econômica que aqueles que foram para os EUA.

Podemos constatar, portanto, que o pano de fundo do romance aqui estudado, é a sociedade em formação, que enfrenta inúmeras adversidades e conflitos, sendo que o autor representa, no texto, vários dos problemas então existentes.

1.2. Uma população mestiça

Sabemos que a colonização portuguesa, tanto em África quanto no Brasil, foi feita por pessoas que se dispuseram, voluntária ou involuntariamente, por incentivo da Coroa ou por outras razões, a desbravar novas e insalubres terras.

Como nem sempre houve contingente humano suficiente e disposto a enfrentar as dificuldades presentes nesta tarefa, enviou-se também, para estas colônias, muitos degredados; o que difere do modelo britânico, que destinou famílias constituídas para suas colônias americanas, com o intuito de construir e povoar o Novo Mundo.

Além do europeu, degredado ou não, é importante registrar a presença maciça do povo africano. Expatriado como escravo para trabalhar nas

colônias, a mão-de-obra cativa foi extremamente importante no processo de constituição da população local.

Isto porque a cultura de não-trabalho braçal do branco, atrelada a todos os seus hábitos e costumes, implicou, necessariamente, na profusão de escravos. Portanto, o negro cativo esteve presente em todos os âmbitos produtivos, desde o trabalho doméstico até a agricultura e a pecuária. Isto, tanto em Cabo Verde como em qualquer das demais colônias portuguesas.

Durante a primeira metade do século XIX, época em que se ambienta o romance aqui abordado, a população de Cabo Verde, passando por transformações, ficou composta, em sua maioria, por negros livres, havendo mestiços e brancos em menor número, como pode ser observado no quadro abaixo¹:

QUADRO 2
População segundo grupos raciais e a condição livre-escravo

	1731 (1)		1807 (1)		1900 (2)	
	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL	30 397		58 431		147 424	
Branco	785	2,6	1 752	3,0	3 856	2,6
Mestiços	8 859	29,1	24 250	41,5	94 639	64,2
Negros	20 753	68,2	32 429	55,5	48 929	33,2
livres	15 521	51,1	27 290	46,7		
escravos	5 232	17,2	5 139	8,8		

Fontes: (1) A. Carreira, "O primeiro censo da população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731)", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 13 (1984). (2) Eduardo Brito "A população de Cabo Verde no século XX", in *Boletim Geral do Ultramar*, 39, 1963.

É neste período que acontece o declínio do antigo regime colonial, estabelecido no início do povoamento. Foram vários os fatores que contribuíram para as transformações ocorridas na sociedade caboverdiana; mas o crescimento da população livre e a desestruturação da sociedade escravagista, são aspectos que devem ser particularmente considerados, neste contexto; especialmente o intenso movimento abolicionista.

¹ retirado da *Nova História da Expansão Portuguesa*, p. (193) coordenado por Valentim Alexandre Dias e Jill Dias.

Além disto, há que se considerar as proibições e sanções acordadas entre Portugal e Inglaterra, o que também pressionava o sistema vigente, empurrando-o para o desmoronamento da antiga estrutura; principalmente no tocante ao tipo de mão-de-obra explorada no arquipélago.

As alforrias e a mestiçagem começaram cedo, crescendo lentamente nos séculos seguintes. Como decorrência, a população escrava reduzia-se, enquanto crescia a população livre: em 1731, os libertos já eram maioria, representando 51,1% da população, e os mestiços, que anteriormente representavam algo em torno de um quarto da população, atingem mais de 90% já na primeira metade do século XIX!

A evolução demográfica de Cabo Verde sempre esteve atrelada aos fluxos de entrada e saída de escravos, de portugueses e estrangeiros, além do crescimento da população local, sempre flagelada por crises de fome e mortandade; como exemplo, na primeira metade do século XIX, houve grande crise causada pela seca iniciada em 1810: neste período, a população sofre redução de 11,8% em relação a 1807.

Os anos de 1831 a 1833 assistem à maior crise do arquipélago, o que leva à redução de 62,4% na população local: neste período, os caboverdianos, desassistidos pela metrópole, são socorridos por navios americanos, que freqüentavam o arquipélago.

Tais navios, baleeiros americanos, tiveram grande importância em Cabo Verde, pois lá aportavam, durante o período de caça à baleia, recrutando mão-de-obra local, prática que deu início ao processo de emigração para os Estados Unidos, o que passou a ser parte importante da história de Cabo Verde; cabe acrescentar: além da força de trabalho, os navios participavam do comércio, trazendo mercadorias para venda nas ilhas.

Ressalte-se que, entre si, as ilhas apresentam particularidades, similitudes e diferenças, em vários aspectos: cada uma tem suas particularidades quanto à ocupação da terra, à relação de trabalho, à economia e à composição social.

A seguir, pequeno resumo de algumas de suas particularidades, interessantes para a compreensão de cada uma delas.

A ilha de *Santiago* é a mais importante do arquipélago, e nela se en-

contra a capital do país. A sede do governo que, no início do povoamento, ficava do porto de Ribeira Grande, foi transferida para a vila da Praia em 13 de dezembro de 1769, que foi elevada à categoria de cidade em 1858. Lá está a atual capital da República de Cabo Verde. É a partir desta ilha que o povoamento foi iniciado, já que as demais foram sendo povoadas mais lentamente.

No início, os moradores de Cabo Verde, então praticamente concentrados em Santiago, recebem privilégios como incentivo, de forma que, ali, está a maior concentração de terras nas mãos de um “reduzido grupo” (HERNANDEZ, 2002, p. 25), que passa a controlar os setores de navegação, indústria artesanal e comércio, principalmente de escravos.

Até o ano de 1647, o Porto de Ribeira Grande era o principal entreposto de escravos da Coroa; depois disto, os navios passam a fazer o comércio diretamente da costa da Guiné, levando ao declínio aquele porto.

A ilha do *Fogo* começa a ser povoada no final do século XV, apresentando processo de crescimento similar ao de Santiago, da qual depende administrativamente até o final do século XVII.

Alguns gêneros de subsistência e o plantio da purgueira são freqüentes nesta ilha, além do plantio do algodão. Ali há, também, a agropecuária, a criação de cavalos, vacas, cabras e ovelhas, a produção de couro e sebo, produtos que eram destinados ao comércio de escravos realizado com sociedades africanas localizadas entre o rio Senegal e Serra Leoa, além do comércio com o Reino de Castela e as ilhas do Atlântico.

A ilha *Brava* foi habitada, até meados do século XVII, por negros libertos do Fogo e de Santiago. Obteve crescimento expressivo a partir de 1680, quando um terremoto destruiu fazendas na ilha do Fogo, levando proprietários a se estabelecerem ali. A população desta ilha é a mais branca do arquipélago, já que “formada em sua maioria por brancos nascidos no continente europeu e na ilha da Madeira” (HERNANDEZ, 2002, p.29). Predomina, ali, a pequena propriedade e o plantio de algodão, milho e purgueira, juntamente com a agropecuária.

Maio foi povoada, na última década do século XVI, por pastores e caçadores, que passaram a criar gado e plantar algodão. O povoamento efeti-

vo acontece no final do século XVII, com a exploração do sal. A população da ilha era composta por homens livres por lei e por auto-alforriados, que obtiveram pequenas propriedades como foreiros.

Em *São Nicolau*, há registros de que o povoamento tenha se iniciado em dezembro de 1461. No entanto, o crescimento efetivo somente acontece no século XX. A população predominante é mestiça, e vive em pequenas propriedades, como foreiros, sesmeiros ou rendeiros.

Boa Vista tem, no final do século XV, pequena criação de gado, além de plantação de algodão. Porém, o povoamento efetivo acontece por volta de 1650, estimulado pela descoberta do sal natural. A partir de então, passa a exportar, para a indústria têxtil inglesa, pequena quantidade de algodão e tintas, extraídas da urzela.

Na primeira metade do século XIX, é grande o comércio de sal com o Brasil, o que leva a ilha a tornar-se, economicamente, a mais importante de todas, neste período. Quanto à população, "São muitos os brancos em Boa Vista, originários da Inglaterra, de Portugal, da Itália, de Castilha, da França e de Flandres" (HERNANDEZ, 2002, p.31).

A escravidão também foi bastante expressiva nesta ilha, tanto que, ainda no século XIX, é lá que se encontra o maior número de escravos de Cabo Verde.

Em *Santo Antão*, o processo escravista é pouco expressivo. Predomina, ali, a monocultura de exportação, concentrada no café, na cana, na banana e no algodão. Após a morte dos primeiros donatários, no final do século XVII e início do XVIII, a terra é dividida entre várias famílias, sendo beneficiados os habitantes mais pobres e os ex-escravos, que passam a trabalhar "segundo concessão de direito de uso e fruição, condicionada a seu aproveitamento num prazo preestabelecido e mediante pagamento de uma taxa anual" (HERNANDEZ, 2002, p. 32).

No entanto, em meados do século XIX, com a chegada de imigrantes judeus, o quadro sofre alterações, já que estes acabam se apropriando da maioria das terras locais, levando os pequenos proprietários rurais a se tornarem apenas trabalhadores ou parceiros.

São Vicente é descoberta antes de 1465, mas só em 1795 um propri-

etário abastado da ilha do Fogo ali se estabelece com seus escravos, iniciando o efetivo povoamento. Ilha de população reduzida, não apresenta boas condições para a agricultura, devido à falta de chuva e a ventos muito fortes.

A pequena produção é voltada para o mercado interno. Recebe produtos, como aguardente, milho e feijão, de outras ilhas. Até por volta de 1852, a ilha é marcada pela precariedade. Então, é desligada, administrativamente, de Santo Antão. Nos anos posteriores, torna-se depósito de carvão de pedra, concentrando atividades em torno do comércio da navegação a partir do Porto de Mindelo, que é o principal da ilha. Este comércio favorece o desenvolvimento e o crescimento da população.

1.3. O idioma, também mestiço

A definição de mestiçagem nos remete ao conceito de raça: segundo o dicionário Houaiss, é a miscigenação entre pessoas de raças diferentes. Atentamos para o fato de que estes termos devem ser tratados com o cuidado de não nos fazer cair na contradição de que existam grupos, ou raças, considerados puros. Não compartilhamos das teorias racistas que, para justificar a exploração dos africanos, foram muito utilizadas no final do século XIX. No entanto, devemos tratar do tema com olhar atual, no qual estão claras todas estas mazelas. Isto posto, o encontro do europeu com o povo africano e as trocas ali acontecidas, serão assim aqui tratados.

Desde o início da colonização, o colonizador passa a explorar sexualmente as escravas, formando um grupo novo de pessoas que transitam entre os dois povos: os mestiços. Estes mestiços fazem a ponte, nem sempre pacífica, entre as culturas, que ali se chocam e se moldam.

É importante lembrar que a mestiçagem, em Cabo Verde, também não aconteceu de forma pacífica e cordial, mas em decorrência da escassez de mulheres brancas e do freqüente abuso do homem branco em relação às mulheres negras escravas. O mestiço, resultado destes encontros, passa a transitar entre colonizado e colonizador, ocupando, muitas vezes, papel importante nas relações entre ambos.

Como decorrência, toda a cultura gerada em Cabo Verde é marcada por esta mistura de referências culturais, européias e africanas: a indumentária, a música, as narrativas e os costumes, em geral, definiram-se neste processo de mestiçagem.

Aspecto importante deste processo é o idioma falado em Cabo Verde, o crioulo caboverdiano, cuja formação acontece juntamente com a colonização do arquipélago; ou mesmo antes, com a chegada do português à costa africana; isto porque os contatos estabelecidos com os habitantes locais e, principalmente, via comércio, ao pedir uma forma de comunicação, dá origem aos "línguas", ou seja, aos primeiros tradutores africanos, levados pelos portugueses logo nas primeiras viagens para aprender o português e facilitar a comunicação entre eles e os africanos.

A Provisão de 1792 "oficializou a profissão de língua" (CARREIRA, 1982, p. 52), o que se deu, também, devido aos movimentos de resistência das populações africanas, que teriam dificultado bastante a entrada do estrangeiro em seus territórios. É importante mencionar que os africanos não aceitavam aprender a língua do europeu - nem mesmo o crioulo.

A estruturação do crioulo caboverdiano teve várias razões, sendo a principal delas o fato das ilhas serem povoadas por estrangeiros que, trazendo consigo seus hábitos e idiomas, modificaram, aos poucos, a língua local.

A comunicação do europeu, falando português, com o africano, originário de diversas partes do continente, acontece pelo desenvolvimento do *pidgin*, "uma forma mais rudimentar de comunicação verbal" (CARREIRA, 1982, p. 86) que, depois, evolui para o proto-crioulo, que "corresponde ao aperfeiçoamento do pidgin pelo acrescento de vocábulos e o uso de 'um sistema gramatical mais simples'" (CARREIRA, 1982, p.86).

Só posteriormente acontece a consolidação do idioma, através da ampliação do vocabulário e da utilização "de formas gramaticais correctas e mais complexas do que as utilizadas nas fases anteriores" (CARREIRA, 1982, p.87).

Note-se que o crioulo caboverdiano, atualmente e no arquipélago, é idioma coexistente com o português, convivência esta que deu origem ao

fenômeno chamado diglossia – coexistência de dois idiomas - que seria, segundo Dulce Almada Duarte, “a solução para afirmação literária da personalidade cultural de Cabo Verde” (CANIATO, 1988, p. 296).

Houve maior interesse em preservar e incentivar o uso do idioma caboverdiano durante as lutas de independência: mesmo mantendo o uso da língua do colonizador, deu-se maior importância ao idioma local, possivelmente para manter a identidade e fortalecer os laços para a luta.

Com o fim desta, o fenômeno se expande e, mesmo “que o português seja a língua oficial, o cabo-verdiano passou a utilizar mais o crioulo no seu dia-a-dia, após 1975” (CANIATO, 1988, p. 296).

É talvez com isto em vista, que o Ministro da Educação e Cultura de Cabo Verde, em abril de 1979, observou a necessidade do escritor caboverdiano utilizar, em seus textos, expressões do crioulo, para exprimir “com autenticidade a alma cabo-verdiana” (CANIATO, 1988, p. 296).

1.4. A tradição literária caboverdiana

Há notícias de que, desde o século XVI, havia vida letrada em Cabo Verde. No entanto, seu ensino era “exclusivamente consagrado à formação do clero” (OSÓRIO, 1995, p. 109).

Porém, quando o padre Antônio Vieira esteve nas ilhas, declarou que pode encontrar “clérigos e cônegos tão negros como azeviche; mas tão compostos, tão auctorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos em nossas catedrais” (FERREIRA, 1977, p. 25).

A ausência de escolas oficiais e o analfabetismo generalizado, que predominou, em Cabo Verde, nos primeiros séculos da colonização portuguesa, certamente contribuíram, até fins do século XIX, para a reduzida literatura de que se tem notícia.

É no ano de 1817 que é instalada a primeira escola primária, na Vila da Praia. Uma escola secundária é inaugurada em 1848, na ilha Brava, sendo transferida para Santiago em 1858. O primeiro liceu foi inaugurado em 1860, na Praia. Criou-se, também ali, um Seminário, em 1866.

Houve também, neste período, a inauguração da imprensa, que teve igual ou maior importância para o desenvolvimento literário do arquipélago. Ao lado da imprensa, o ensino exerceu o papel divulgador das produções literárias do arquipélago, apesar de ser limitado à elite e não atingir grande parte da população.

Jornalismo e literatura nascem juntos em Cabo Verde, fato comum nas literaturas de Língua Portuguesa do período do Romantismo. Há maior movimentação na vida cultural do arquipélago a partir de 1842, quando acontece a instalação da imprensa e a publicação do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde*.

Este boletim, que posteriormente passou a chamar-se, apenas, *Boletim Oficial de Cabo Verde*, era utilizado pelo governo para fazer as publicações oficiais. Porém, também trazia publicações literárias, tais como crônicas, críticas literárias, poemas, entre outras obras de teor literário. Note-se que jornalismo e literatura romântica caminham juntos.

Esta publicação, bimensal, era impressa em Boa Vista, na Imprensa Nacional. Comparado aos boletins oficiais das outras colônias portuguesas, “foi talvez o que cumpriu um papel literário mais significativo, quer pela quantidade de matérias literárias publicadas, quer por ter sido o único veículo de escrita daquela comunidade até o final da década de 1870” (GARMES, 1999, p. 282).

Nos anos de “1847 a 1850, o *Boletim Oficial de Cabo Verde* apresentou uma seção literária digna de qualquer periódico lisboeta” (GARMES, 1999, p. 288). Ali, foram impressas duas narrativas, em folhetim, de autoria de Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos, que foi o primeiro a publicar narrativas ficcionais na imprensa cabo-verdiana.

Sérvulo, filho do célebre poeta funchalense Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, com vasta obra publicada em estilo neoclássico, nasceu, possivelmente, na Madeira onde, segundo Francisco Inocêncio da Silva, viveu alguns anos. Publicou *Amor e pátria: drama em quatro atos e sete quadros* (1835), no Funchal. Em Cabo Verde, publicou o conto “A bella virgem do Mondego ou as duas victimas” e o romance *Um filho chorado*, textos

muito marcados pela estética romântica. Apenas o primeiro foi publicado na íntegra, mas ambos

[...] pautavam-se por um romantismo exacerbado, ao modo de um Camilo Castelo Branco, sem, contudo, a mordacidade e a perspicácia dele. Eram histórias redigidas integralmente dentro do ultra-romantismo, passadas em Portugal, sendo que seu valor residia no fato de serem os primeiros textos literários de fôlego publicados originalmente em Cabo Verde, ainda que nada tivessem a ver com a realidade cabo-verdiana. (GARMES, 1999, p. 288)

Ali também foi publicado, em 5 de julho de 1845, no gênero crônica, um texto sobre uma festa de despedida dos funcionários do governo, que estavam de partida para a metrópole. Neste evento, foi lido o texto *Epístola*, de autoria de José Evaristo de Almeida e que será citado neste estudo; o texto homenageia o governador que, então, encerrava seu mandato.

Até 21 de agosto de 1851, publicou-se, neste *Boletim*, além de crônicas e relatos de viagens, literatura ficcional e poesia. As matérias de caráter literário e cultural tinham lugar privilegiado, diferente do boletim convencional, que era marcado pelo caráter legislativo e relatorial. A parte não oficial tomava praticamente toda a extensão do periódico, que se dividia em seções como Variedades, Correspondência, Interior, Exterior etc.. A seção de variedades reaparece em 1858, mas apenas com matéria de interesse agrícola e industrial.

Em 1871, o *Boletim* passou a publicar uma espécie de crônica da semana, com notícias de Cabo Verde e do mundo em geral, de bastante interesse para a história caboverdiana.

Na década de 1880, a crônica perde lugar para a agricultura, visto que havia então, como acontecia mais acentuadamente nas colônias portuguesas do Atlântico e por parte da metrópole, grande preocupação econômica em encontrar uma cultura agrícola qualquer que se adaptasse ao clima de cada região colonial.

É de 1877 o primeiro periódico não oficial: *O Independente*. Dois anos depois há *O Correio de Cabo Verde*, ambos publicados na cidade da Praia.

Nota-se que, nesta época, há forte interesse da sociedade em organizar um ambiente cultural letrado, do qual fazia parte a criação de jornais, associações culturais e bibliotecas, o que assume maior proporção a partir da segunda metade do século XIX; segundo Santilli (1985, p.10), há, em “1858 treze associações recreativas e culturais, como a Sociedade de Gabinete de Literatura (1860) e a Associação Literária Grêmio Cabo-verdiano (1880)”.

Em 1880, surge o periódico *A Imprensa*, que publica diversos textos ficcionais, ambientando suas tramas no arquipélago. Temos aí, certamente, o primeiro grupo de escritores que, sem grande alarde, tratou de incluir a realidade cabo-verdiana em suas obras.

É neste periódico que é publicado, na seção Folhetim, o poema “Vozes d’África”, de Castro Alves, possivelmente a primeira reprodução do texto de um escritor brasileiro em Cabo Verde. Também é ali que aparece o soneto satírico assinado por “D. (Nos Orgãos)” e intitulado “À sombra da laranjeira”.

Em 1881, ano seguinte ao do surgimento de *A Imprensa*, aparece *A Justiça*, também editado na Cidade da Praia. Como proprietário e editor, Luís Frederico de Barros, o mesmo editor de *A Imprensa*. Esta publicação que, possivelmente, veio substituir àquela, mostrou-se periódico político e de notícias, aparentemente com menor espaço para a literatura, sendo que, em sua introdução, trazia por lema a tríade “liberdade, igualdade, fraternidade”. Ou seja: o lema do liberalismo.

Em sua seção de Variedades, publicou-se a crônica “Os malditos – ao meu amigo Luiz Frederico de Barros”, que tematizava o homem que não aceita os dogmas do cristianismo e da civilização, tratando genericamente o tema. Aparentemente, não se endereça a qualquer personalidade específica da comunidade cabo-verdiana.

O *Almanach Luso-Africano* é publicado nos anos de 1894 e 1899, apresentando grande importância no aspecto literário. Editado na ilha de S. Nicolau pelo padre Antônio Manuel da Costa Teixeira, é impresso em Paris, na Typ. Guillard, Aillaud & Cia..

Cite-se que o *Luso-Africano* era uma espécie de sociedade que, além de editar seu almanaque, patrocinava concursos literários e pictóricos para crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, além de organizar um bazar de caridade.

O *Almanach* adquire grande expressão na literatura ficcional e em versos; no entanto, tratava-se de literatura de ocasião (relacionada muitas vezes a datas, eventos, acontecimentos, comemorações, etc.), direcionada ao gosto do leitor. Trazia ele, além de literatura, temas diversos, que podem ser subdivididos em tecnologia, botânica e ciências sociais, sendo, esta última, por sua vez, subdividida em direito, geografia humana, história, costumes e sociedade.

É no *Almanach* que é publicado o texto sobre a escravidão "A escravatura na Africa", denunciando que ainda existiriam cerca de 50 milhões de escravos naquele continente, com conivência da própria Inglaterra, entre outras nações.

Há também outro texto, ressaltando a importância das associações (civis, religiosas, de classe etc.) na educação de um povo e em seu aprimoramento, o que reafirmava a missão da sociedade que publicava o almanaque.

Em artes cênicas, ali se encontra, de autoria de F. Costa, de Lisboa, o artigo "O teatro", que condenava a falta de valores morais nos espetáculos contemporâneos. A moral e os bons costumes eram constantes nas matérias do almanaque.

Também a literatura ficcional e em versos recebia grande interesse e empenho, além de diversos textos reproduzindo o crioulo e outros que o comentavam.

Do Tio Joaquim e de A. da C. (provavelmente o próprio editor do periódico, o padre Antônio Manuel da Costa Teixeira), havia o "Criôlo - Ilha de St. Antão", uma tradução de um artigo do *Almanach de Lembranças* para 1894, página 297, aparecendo breve narrativa, em crioulo e em português.

Os versos eram o gênero preferido dos colaboradores e dos leitores do almanaque.

O *Almanach Luso-Africano* recebia colaborações de portugueses e de escritores de outras colônias portuguesas, como Moçambique, Guiné e Brasil. Possivelmente, circulava por toda a África portuguesa, além de Portugal e Brasil. Sobre a qualidade da literatura deste almanaque, observemos o que diz Hélder Garmes, à pg. 303 de seu estudo já citado:

[...] a qualidade da literatura publicada no *Almanach Luso-Africano* deixava muito a desejar. Primeiro porque, sendo uma publicação anual, reunia um diversificado e qualitativamente pouco homogêneo grupo de colaboradores; em segundo lugar, porque tinha uma orientação marcadamente religiosa, tendo o padre Antônio Manuel da Costa Teixeira como editor e por referência muito provavelmente os almanaques eclesiásticos (ainda que este assim não se denominasse), o que resulta na limitação temática e ideológica dos textos; em terceiro lugar, porque não trazia trabalhos de fôlego, priorizando fragmentos, comentários, notas, quadras de versos, o que (ainda que não necessariamente) acabava por afetar a qualidade do conjunto; e finalmente, em quarto lugar, porque, diferentemente dos semanários, mensários etc., que dialogavam de forma constante com seus leitores, não havia uma busca de empatia entre redator e leitor, mesmo nas crônicas, resultando que muitas das matérias eram excessivamente genéricas e mesmo inconsistentes.

Mas ainda assim pode-se relacionar alguns escritores e escritoras que se destacaram em meio a tal avalanche de textos: assim Adelina Cabral Varella, A. J. d'Oliveira Bouças, Luís Loff Nogueira, Porfírio P. Tavares, A. Vasconcelos Sarmiento e, mesmo, Tio Joaquim e A. da C. (Antônio Manuel da Costa Teixeira), com o crioulo de Santo Antão e com outros textos.

Além desses, José Lopes da Silva, Eugênio Paula Tavares, Antônio Januário Leite e Gestrudes Ferreira Lima, também aparecem na publicação. Quanto a esta última, colaborou também com a *Revista de Cabo Verde*, que aparece somente no último ano do século, 1899.

Ressalte-se que esta *Revista*, como publicação voltada aos problemas cabo-verdianos, e com perfil em que predominava o elemento literário e de ilustração, era publicada mensalmente, e tinha sede na ilha de S. Vicente de Cabo Verde; seu diretor era L. Loff e Vasconcelos; editor responsável, Abílio da Cruz Madeira.

Apesar de inteiramente cabo-verdiana, a *Revista* era impressa em Lisboa, na Imprensa de Libânio da Silva.

Apesar de abrir a publicação com homenagem ao governador João Cesário de Lacerda, propunha-se ela a criticar energicamente os problemas caboverdianos, o que efetivamente acabou por fazer. Tudo leva a crer que, ao menos no início, encontrou apoio no governador, com o intuito de poder contestar os disparates da administração colonial portuguesa.

Já no n. 2, o diretor da revista, Loff de Vasconcelos, viu-se obrigado a publicar "Nosso programma", novo artigo sobre a proposta da revista, justificando por que não iria publicar diversos trabalhos enviados por colaboradores, visto considerar a linguagem empregada e, mesmo, as idéias defendidas em tais trabalhos, fora do programa estabelecido pelo periódico; ou melhor: fora do que ele julgava ser a discussão racional e desapaixonada dos problemas cabo-verdianos.

Quanto à literatura, apresentava-se a seção "Caboverdianos ilustres", publicando biografias de intelectuais como Guilherme A. da Cunha Dantas, e Luís Medina e Vasconcelos. Deste último, praticamente nada se disse, sendo apenas reproduzido um conto de sua autoria.

Já em um dos últimos exemplares da revista, havia interessante artigo de L. A. Evora, intitulado "Duas palavras", que atacava, de maneira frontal, os poetas simbolistas cabo-verdianos, seguidores de Verlaine. Contudo, não dava nome aos criticados, o que revelava que o simbolismo fizera, ali, alguma escola.

Em narrativas ficcionais, temos: um relato de viagem, assinado por L. Loff de Vasconcelos; "Notas soltas de viagem – 1892 – Março – 16"; uma pequena narrativa intitulada "O curandeiro d'aldeia", do mesmo autor e diretor da revista, narrando um caso de cura supostamente acontecido e explicado "cientificamente" por ele; dois trabalhos do então falecido Luís Medina, "Uma pagina do livro do mundo – que vale a grandeza da obra, se não é grande quem a fez?", que narrando, com bastante graça, um episódio de salão que ilustrava a máxima do título, e "Escrivães", abordando as falcatruas da referida classe; um texto de maior fôlego, "Amores d'uma creola", de Antônio de Arteaga, publicado na seção Folhetim, com ação ambientada em Cabo Verde vinha, infelizmente, incompleto.

Segundo Manuel Ferreira (1987, p. 27), o texto foi reeditado em *A Voz de Cabo Verde* (1911). Cita-se ainda outro trabalho de Antônio de Arteaga, "Vinte anos depois".

Em crônicas, teve lugar "Hora mystica", texto de Januário Leite, de Paul, dedicado ao amigo padre Júlio José Delgado, descrevendo o anoitecer; também "À roda de Cabo Verde (Cartas d'un commis-voyageur)", texto de certo Marques, infelizmente incompleto, que comentava a superpopulação de poetas nas ilhas e, assim, aconselhava a um seu amigo. Era esse o único texto literário que apresentava posição mais próxima do realismo português, condenando os excessos poéticos e pugnando por um espírito pragmático. Todos os outros se pautavam pelo romantismo convencional.

O poeta que tinha mais versos estampados na revista era Guilherme Dantas, então morto havia alguns anos. De sua autoria apareceram, ali, os seguintes trabalhos: "Soneto" (Impando de um almoço bem regado), "Resposta - A. C.", "Flor ephemera", "Souvenir - A. Maria D.*", com epígrafe de Alfred de Musset, e "A mademoiselle", traduzido de Alfred de Musset. A presença de Musset remete-nos ao ultra-romantismo francês, e os versos de Guilherme Dantas faziam jus a tal classificação. Seus versos não causavam grande impressão, mas tinham forte apelo romântico.

O curto poema "Resposta" dá tal medida:

Queres por força que eu diga
no que penso, desviando
meus olhares?... Rapariga,
tenho medo... estou pensando...
Tenho medo, sim! E cismo
que minh'alma não se afoite
a perder se n'esse abismo
de teus olhos côr da noite!...

Também uns versos de José Lopes da Silva, "A tarde", dedicados "à mimosa poetisa patricia, mademoiselle Gestrudes Ferreira Lima, de Santo Antão (A proposito d'uma pergunta da mesma, na Praia, em casa do Exmo. Sr. Augusto F. Fructuoso de Barros)", com epígrafe de Byron. De uma "Hu-

milde Camponeza” de Santo Antão, isto é, Gestrudes Ferreira Lima, apareceu “Ao meu inteligente compatriota Viriato Gomes da Fonseca (Distinto tenente d’artilharia)”. De Eugênio Tavares “Esperança”. De Antônio Januário Leite, de Paul, “Horas Mysticas” e “Horas sombrias (Prefacio)”. De um certo A. de A., da cidade da Praia, “A uns olhos”, poema que, apesar de convencional, apresentava-se acima da média. Assinado por Esculapio Africano, tinha lugar uma “Secção alegre”, versos que satirizavam a rivalidade das ilhas pela instalação da luz elétrica. De J. B. Alfama, uma quadra intitulada “O teu olhar”, dedicada “ao meu particular amigo Eugenio Tavares”.

Toda a poesia aqui publicada tinha forte acento ultra-romântico, distante do realismo ou do decadentismo que vigorava em Portugal. Destacava-se a Humilde Camponeza de Santo Antão, isto é, Gestrudes Ferreira Lima, provavelmente a primeira escritora cabo-verdiana.

A revista era combativa, crítica e literária. Se, no aspecto político e social, sua proposta era a de atitude crítica ante os problemas vigentes no âmbito literário, privilegiando a continuidade do estilo das décadas anteriores, e procurando selecionar, dando a conhecer alguns autores de importância para o incipiente meio literário caboverdiano, como Luís Medina e Guilherme Dantas. A polêmica literária e as novas correntes estéticas estiveram longe de seus propósitos.

A seguir, breve biografia de alguns dos autores, para trazer, aqui, o perfil dos escritores que se destacaram nos periódicos oitocentistas de Cabo Verde, alguns já referidos acima e detalhados a seguir.

Eduardo Balsemão, isto é, Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto Balsemão, neto do segundo visconde de Balsemão e sobrinho do marquês de Sá da Bandeira. Nasceu em 1837, em Torres Vedras, Portugal. Esteve como secretário-geral em Angola, de 1866 a 1868. Ocupou, também, o cargo de oficial-mor da Secretaria Geral do Estado da Índia, não se sabe exatamente quando mas, possivelmente, após deixar Angola. Em 10 de setembro de 1877, foi transferido para ocupar o lugar de secretário-geral em Cabo Verde, onde se aposentou. Foi proprietário e editor do periódico *Ultramarino*, e escreveu *Angola - resumida história do governo do conselheiro Francisco Antônio Gonçalves Cardoso* (Luanda, 1871), *A guerra dos Dembos* (Luanda, 1872), *Os portugueses no Oriente, feitos gloriosos praticados pe-*

los portugueses no Oriente, obra dividida em três partes e abarcando o período de 1510 a 1882, publicada em Nova Goa em 1881-1882, e um *Relatório do Governo do Distrito de Damão referido ao ano de 1879*. Atribui-se-lhe também uma *Carta de S. Francisco Xavier*, entre outros trabalhos de natureza burocrática, como observa Mário Antônio (Oliveira, 1990, p. 203) e também o *Dicionário bibliographico*, de Inocêncio da Silva. Era sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Geográfico-Africanos de Luanda. Sabe-se, ainda, que foi presidente da Biblioteca e Museu Nacionais de Cabo Verde e que, com seu trabalho e influência, fez que a biblioteca conseguisse bom acervo, e funcionasse a contento.

Custódio José Duarte escreveu memórias sobre a ilha do Sal. Era delegado da Junta da mesma ilha, e foi citado, por Manuel Ferreira (1987, p. 29), como escritor que angariou prestígio acentuado em Portugal sem, todavia, ter conhecimento de suas publicações.

De *Luís Medina*, além do conto "Uma pagina do livro do mundo – que vale a grandeza da obra, se não é grande quem a fez?", sabemos apenas que deixou grande número de produções, quase todas inéditas, e que era irmão de Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos.

Guilherme Dantas nasceu em 1848, e era mudo. Segundo seus companheiros literários, os poemas que escrevia eram geralmente tristes e sentimentais. Mas, por vezes, também fazia versos satíricos, como ficou demonstrado por aqueles postumamente reproduzidos na *Revista de Cabo Verde*. Manuel Ferreira (1987, p. 27) citou os seguintes textos, em prosa, de autoria do poeta, publicados em *A Voz de Cabo Verde*: "Bosquejos d'um passeio ao interior da ilha de S. Thiago" (1912), "11 contos singelos - Nhô José Pedro ou Scenas da ilha Brava" (1913), "Memória de um pobre rapaz" (1913), "Os intrujões: estudo crítico por Venceslau Policarpo Banana" (1915). Morreu prematuramente em 1888.

O poeta *Antônio Januário Leite* nasceu em 1865, provavelmente em Paul, e morreu em 10 de junho de 1930. Escreveu o livro de poemas intitulado *Expansões d'alma*, de onde retirou os versos que publicou no *Almanach Luso-Africano*. Mas parece que não chegou a publicar tal livro, vez que Manuel Ferreira (1987, p. 30) afirmou que sua obra poética só foi editada pos-

tumamente, em 1952, pela Associação Acadêmica do Mindelo, no volume intitulado *Poesias*, com prefácio de Augusto Miranda. Era ele poeta ultraromântico, ainda que sua métrica e metáforas sóbrias contrastassem com os dramáticos temas que abordava.

Manuel Ferreira (1977) cita a escritora *Antônia Gertrudes Pusich* (1805–1883) e o poeta *Henrique de Vasconcelos* (1875-1924), que deixou vasta obra. A primeira é filha de Antonio Pusich, governador de Cabo Verde, e escreveu o livro *Biographia de António Pusich*, publicado em Lisboa em 1872. Manuel Ferreira observou que ela angariara prestígio e citou diversos de seus livros, de poesia e de prosa, publicados em Lisboa e em Coimbra. Teria algum vínculo de parentesco com os irmãos Sérvulo e Luís Medina Vasconcelos.

Lembramos ainda que, em acordo à literatura sobre o tema, “muitos cabo-verdianos deixaram as ilhas para se estabelecer em Portugal. Muitos publicaram seus textos na metrópole. Outros, que ficaram nas ilhas, escreveram muito e jamais publicaram” (GARMES, 1999, p. 310).

Alguns dos nomes que surgiram no cenário literário do final do século XIX, tornar-se-ão importantes no período que antecede o aparecimento da revista *Claridade*.

Portanto, há que se resgatar e valorizar o trabalho gestacional da literatura Moderna, realizado por esta geração. Estes, que deram o passo inicial em direção à cultura local e em defesa da língua crioula, merecem, com certeza, o reconhecimento das gerações.

Devemos destacar três deles, que “dominaram o panorama literário caboverdiano da época em que apareceu a *Claridade*” (FERREIRA, 1986, XXXIII), são eles: Eugênio Tavares, Pedro Cardoso e José Lopes.

Eugênio de Paula Tavares era funcionário público e, descontente com sua situação, resolveu emigrar para os Estados Unidos da América, acabando por retornar a Cabo Verde. O poema *Triste regresso* comenta este retorno, utilizando o tema reconhecido, pela crítica, como característico da literatura e da identidade caboverdiana: o do ficar e do partir.

Eugênio Tavares nasceu em 5 de novembro de 1867 na Ilha Brava. De sua obra, Manuel Ferreira (1987, p. 27) citou: “A força d’amor: vida cre-

oula na América" (1912), "A virgem e o menino mortos de fome" (1913), "A barca Katleen, drama da pesca da baleia" (1913), "Maldito telegrama" (1914), "Crioula" (1914), todos publicados em *A Voz de Cabo Verde*, sugerindo que haveria ainda outros textos do autor naquela publicação; pode-se incluir, nesta lista, os trabalhos *Amor que salva (santificação do beijo)* (1916) e a coletânea de José Osório de Oliveira, *Mornas – cantigas crioulas* (1932), onde apareceram algumas de autoria de Eugênio Tavares.

Foram as mornas, por sinal, as obras que lhe granjearam fama junto a seus contemporâneos. Poeta bilíngüe, escreveu, sempre, em português e em crioulo cabo-verdiano; segundo Joaquim Duarte Silva, seria ele o autor da primeira poesia escrita em crioulo, "Bárbara, bonita escraba".

Manuel Ferreira (1987, p. 30) afirma que o poeta dotou a língua de Cabo Verde de novos recursos artísticos. Além de colaborar em periódicos cabo-verdianos, consta que também tenha publicado em Portugal. Pelos trabalhos de sua autoria, vistos nos periódicos aqui consultados, pode-se afirmar que escrevia versos com bastante segurança, rima, ritmo e idéia, e com forte acento romântico e idealista.

Na crônica, revelava visão corajosa, progressista e fundamentada, preocupado com questões de base, como a formação letrada do povo cabo-verdiano. Era intelectual e compositor de mornas e canções, além de escrever poesias e exercer atividade político-cultural. Teve dom especial para a prosa. Destacou-se como jornalista, cronista e ficcionista, tornando-se ídolo popular devido às suas mornas. Hoje, é considerado entre os grandes poetas caboverdianos.

Pedro Monteiro Cardoso (1883–1942) é natural do Fogo, funcionário da alfândega. Esteve ausente de Cabo Verde, em Angola, em 1893. Regressando, exerceu o cargo de professor do ensino primário e, depois, em 1928, no Liceu Infante D. Henrique, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente.

Poeta bilíngüe, escreveu em português e crioulo. É autor de importante estudo sobre o folclore de Cabo Verde, e defensor do uso do crioulo. Segundo Manuel Ferreira, seus textos trazem um discurso social e cultural interventivo, ainda que "menos audacioso e menos direto do que o discurso ideológico de Eugênio Tavares" (FERREIRA, 1986, p. XXXVI).

José Lopes da Silva nasceu em 1872, e morreu em 1962. Portanto, percorreu toda a transição da literatura romântica para a literatura moderna, em Cabo Verde. Escreveu *Reflexos occidentaes* (1894), os livros *Jardim das Hespérides* (1929), *Hesperitanas* (1933), *Alma arsinária* (1951), entre outros. Colaborou, também, em diversas publicações periódicas, como *Vida Contemporânea* (1935) e *Cabo Verde* (1952), onde deixou vasto trabalho sobre os autores cabo-verdianos do século XIX (Ferreira, 1987, p. 29). Foi aluno do antigo Seminário – Liceu de S. Nicolau, como Pedro Cardoso, mas foi forçado a interromper seus estudos aos quinze anos de idade. Cultivava a cultura clássica, e escrevia em português.

Eugênio Tavares e Pedro Cardoso, embora tivessem tido ideais de liberdade política na juventude, logo passaram a reivindicar, através da arte, a “condição de caboverdianos portadores de uma cultura específica e, ao mesmo tempo, aceitando a oficial paternidade portuguesa.” (FERREIRA, 1986, p. XXXIV).

Parece que, mesmo em situações solenes, conseguiam evitar o louvor ao Estado Novo, a Salazar e à política colonial, através de homenagens às grandes figuras da escrita e da história de Portugal. Neste aspecto, parece que José Lopes sempre foi o mais resignado dos três.

A tradição literária de Cabo Verde tem, como marco, a publicação da revista *Claridade*, lançada em Mindelo, ilha de São Vicente, em março de 1936. Os fundadores deste importante veículo da literatura do arquipélago na década de trinta do século XX, foram os jovens intelectuais Baltasar Lopes (Osvaldo Alcântara), Manuel Lopes e Jorge Barbosa, que tiveram, como colaboradores, Onésimo Silveira, Aguinaldo Fonseca, Arnaldo França, Corsino Fortes, Gabriel Mariano e outros.

A revista era “moderna, em todos os seus aspectos, vincadamente nacional” (FERREIRA, 1986, p. XIX), tendo como marca registrada a intenção de romper com os modelos portugueses, e seguir em busca das raízes do povo caboverdiano. Assim, “rasga em direção ao futuro o caminho para a independência literária, cultural e, conseqüentemente, política” (FERREIRA, 1986, p.LXXXIV).

A trajetória acima demonstra que aconteceu, em Cabo Verde e durante o século XIX, as primeiras movimentações literárias. Com o surgimento da imprensa, a presença de escolas e de outras instituições que objetivaram movimentar a vida cultural das ilhas, houve a possibilidade de se criar certa elite letrada, que passou a ser divulgada no arquipélago.

Este o contexto literário no qual se insere o escritor do romance analisado neste estudo. Considerando as circunstâncias, percebemos que José Evaristo de Almeida pode fazer parte do grupo que pretendia organizar culturalmente a colônia, voltando esforços para a divulgação da cultura local, fator que permeia a narrativa do romance *O escravo*.

É de se ressaltar que o português José Evaristo de Almeida escreveu o romance que, atualmente, é considerado o primeiro caboverdiano, além de, também, o primeiro de "expressão portuguesa" (SPÍNOLA, 2004, p. 43). A primeira afirmação fundamenta-se na fala do caboverdiano Manuel Veiga, estudioso e atual ministro da cultura daquele país, autor do prefácio do romance ora citado, que foi editado por Manuel Ferreira em 1989. Em um dos trabalhos realizados sobre a obra, afirma ele, nesta fala, que "O Escravo, pois, é um romance caboverdiano e, de acordo com as informações tidas até agora, é o primeiro do nosso percurso literário." (VEIGA, 1994, p. 109)

A relação entre a identidade caboverdiana, a mestiçagem, que caracterizou aquela sociedade, e o contexto histórico-literário do século XIX, é o que nos interessa aqui, na busca de fazer leitura mais fundamentada do romance *O escravo*, de José Evaristo de Almeida. Nossa hipótese é que o romance dialoga com todas estas instâncias. Mas também as transcende, dialogando com o contexto literário internacional.

1.5. O Escravo: identidade caboverdiana e escravidão

Se considerarmos os tópicos que mais evidentemente emergem do texto de José Evaristo de Almeida, como vimos até aqui, teremos que afirmar que os temas centrais da obra são a identidade caboverdiana e a escravidão, social e amorosa. São temas que remetem à realidade colonial de Cabo Verde, ainda que o amor seja um tema mais geral.

Na continuidade do atual capítulo deste estudo, deter-nos-emos na análise destes dois temas.

Todavia, há que se verificar, também, o grau de intertextualidade de *O escravo* com o romance *Bug Jargal*, de Victor Hugo, obra muito conhecida no século XIX: a relação intertextual entre estas obras, faz com que o auto-centramento do romance na realidade caboverdiana, ganhe dimensão mais internacionalizada, fazendo com que as reflexões sobre a escravidão e sobre a identidade ali elaboradas, revelem, também, uma visão de mundo mais ampla sobre o lugar do negro e da cultura africana no mundo oitocentista.

1.6. Crioulo caboverdiano

O romance de José Evaristo de Almeida faz uma abordagem geral dos hábitos e costumes do arquipélago de Cabo Verde: descreve a época em que narra a ação, partindo de personagens inseridos na sociedade local, de forma a transmitir a impressão de estarmos sendo apresentados a este cantinho do mundo.

Várias vezes o autor parece estar querendo levar ao conhecimento de seus leitores as particularidades de Cabo Verde, possivelmente para mostrar que ali, aos poucos, vai tomando forma uma cultura própria, capaz de compor a identidade cultural daquele povo novo.

O narrador faz referência ao idioma crioulo, durante um diálogo entre os personagens João e Luiza, no capítulo IV, p. 50. João encontrava-se sentado no muro próximo à janela do quarto de Maria, e a ouvia cantar. Esteve horas meditando, absorvido pelo mudo sentimento que nutria pela jovem. Um suspiro veio confundir-se com o seu, e ele percebeu que não estava sozinho, já que outra das personagens principais, Luiza, também estava ali.

Transcrevo aqui o diálogo que se seguiu entre ambos, e as explicações do narrador sobre o idioma utilizado pelas personagens.

– Quem é bô? (Quem és tu?)

Ninguém lhe respondeu; repetiu a pergunta, e uma voz de mulher proferiu um “é mim” (sou eu) quase imperceptível.

– Mim quem? – replicou João aproximando-se.

– A mim Luiza.

– Tu?!...Mas que fazes aqui a estas horas? Porque deixaste o quarto da senhora? Porém, tu choras? Que é isso, Luiza, quem motiva seu desgosto?

Tudo isto foi dito em crioulo: nós porém não estamos senhores dessa linguagem a ponto de poder referir, no dialecto empregado pelos dois interlocutores, a conversação que vai ter lugar. Sentimo-lo pelo que respeita a Luiza: por quanto algumas das expressões dela não terão no português – que está ao nosso alcance – a força que no crioulo se lhes deve ligar.

Outro exemplo do emprego do idioma caboverdiano no romance acontece durante o batuque, que é descrito pelo narrador no capítulo VI, p. 62, como reunião de escravos. Aqui, não há qualquer expressão citada, mas a explicação do narrador de que o diálogo teria se passado em crioulo. Vejamos:

– Ó Cacilda, os teus convidados demoram-se bem. Isto disse em crioulo fundo a voz áspera de um escravo, com evidentes sinais de enfado.

Dissemos que lamentávamos não saber manejar a linguagem crioula, quando tratamos de reproduzir as frases de Luiza; não nos acontece porém o mesmo no que respeita ao crioulo dos homens. O crioulo passado por femininos lábios toma uma expressão doce, agradável, terna e própria a revelar o mimo, a ingenuidade e a meiguice da alma; porém, nas bocas masculinas, ela – não só perde toda a graça – senão que torna-se ridícula, se acaso com a afectação – o homem busca dar-lhe uma suavidade, que, ainda assim, ele não pode prestar-lhe.

Observamos que os diálogos, no idioma aqui citado, acontecem sempre entre escravos, não com o branco. E, apesar do narrador afirmar que não o domina, percebemos que o compreende. O fato é que ele parece justificar-se por fazer referência àquele que não era o idioma de prestígio.

O narrador esclarece que a frase do escravo foi dita em “crioulo fundo”, explicação que se deve às variantes do idioma, que convivem nas ilhas de Cabo Verde: existe a variante das ilhas de Barlavento, que tem mais

elementos portugueses, já que estas são ilhas mais européias, porque foram colonizadas nos séculos XVII e XVIII. Denomina-se este crioulo como *leve* ou *levinho*, da cidade; já nas ilhas de Sotavento, encontra-se a variante com menos elementos portugueses, porque foram colonizadas antes, no século XV. É o *crioulo fundo* ou *cerrado*, rural².

Voltando à iniciativa do autor de mencionar, em seu texto, a utilização do crioulo, reforça-se a idéia de que seu objetivo é trazer à tona as marcas da cultura local. A intenção de apresentar o idioma caboverdiano é clara, já que o autor faz uso desta linguagem em um romance que terá público leitor bastante específico. Embora seja ele português, escreve, ao que tudo indica, não só para a elite caboverdiana mestiça, mas também para o português da metrópole, onde foi publicada a primeira edição do romance.

Se, por um lado, o emprego do caboverdiano tem origem no interesse romântico pelo exótico, pode-se considerar que o modo como é aqui empregado, também significa um ato de coragem e ousadia, pois surge, no texto, para retratar a especificidade daquela gente, sem que isto implique em rebaixamento.

Como se sabe, o colonizador impunha, ao colonizado, a língua portuguesa, desvalorizando as línguas africanas ou, como no caso, oriundas dos contatos interculturais. O fato de se tratar de idioma ágrafo, reforça a possível intenção de divulgar a especificidade cultural do arquipélago.

Apesar do narrador colocar-se como alguém que não tem total domínio da linguagem utilizada pelas personagens, justifica a necessidade de usá-lo "pelo que respeita a Luiza; por quanto algumas das expressões não terão no português - que está ao nosso alcance - a força que no crioulo se lhes deve ligar" (ALMEIDA, 1989, p. 50).

O valor da iniciativa do autor se consolida pelo fato de alguns intelectuais do período ridicularizarem o uso do crioulo. Segundo António Carreira (1982, p. 71), alguns "opinavam por mera ignorância dos fenómenos sociológicos próprios de estes contactos culturais nas sociedades escravocratas; outros por racismo ou apenas por pura discriminação social e económica".

² Em abril de 1979 aconteceu, em São Vicente, o "Colóquio sobre o Crioulo". Neste encontro, propôs-se a adoção da variante de Santiago como padrão para todo o país. Esta é aquela variedade que se assenta no *crioulo fundo* ou *cerrado*, das ilhas de Sotavento.

Essa postura só se modificou na passagem dos séculos XIX para o XX, com a iniciativa de alguns escritores, que tomaram posição mais positiva em relação ao idioma, tendo, nas mornas de Eugênio Tavares, sua referência mais tradicional.

Pode-se considerar que Evaristo de Almeida, ainda que timidamente, é pioneiro no uso do crioulo na representação literária ficcional, sem que isso signifique desqualificar a postura revolucionária de Baltazar Lopes, que foi quem passou a empregar a língua caboverdiana de forma integrada ao texto, em seu romance *Chiquinho*, de 1947, sem o distanciamento que Evaristo de Almeida revela. Mas isto não muda o fato de que, quase um século antes da publicação de *Chiquinho*, o romance *O escravo* tenha dado pequena amostra do idioma caboverdiano, o que, em algum nível, o legitima, atribuindo-lhe estatuto literário.

O fato é que, no século XIX, o crioulo caboverdiano já estava plenamente elaborado, sendo falado pela grande maioria da população; assim, quando Evaristo de Almeida resolve integrá-lo a seu romance, toma a atitude consciente de retratar uma realidade que, provavelmente, não seria bem vista pela metrópole, cujo interesse, há tempos, estava voltado para a idéia de integração cultural das colônias, em torno da cultura e da língua portuguesas.

1.7. Escravidão

O título *O escravo* nos remete, historicamente, à deplorável prática de desumanização e desculturação, que caracterizou o período colonial. Mais especificamente, àquele período que se inicia com as grandes navegações, e segue até o século XIX.

No entanto, o título do romance abrange mais do que esta questão. A trama, em si, aborda o amor romântico de um escravo por sua bela e jovem senhora, representada como a perfeição física e moral, dentro dos parâmetros do Romantismo. Porém, este amor também se mostra um tipo de escravidão, já que o personagem sente-se preso a ele, não querendo a liberdade física por sentir-se escravo eterno e voluntário deste amor.

No entanto, o autor parece querer mostrar mais do que um simples romance entre duas pessoas. Ao colocar, como casal de protagonistas, um escravo negro e uma mestiça, levanta questões que, apesar de hoje corriqueiras, eram, no mínimo, inovadoras para a época: isto porque, sendo o mestiço o representante típico da alta classe caboverdiana, o que há é a aproximação entre um escravo, negro, e uma representante, mestiça, da elite de Cabo Verde.

Outro ponto a destacar, é o modo como é colocada a questão da escravidão, já que, no romance, a exploração do africano é criticada claramente. Vejamos como João, o escravo, se refere à escravidão implantada pelos brancos, que invadiram territórios africanos, impondo a violência. Demonstra ele ter consciência da argúcia utilizada pela chamada missão civilizadora, que Portugal alegava estar introduzindo junto aos pobres africanos.

[...] maldição sobre aqueles que vêm escravizar-nos, chamando-se humanos, porque – dizem eles – nos livram da morte quando em nossas guerras caímos prisioneiros – sendo aliás certo que essa morte fora o paraíso em relação ao inferno que nos reservam! Chamam-se humanos, e suas mãos mandam o chicote retalhar nossas carnes, como se o sangue que delas corre não fosse igual ao deles! (ALMEIDA, 1989, p. 57)

Se, no trecho acima, há a denúncia da violência embutida na escravidão, em outro momento da trama, a mesma escravidão aparece de forma mais amena, já que o escravo não era tão explorado, e recebia tratamento humanizado. Isto porque, no romance, esta é a situação representada pela história de João que, depois de maltratado pelo irmão mais novo de Maria, foi a ela dado como presente, por seu pai.

Percebe-se, portanto, a franca oposição entre a maneira como foi ele tratado pelo menino, para o qual “era destinado a servir de joguete” (ALMEIDA, 1989, p. 28), sendo constantemente agredido, e aquela, respeitosa, com que Maria o trata.

Logo no início do texto, quando João narra a Maria sua história de vida, explica-lhe que o fato dela ter-lhe ensinado a ler, lhe abrija a mente,

sem, no entanto, lhe abrir nenhuma possibilidade de mudança, já que, mesmo que recebesse a alforria, não poderia ter as mesmas possibilidades daqueles que nasciam livres. Como resposta, a jovem faz um discurso exaltado sobre a condição do escravo e sobre o caráter de João:

– João, não te compreendo: depois que te olhei como meu protegido, parece-me não ter nunca soltado uma expressão que pudesse indicar que eu te considerava na esfera aviltante em que te supões colocado. O homem não tem culpa da condição em que nasceu: as más ações, a ignorância e a maldade, é que deviam torná-lo indigno ante a sociedade. Se esta o não julga assim, não serei eu de certo, que siga o seu exemplo. Teu coração é nobre, tua alma bem formada: pela inteligência é superior a muitos que nasceram livres: mereces pois a minha estima [...] (ALMEIDA, 1989, p. 31)

Pelo trecho acima, nota-se que a senhora tinha, pelo escravo, consideração acima dos padrões da época. O fato é que há, decerto, envolvimento afetivo entre Maria e João, pessoas de origens sociais e étnicas distintas, mas que convivem no mesmo espaço permeado pelas diferenças.

João, sabemos, é apaixonado por Maria. Já o comportamento dela em relação ao escravo, indica o possível amor que ela também sentia por ele. Amor este que transparece no final do romance, quando João, já alforriado, está à beira da morte. Eis como o narrador expõe este amor:

[...] ela já o amava! Amava-o e de maneira, que, se lhe fosse possível arrancar o escravo das garras da morte, ela orgulhosa o apresentara ao mundo, como dono e senhor absoluto do seu coração. (ALMEIDA, 1989, p. 150)

Porém, o amor não chega a se concretizar, porque o ex-escravo morre. Este fato é significativo na narrativa, pois coloca, no horizonte, a possibilidade da união entre um negro alforriado e uma mestiça, livre e bem posicionada socialmente. Mas, naquele momento e ambiente, o autor não permite a concretização desta possibilidade, e o desfecho da trama sugere que a união entre eles não era bem vista pela elite caboverdiana, malgrado a inegável mestiçagem desta.

Por outro lado, a não concretização do amor entre os protagonistas,

leva-nos a refletir sobre as teorias racistas que vigoraram no decorrer do século XIX, dentre as quais algumas que pregavam a miscigenação como forma de revitalização da raça branca, afirmando que a mistura com outras raças favoreceria o homem branco, e o branqueamento seria o destino geral de toda a sociedade humana. Sílvia Romero, por exemplo, adotou estas idéias, em sua reflexão sobre a adaptação dos europeus aos trópicos (CÂN-DIDO, 2003, p. 112).

Como o casal romântico aqui se distancia, significativamente, do referido branqueamento, talvez a chave para o entendimento de sua inviabilidade esteja nesse preconceito, veladamente presente entre aqueles que defendiam o contato e integração entre os europeus e os outros povos.

De qualquer modo, fica evidente a aliança entre negros e mestiços. Em todo o romance, é remarcado o quanto é distinta a maneira como o escravo é tratado pelo mestiço, e o modo como é tratado pelo branco.

Quanto ao tema, merece destaque o confronto entre a família de Maria, toda mestiça e benevolente com seus escravos, e o branco Pimentel, extremamente cruel com sua escrava Júlia, como se verá mais adiante.

No texto de José Evaristo de Almeida, o escravo vem representado pelo herói João, que salva a mocinha, Maria, por quem era apaixonado, de ser raptada por um branco, Lopes, que representa o vilão do romance. Portanto, há clara inversão do padrão geral da época, quando o escravo não era valorizado, mas o era o branco, colonizador.

Por outro lado, torna-se evidente a identificação entre mestiço e negro, tomados como bons, em oposição aos brancos, vistos como maus.

Uma representação positiva do branco, a partir deste livro, só pode ser construída pela dimensão da cultura, já que tudo o que é valorizado no texto, como a escrita, a leitura, o modo de vida e os valores dos protagonistas, associa-se à cultura européia e, portanto, ao branco.

Todavia, a maior condenação que se faz a este é sua postura escravagista, fundamentada na visão racista do mundo. São os abusos cometidos contra os escravos que desqualificam o personagem branco no romance.

À primeira vista, a representação de João, no romance, fornece visão

bastante positiva da escravidão. Porém, logo no início da trama, o diálogo entre ele e Maria possibilita obter-se um panorama da escravidão real ocorrida no arquipélago. Nesta passagem, João assim diz:

– É minha história que eu pretendo contar-vos; a minha história, que começa quando eu tinha apenas nove anos. Nessa idade juvenil, já eu sofria os maus tratamentos a que nesta terra estão condenados os escravos. Tinha sido destinado para o serviço de vosso irmão; e vós sabeis, senhora, quanto eu involuntariamente vos fazia padecer, nas expressões desagradáveis que ele vos dirigia, quando tomáveis a minha defesa, e que vínheis – qual anjo benéfico – tirar-me das mãos de uma criança, cujo gênio – já de natureza arrebatado – não era possível reprimir, em razão da doença que aos oito anos o levou à sepultura. Perdoai, se me remonto a uma época, cuja recordação vos deve ser dolorosa; mas era preciso que vos fizesse sentir que não esqueço, nem mesmo dos benefícios que me progalizastes numa idade, em que esquecem facilmente semelhantes coisas. Era pois, como dizia, um ente destinado a servir de brinquedo a uma criança, que me repetia a cada passo o que ouvia aos demais senhores de escravos: estes negros são uns animais, superiores aos macacos só no falar – o seu mestre deve ser o chicote – a tortura o incentivo para os fazer trabalhar. (ALMEIDA, 1989, p. 28)

A escravidão em África, como se sabe, é anterior à chegada do europeu; porém, é importante lembrar que existe grande diferença entre o tipo de escravidão praticada naquele continente, que em nada difere da adotada, anteriormente, por povos brancos, tais como gregos e romanos, e o que aconteceu a seguir.

Um dos aspectos imprescindíveis à escravidão que antecede o tráfico de escravos patrocinado pelos europeus, é o fato de que o escravo africano era, invariavelmente, resultado de confrontos e guerras entre populações rivais. O objetivo não era econômico. Não se escravizava para explorar a força de trabalho dos que eram capturados, como aconteceu depois da chegada do europeu. Os escravos dispunham de tempo destinado ao trabalho para seu próprio sustento, e podiam constituir famílias. A partir da terceira geração, normalmente, já não eram mais escravos. O pior tipo de escravidão destas sociedades, era a ocorrida em virtude de dívidas: neste caso, a exploração era maior.

Tais esclarecimentos são necessários para que se compreenda a improcedência da justificativa em escravizar-se todo um continente, porque sua população já se escravizava mutuamente, argumento que se mostra totalmente infundado quando confrontado com a realidade exposta por historiadores³!

É importante compreender que o processo fazia parte da estrutura social daqueles povos, sendo diferente do que acontecia com os escravos vendidos para as lavouras do Brasil e da América em geral. É necessário ter isto em mente, para que se possa compreender a escravidão ocorrida durante a colonização, confrontando-a com aquela praticada pelo africano, em seu continente.

Respeitando as peculiaridades de cada situação, compreende-se que, de modo geral, a violência foi a base principal de todo o processo escravista, em todos os tempos e lugares. Mas os destinos dados aos escravos que serviram aos europeus, quer em África, quer quando levados para fora do continente, eram, no mínimo, bem mais dramáticos do que o daqueles que serviram em função de disputas internas.

O fato é que a escravidão representada no romance, é aquela que foi largamente praticada pelos povos que passaram a comprar africanos para trabalhar nas lavouras da América e demais localidades do globo, e que se caracterizou pela excessiva crueldade e extrema exploração.

Como veremos no romance, o personagem João, embora escravo, tem privilégios, porque passa a ser o protegido de Maria, sua senhora, após a morte de seu irmão. Esta, segundo o romance, era jovem, com idéias abolicionistas; basta ver o ela diz a João: "Teu coração é nobre, tua alma bem formada; pela inteligência é superior a muitos que nasceram livres" (ALMEIDA, 1989, p. 31).

No entanto, é em Júlia, a mãe de João, que está representada a versão mais comum da escravidão efetivamente aplicada nesse período: ela foi cruelmente maltratada e abusada por seu senhor, de quem dá à luz um filho, que prontamente rejeitado por ela, por se tratar do filho de seu algoz: "e amaldiçoou, antes de nascer, o ente que alimentava em suas entranhas"

³ por todos e dentre outros, Alberto Costa e Silva, 2008, p. 48.

(ALMEIDA, 1989, p. 72).

Pode-se perceber como os escravos, de modo geral, eram tratados, através do diálogo entre a escrava Júlia e seu dono Pimentel, no qual ele a questiona sobre o filho que ela tivera com Luís, escravo pelo qual ela se apaixonara. Júlia diz a seu algoz: “que prepare os ferros em brasa - ponha de molho o chicote - apronte as cordas” (ALMEIDA, 1989, p. 73). Esta a representação mais correta do tipo de escravidão praticada no período colonial, com raras exceções!

Em Portugal, o trabalho escravo já vinha sendo utilizado desde a Idade Média, no período das lutas da Reconquista Cristã. A escravidão de então também foi diferente daquela aplicada aos africanos: devido à estrutura feudal existente, os sarracenos capturados durante as batalhas acabavam inseridos no sistema de servidão nas glebas, que os absorvia até “à conversão gradual dos escravos mulçumanos em servos ou colonos livres” (GORENDER, 1978,124). É evidente a diferença com o que aconteceu depois da chegada do escravo negro vindo de África, a partir de meados do século XV.

Muitos dos escravos africanos foram levados para a Metrópole, e utilizados para o serviço doméstico, entre outros afazeres. Ainda segundo Jacob Gorender, uma das razões para esta prática foi a grande emigração dirigida para as colônias em expansão, o que levou a um desfalque no contingente humano da Metrópole. Assim, “a introdução de escravos negros e até mesmo asiáticos serviu de compensação parcial de semelhante perda populacional” (GORENDER, 1978, p. 125).

O comércio destes escravos passou a ser fonte considerável de renda, o que motivou a Coroa Portuguesa a participar desta empreitada, arrendando o trato em suas possessões. A partir daí, os portugueses tornaram-se pioneiros no tráfico, dando início à chamada “escravidão moderna”.

Com o tempo, a Coroa passou a utilizar esta importante mão-de-obra em suas próprias plantações, iniciadas nas ilhas da Madeira e de São Tomé e, em menor escala, nos Arquipélagos dos Açores e Cabo Verde; depois, em maior escala, nas plantações de cana-de-açúcar do Brasil.

Por outro lado, o africano não foi o único a ser escravizado durante este período: é sabido que o indígena também foi explorado, no início da

colonização brasileira. Em seguida, os naturais da terra foram sendo substituídos por africanos, que passaram a ser comercializados e trazidos para as Américas em navios insalubres.

O índio, acusado de indolência por resistir à adaptação ao trabalho que lhe era exigido, foi, ainda assim, largamente utilizado nas plantações. É hoje refutada a alegada incapacidade dele em aprender ofícios, visto que, dentro das reduções administradas pelos jesuítas, desenvolveu atividades variadas.

Pode-se imaginar que o que, de fato, havia por trás desta alegação de incapacidade e de inadaptabilidade, eram os astronômicos lucros do tráfico de escravos africanos, que enriqueceu muita gente àquela época, e não queria a concorrência do índio. Além disto, o indígena foi protegido pela Igreja Católica; já quanto ao africano, foi escravizado mediante aprovação da Santa Madre Igreja⁴.

Para o presente estudo, é salutar que se ressalte que o tráfico efetuado pelos portugueses, passava pelo Arquipélago de Cabo Verde, já desde o início das grandes navegações. Pelo Porto de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, transitavam, então, navios negreiros e comerciais, porque a Coroa portuguesa, ainda no intuito de facilitar o povoamento, determinava, por leis e decretos, que por ali, antes de seguir viagem para as diversas partes do globo, passassem para pagar a licença de comércio. Assim, movimentava-se o comércio local, que se especializou tanto no comércio de escravos quanto no abastecimento naval.

Naquele instante e durante oitenta e cinco anos, tais medidas fazem, da Ilha de Santiago, importante entreposto de escravos. Muitos dos africanos capturados na costa eram trazidos para esta ilha onde, muitas vezes, passavam por processos de ladinização, isto é: durante certo período, eram catequizados e recebiam, além do batismo, alguma instrução, que facilitava sua comunicação com seus senhores; isto, também mediante a cobrança de taxas pela Igreja, o que encarecia o escravo.

Mesmo que o escravo ladino tivesse maior valor comercial, logo essas medidas foram substituídas pelo batismo coletivo, muitas vezes dentro do

⁴ sobre o tema, ver as bulas papais *Romanus Pontifex*, *Inter Cætera* e *Dum Diversas*, por exemplo.

próprio navio: os comerciantes preferiam levar a "mercadoria" ao destino sem maiores custos ou riscos de perda por doenças, o que era comum durante a viagem, que se alongava se transitasse pelo arquipélago.

Percebendo as vantagens do comércio de escravos, a Coroa portuguesa firma contratos de arrendamento, o que limita as vantagens concedidas aos moradores de Cabo Verde, "ao abrigo das prerrogativas das cartas régias de 1466 e de 1472" (SILVA, 1995, p. 3), no referido comércio.

Tais medidas, evidentemente, vão gerar contendas e reclamações por parte dos prejudicados; porém, estes também continuam agindo com ou sem permissão, levando a Coroa a baixar medidas para contornar a situação através da Carta de 1472, que delimita a ação dos moradores de Santiago, mantendo a área para o resgate de escravos. Porém, estes só poderão adquiri-los para os próprios serviços.

Já no final do século XVI, as dificuldades enfrentadas pelos portugueses para manter a soberania em seus territórios, foram sentidas no arquipélago, que deixa de ser freqüentado por navios comerciais, agora percorrendo rotas diretamente da costa da Guiné.

Com as pilhagens de franceses e ingleses, vão-se reduzindo os navios dos ilhéus na complicada empreitada do tráfico; sem as relações comerciais necessárias à sobrevivência econômica de Cabo Verde, inicia-se a queda do porto de Ribeira Grande e, conseqüentemente, de todo o arquipélago.

É quando a Coroa portuguesa percebe a necessidade de acordos diplomáticos, já que a força militar não era suficiente: "o reconhecimento de que, no novo contexto europeu, criado com o cisma protestante, só mediante compensações políticas, Portugal podia obter dos outros Estados a garantia de não-infiltração comercial em áreas cujo domínio reivindicava" diz Antônio Correa Silva (1995, p.13).

O fato é que, em função das dificuldades enfrentadas pelos moradores de Cabo Verde, principalmente o "curso e a concorrência comercial fazem com que os moradores de Santiago comecem a perder, nos meados do século XVI, as suas posições de armadores no comércio com a costa da Guiné" (SILVA, 1995, p. 16).

A concorrência no tráfico intensifica-se devido a intervenção dos *lan-*

gados, intermediários com trânsito no continente africano, o que lhes facilitava as transações comerciais, posto que se aliavam aos estrangeiros presentes no território português.

Tais situações ocasionam a alteração do "circuito comercial", marginalizando "a ilha de Santiago e seus moradores: a partir de então, os escravos dos Rios de Guiné são exportados para as Índias Ocidentais por uma rota direta, que anulava a anterior complementaridade entre o 'circuito africano' e os circuitos de reexportação"; como decorrência, os fornecedores de negros passam a ser comerciantes estabelecidos na Guiné, não mais os moradores insulares "que nem sequer 'avistavam' os navios deste trato" (TORRÃO, 1995, p. 24).

Não é possível definir o ano exato em que a rota comercial deixa de fazer escala em Cabo Verde, porque isto aconteceu "subtilmente na segunda metade do século XVI" (TORRÃO, 1995, p. 35), em virtude dos problemas já apresentados, complicando ainda mais a vida econômica do arquipélago.

Inúmeras maneiras de burlar as leis de proibição foram utilizadas pelos comerciantes, que enriqueceram com a desumana prática da escravidão: uma destas táticas era a de trocar a bandeira de países estrangeiros por portuguesas que, inicialmente, tinham certa autonomia e privilégios no transporte de negros entre as colônias; assim, eram registrados como portugueses, apesar de todos saberem se tratar de navios estrangeiros.

A atuação das Companhias de Comércio, criadas pela Coroa Portuguesa, prejudica o arquipélago e desagrade aos comerciantes e à população em geral. Isso porque, como já observado, a partir desta época, os navios passam a aportar diretamente na Guiné, deixando de passar por Cabo Verde, que perde sua posição de entreposto comercial. Estas medidas levam à decadência o Porto da Ribeira Grande. Com isto, as autoridades se transferem, em 1770, para a Vila da Praia, que passa a ser a sede do governo colonial.

Destaque-se que tanto Ribeira Grande quanto Praia ficam na ilha de Santiago, que sempre teve condição particular. Povoada desde o início da colonização, concentrava as riquezas do tráfico de escravos, o que prendia

o colono europeu em ambiente mais próspero economicamente. As outras ilhas, muitas vezes sem grande expressão econômica, como visto acima, foram povoadas mais lentamente, devido ao clima, desfavorável à agricultura e à agropecuária.

Tal panorama de concentração do branco em uma das ilhas do arquipélago, revela que o romance, apesar de citar as demais ilhas, fica preso ao espaço idealizado, que é constantemente equiparado ao espaço europeu.

O romance retrata o período em que o tráfico negreiro estava em vias de extinção, mas é tendo em vista o amplo contexto acima traçado que a escravidão é ali tomada e criticada.

Isto porque, tendo em vista a importância de Santiago para o arquipélago, ao se criticar a existência, ali, do sistema escravista, se está a criticar seus próprios fundamentos históricos. Nesse sentido, José Evaristo de Almeida parece não estar preocupado em denunciar apenas o escravismo, que já se encontrava legalmente extinto, mas, sim, em ressignificar toda a história da ilha de Santiago e, por extensão, de todo o arquipélago.

Isto fica evidenciado na reinvenção da história dos conflitos oitocentistas, em que os negros são isentados de responsabilidades em revolta da qual, efetiva e historicamente, foram protagonistas!

O tema da escravidão é, portanto, trabalhado por José Evaristo de Almeida, como forma de refazer a história da ilha de Santiago, colocando, como elemento estrutural desta história, não a questão econômica, que fundamentou o tráfico de escravos, mas a questão racial, até então secundária aos olhos dos portugueses.

São os preconceitos e os conflitos raciais que irão caracterizar as relações amorosas nos dois triângulos amorosos do romance (João/Maria/Lopes e Pimentel/Julia/Luís), o que faz que o significado economicamente progressista ao qual a ilha de Santiago sempre esteve associada, modifique-se, passando ela a ser tomada como ilha na qual grassam as injustiças raciais, o que chega, mesmo, a inspirar o auto-exílio nos habitantes de bem.

Nesse sentido, a nova imagem da ilha de Santiago contrapõe-se à imagem da Guiné, para onde, ao final do romance, parte toda a família de

Maria.

Note-se que este reencontro com a África é fundamental para o entendimento do romance, já que as personagens poderiam ter-se dirigido a Lisboa, destino obrigatório de tantos portugueses insatisfeitos com a vida colonial. No entanto, é na Guiné que vão buscar refúgio, reintegrando a unidade familiar; o que aponta para o retorno à matriz africana, não à portuguesa.

Assim sendo, de novo o mestiço fica mais próximo do negro vitimado que do branco carrasco, em acordo à representação que esses grupos têm dentro do romance.

Isso tudo, ainda que alegoricamente, indica que José Evaristo de Almeida optou por eleger a África como referência ética, em detrimento de Portugal. Ainda que tal inversão possa ser tomada como “preconceito às avessas”, “preconceito positivo”, vez que maniqueísta e estereotipada, fazendo com que o preconceito contra o negro permanecesse (já que poderíamos dizer que, em última instância, está sendo defendida a idéia de que lugar de negro e mestiço é na África), percebe-se o inegável esforço no sentido de positivar a figura do negro e, especialmente, do mestiço.

Este esforço, bem ou mal-sucedido, não pode ser negado. Em nosso julgamento, é bem-sucedido, já que são poucas as manifestações literárias naquele momento, e em língua portuguesa, que explicitam a questão racial e a ligam de forma tão imbricada com a história colonial, permitindo verdadeira ressignificação histórica de espaços já tão simbolicamente sedimentados, como era o caso da ilha de Santiago.

Capítulo 2

O ROMANCE *O ESCRAVO*, DE JOSÉ EVARISTO DE ALMEIDA

2.1. O romance *O Escravo*, na literatura portuguesa

O romance de José Evaristo de Almeida foi escrito em meados do século XIX, período em que a categoria romance literário, a que ele pertence, passou a ser reconhecida e valorizada pela crítica.

Gênero surgido durante a ascensão comercial e política da burguesia, o romance tinha, como palco, a sociedade que lhe era contemporânea e a realidade imediata, ao contrário dos textos clássicos.

O escravo aparece, portanto, numa época de consolidação do gênero, que já era representado por escritores de renome, apesar do preconceito que prevaleceu durante o século XVIII que, até então, via o romance como leitura pouco recomendável, passatempo de ociosos e corruptor de costumes; foi ele freqüentemente julgado mais com base em critérios morais do que estéticos.

Nascido popular e bastardo, sem a tradição e a nobreza da epopéia, da lírica e da tragédia, enfrentou desde sempre a ânsia normativa ou a má vontade e preconceito dos que consideravam que ele violava seja as regras do bom gosto, seja os valores morais. (VASCONCELOS, 2007, p.151)

A questão da moral é bastante discutida durante o processo de formação e ascensão do romance, visto a constante preocupação com o conteúdo, o que acabou direcionando, muitas vezes, os assuntos tratados.

Apesar da resistência inicial, o romance consolida-se, passando a atingir número cada vez maior de leitores, principalmente por não exigir formação específica, quer clássica, quer erudita, para sua compreensão.

Além disto, o leitor do romance identifica-se com as histórias ali contadas, porque representam seu cotidiano. Vale lembrar que o público feminino, especialmente se da classe média, era ávido consumidor desta literatura.

Surgiram, neste período, diversos textos que começaram a delinear uma teoria a respeito da forma do romance. Até então, tinha ele passado por fases de desmerecimento, o que levava o escritor a justificar sua obra, utilizando temas “de moral ou política, de religião ou sociologia” (CÂNDIDO, 2003, p. 83).

É interessante destacar que o prefácio foi utilizado, pelos autores, para manter diálogo com o leitor e, também, como “espaço de debate entre os próprios escritores, que dialogaram em seus livros uns com os outros” (VASCONCELOS, 2007, p. 154).

Segundo Vasconcelos (2007, p. 155), estes embates e as justificativas ali elaboradas, “traçam a história do próprio gênero, suas ramificações, seus caminhos e descaminhos”. Já para Antônio Cândido (2003, p. 83), isto “exprime a timidez envergonhada em que se achava o romance até o século XIX”.

O romance de José Evaristo de Almeida tem, como referência, o movimento romântico que se inicia em Portugal em 1825, ano da publicação de *Camões* de Almeida Garrett. No ano de 1836, Alexandre Herculano publica *A Voz do Profeta* e, em 1837, é editada a primeira revista romântica portuguesa. Como decorrência, o auge do movimento, em Portugal, acontece por volta de 1840.

Tratando do tema da escravidão, *O escravo* coloca em cena o ambiente de uma das colônias de Portugal. O texto em questão é escrito “segundo os moldes europeus, com influências românticas garrettianas ou camilianas, mas não deixa de possuir as marcas dum discurso africano centrado em Cabo Verde” (SANTOS, 1997, p. 437).

O escravo aborda tema de pouco prestígio dentro da sociedade e da literatura portuguesas. Isto porque o elogio que se faz, no romance, ao caboverdiano, aliado à crítica ferrenha ao português, aproximam-no daqueles que eram concebidos na incipiente literatura brasileira.

Ressalte-se que, no Brasil, já não eram somente as “famílias importantes com suas divertidas ‘princesas’” (CÂNDIDO, 2003, p.174) que faziam parte dos romances, mas, também, personagens como o indígena.

Todavia, a mestiçagem com o negro africano ainda “era cuidadosamente negada ou disfarçada” (CÂNDIDO, 2003, p.174) porque, enquanto o primeiro era valorizado e considerado como símbolo da nação, o negro escravo mantinha sua posição desprivilegiada, também dentro da ficção.

De qualquer modo, tanto no Brasil como em Cabo Verde, começava a ser encenado espaço distinto do europeu e, assim, colocava-se em questão a representação da Europa como único espaço detentor do poder, da sabedoria, da civilização.

Todavia, se no Brasil existiam claros motivos políticos para que o escravo e o negro não fossem devidamente representados na literatura, o contexto português era bastante distinto: a dependência que Portugal tinha do trabalhador escravo era menor que aquela existente no Brasil.

De qualquer modo, José Evaristo de Almeida atuou de modo bastante ousado para os parâmetros da literatura portuguesa de seu tempo, ao realizar frontal ataque à atuação do europeu na África, posto que centrado na figura do português branco, a partir de um texto no qual “conjugam-se elementos românticos muito característicos das obras de ficção desta época, com elementos realistas” (SANTOS, 1997).

Apesar do emprego de elementos realistas, a obra de José Evaristo de Almeida é eminentemente romântica, encontrando origem no romantismo português e europeu, que surge numa situação revolucionária geral, provocada, simultaneamente, pela rebelião burguesa e da plebe contra a ordem monárquico-feudal.

O movimento romântico procura retratar, em suas obras, a temática regional que, no romance em questão, pode ser observado em algumas descrições da cultura caboverdiana e em alguns tópicos da história local, abordados por José Evaristo de Almeida.

O escravo, ainda que escrito por um português e em diálogo com a literatura romântica lusitana, é romance que contempla a complexa relação do olhar do colonizador em relação a Cabo Verde. Sua originalidade está no modo como consegue articular história, cultura e identidade caboverdianas, a partir de certa perspectiva quase tão enaltecida quanto a empregada, em seu romances, por José de Alencar, em relação ao Brasil.

Segundo a formulação de Carlos Reis (2002, p. 53), *O escravo* poderia ser considerado como “narração ulterior”, isto é, um tipo de texto onde os fatos são narrados posteriormente aos acontecimentos. Assim sendo, o narrador conhece previamente o desfecho do enredo, mesmo antes de começá-lo.

Por isto, pode-se observar, no presente caso, a diferença entre o tempo do narrador, o momento da enunciação e o tempo do romance, em que estão inseridos os fatos narrados. Por esta razão, a análise será iniciada pelo tempo do romance, na busca de entender o modo como o autor o manipula.

2.2. O tempo do romance

O romance é narrado em seqüência cronológica simples, fixada por datas, horários e outros marcadores temporais, dentro da seqüência dos acontecimentos das ações do texto. Mesmo quando feitas remissões a fatos anteriores, segue-se a mesma estrutura com referência à marcação do tempo.

Temporalmente limitada, a intriga tem início em 2 de fevereiro de 1835, e termina dois meses depois, com a ida de Maria e sua mãe para a Guiné. O texto apresenta interrupções para digressões ou pequenas narrativas de personagens, recursos que são utilizados pelo autor para expor esclarecimentos de natureza cultural ao leitor, ou ainda para situá-lo a respeito de episódios importantes para o entendimento da intriga.

A narrativa tem início com a descrição do Sítio B..., local onde ocorrem as principais ações do texto. Durante esta descrição, o narrador explica, ao leitor, que os fatos se passaram há seis anos atrás, quando ainda não havia, ali, as melhorias que agora, tempo da narração, davam àqueles sítios características de uma quinta européia.

Conforme mencionado, o ano da ação é 1835; o fato inicial é o diálogo entre João, o escravo, e Maria, sua proprietária, personagens principais do romance, e ocorre no jardim de Maria, que é por ela cuidado com muito carinho, com a ajuda de João.

Logo a seguir, o autor retrocede ao ano de 1812, para explicar a existência de um sargento muito respeitado, Cláudio, que era ele mestiço e não se sabia quem eram seus pais.

Dele, apenas se sabia, que viera da ilha de Santo Antão, recomendado pelo Bispo. Como caráter, era visto como pessoa ilibada, promovida rapidamente devido a seu esforço e conduta irrepreensível.

Este, o pai de Maria.

A trama prossegue, e avança até abril do mesmo 1835, quando se dá o desfecho da história que, aos moldes de Camilo Castelo Branco em *Amor de perdição* e de José de Alencar, em *O Guarani*, não encontra o que se poderia denominar de final feliz.

Do estudo da trama e do texto, como se verá a seguir, é lícito concluir que, no plano do tempo do romance, há evidente intenção do autor em defender a sociedade e a cultura caboverdianas, reforçando a autonomia de sua identidade. Ao mesmo tempo, é construída a intriga em que os bons são os mulatos, as vítimas, os negros, e os maus, os brancos portugueses.

2.3. A trama

No início da trama, João, o escravo, desabafa que preferia não ter os conhecimentos que Maria lhe passara, já que, na condição de escravo, não poderia mudar seu destino. Ela lhe oferece a liberdade, mas ele rejeita, considerando este o pior dos castigos. Para tanto, argumenta que isto não mudaria sua situação pois, aos libertos, não são permitidas as mesmas possibilidades disponíveis aos nascidos livres.

Na verdade, o fato é que o escravo, neste momento, está apaixonado por Maria, e não pode sequer pensar em separar-se dela.

Ele era, anteriormente, escravo do irmão de Maria, criança cruel, que o tratava com desprezo e agressividade, fato comum no período da escravidão.

No entanto, este menino ficou doente e faleceu, com apenas nove anos. Cláudio, pai de Maria, então decide vender o escravo, mas ela lhe pediu para ficar com ele e, desde então, passa a tratá-lo com consideração, chegando a ensiná-lo a ler, repassando-lhe as lições que recebia de seu pai.

Fato importante é que, depois da morte do filho, Cláudio decide comprar o sítio, que ficava próximo à vila da Praia, para proteger a família das febres que assolavam o arquipélago.

Quanto a Maria, sempre elogia João, e demonstra sua simpatia pelos negros ao afirmar que, mais importante que a cor da pele, estava o caráter das pessoas.

Conforme já mencionado, o pai de Maria chamava-se Cláudio e, no momento presente, estava ele casado com Mariana, também mestiça, filha de rico proprietário de São Nicolau. Durante as ações do romance, Cláudio encontra-se em missão na Guiné.

Maria é filha muito devotada e amorosa. O narrador descreve a beleza da jovem mestiça como próxima do padrão europeu da época, e lhe elogia o caráter e comportamento.

Prosseguindo a ação, a mãe de Maria a encontra bordando no gabinete de costura, e a chama para a sala, onde se encontra um indivíduo, chegado, juntamente com a tropa, de Lisboa.

É Lopes, descrito como ilhéu de nascimento, apesar de, em outros momentos, ser citado como português vindo da metrópole. Tinha ele boa formação e, segundo a carta de apresentação que trouxera, endereçada a Cláudio, era oficial, rebaixado por razões políticas, e viera tentar a vida no arquipélago.

Mariana pede a Maria que leia a carta, para tomar conhecimento do assunto, já que o marido estava ausente. As duas dão ao rapaz boa acolhida, e ele sai para conhecer o sítio, acompanhado por Maria e pelo escravo João.

Durante o passeio, o rapaz faz precipitada declaração de amor à jovem, julgando que esta sentir-se-ia lisonjeada. Porém, considerando tal lisonja como ofensa, ela o repreende e vai embora, deixando-o com João, que ouve quando Lopes promete vingança.

Pouco tempo depois, numa noite, João estava em frente à casa de Maria, ouvindo-a cantar e tocar piano e, depois de a música ter acabado, percebe a presença de Luiza, também escrava de Maria, que o observa en-

quanto ele suspira por ela. Tem início um diálogo entre eles que, segundo o narrador, deu-se em Crioulo.

Luiza, que é apaixonada por João desde os quinze anos, percebera a paixão dele por Maria, o que muito a entristecia. Na intenção de trazê-lo para perto de si, decide ajudá-lo a entrar no quarto de sua amada, para observá-la dormindo.

No entanto, o objetivo oculto da escrava, era aproximar-se de João para que ele, ao perceber a impossibilidade de seu amor por Maria, viesse a amá-la.

É no mesmo contexto que ela lembra a João a possibilidade de Maria vir a se casar com Lopes que, além de branco, pertencia ao mesmo nível social dela.

Encerrando o diálogo, Luiza convida João para acompanhá-la, na noite seguinte, ao batuque, o que é aceito por João.

Ressalte-se que, segundo o autor, Luiza era muito bonita e bastante cortejada. Porém, não tinha olhos para nenhum de seus pretendentes, só pensando em João.

A ação salta no tempo e, no momento seguinte, o narrador leva o leitor até a vila da Praia, e descreve a casa na qual acontecerá o batuque. Luiza e João já estão presentes quando um dos convidados pede ao escravo que conte uma das histórias que lera. No entanto, João pede ao velho Domingos, ali presente, que conte uma de suas histórias.

Domingos começa explicando a história que deu origem ao nome do monte Gomeseanne. Segundo ele, Margarida, filha do rico lavrador chamado Miguel Coelho Gomes, fora dada em casamento ao jovem filho do sargento mor, Manuel Dias Annes.

A questão é que a moça já tinha um amor secreto, com o qual se encontrava às escondidas. Mesmo assim, casou-se e, no dia seguinte, seu marido a abandonou, não dando os tiros que, ritualmente, significavam que estava satisfeito com a noiva.

Considerando-se ofendido, o pai de Margarida desafia seu genro para um duelo, cujo desfecho ocorre no monte, que passa a se chamar Gome-sannes, pela junção dos sobrenomes dos duelantes.

Terminada a narrativa, os presentes perguntam pelo destino de Margarida, pivô do duelo. O velho Domingos responde não saber, e acreditar que ninguém dos presentes soubesse, a não ser que fosse alguma feiticeira.

Esta a primeira referência a uma personagem importante, a feiticeira Júlia, que se oferece para contar outra história, prevenindo que, se houvesse ali algum branco, deveria retirar-se. De fato, havia um, reconhecido por João e Luiza: era Lopes.

A feiticeira explicou, então, que os fatos que seriam narrados aconteceram na ilha de Santo Antão, onde uma escrava Júlia, muito jovem, foi perseguida e estuprada por seu senhor, de nome Pimentel. Do fato restou a indesejada gravidez de um filho, por concebido contra sua vontade.

A criança foi afastada da mãe e, depois de quatorze anos, quando ela já tinha outro amor, agora também escravo, seu senhor voltou a importuná-la. Porém, a escrava deu à luz, tempos depois, a um menino negro, o que despertou a ira de seu senhor.

Questionada, a escrava, no primeiro momento, nega-se a dizer o nome do pai da criança. Porém, vendo ameaçada a vida de seu filho, vê-se obrigada a falar.

Para castigá-la, Pimentel manda que a amarrem à cama, para divertir os escravos na presença de seu amado, o escravo Luís.

Do ato humilhante, veio ela a ser salva, a meio, pelo bispo, tio de Pimentel, que interrompeu a cena degradante.

Conta o autor que, ao final da narrativa, a feiticeira gritava, pedindo vingança e morte aos brancos.

Prossegue a narrativa e, ao iniciar-se o batuque, os escravos pareciam ter esquecido a história de Júlia. É quando se forma uma roda, na qual as mulheres cantam ao som de três guitarras, o que é acompanhado do bater das mãos sobre os panos, que elas esticavam entre os joelhos.

O torno acontece quando uma das mulheres vai para o meio da roda, iniciando uma dança sensual. Luiza é logo convidada para tanto, e passa a dançar olhando para João que, depois, lhe fará companhia.

Neste momento, o narrador descreve as vestimentas e as qualidades de Luiza que, embora bastante solicitada pelos escravos ali presentes, detinha-se na emoção de estar dançando com João, apesar de sabê-lo distante, pensando em Maria.

É quando, logo ao terminar da dança, ele lhe pergunta quando irá levá-lo para ver Maria dormindo, conforme a promessa feita. Ela responde que será na próxima noite.

Já era manhãzinha quando voltam para casa. João ainda olha para a feiticeira, pensando em, mais tarde, esclarecer um mistério que ainda não é comentado pelo narrador.

Continuando a trama, o narrador alterna de cenário e avança no tempo, localizando-se, agora, na taverna que, pertencendo ao degredado chamado Tio Tesoura, ficava em frente à câmara e cadeia da Vila.

Naquele momento estavam presentes, ali, alguns soldados, sargentos e cabos. Entre eles Lopes, tramava uma conspiração, da qual, como líder, assegurava aos demais que não precisavam preocupar-se com os escravos. Como justificativa, lhes explica que usará, como pretexto político, a causa do rei deposto, D. Miguel.

Com este argumento, consegue incitar os soldados, lembrando-lhes os castigos físicos e as más condições de vida a que estavam sujeitos. Os companheiros concordam, e ele explica, ainda, que pretende levar Maria consigo, apenas para vingar-se, deixando-a depois, em algum outro país.

Depois disto, narrou aos demais como conseguira a certeza de que a massa escrava não tomaria partido durante a revolta. Para tanto, explica que estivera presente ao batuque, onde ouviu a história de uma feiticeira, que ele percebeu ser da própria personagem Júlia, que contava a história.

Com esta informação, prometeu a ela vingar-se dos brancos por ela, desde que não houvesse intervenção dos escravos. Assim, ficaram combinados que Júlia os impediria de defender seus senhores durante o levante.

A reunião dos soldados deu-se na mesma noite em que Luiza conduziu João ao quarto de Maria. Antes de deitar-se, esta havia escrito uma carta ao pai, contando sobre a atitude de Lopes e sua reação. Contou que este voltava ao sítio com freqüência, apesar de ela não lhe fazer companhia.

Terminada a carta, chamou Luiza que, como de costume, ficava ao lado da cama dela até que Maria dormisse.

A moça dorme. Logo após, João entra e fica a observar sua amada dormindo. No entanto, não resiste, e começa a beijar-lhe a mão, o que a faz despertar.

Quando o escravo percebe que Maria está acordada, começa a lhe pedir que o perdoe; mas a moça, um pouco zozna, demora a entender o que se passava, procurando esclarecer-se com Luiza.

Quanto a esta, responde que João viera até ali para vê-la, e que lhe permitiu a entrada na tentativa de protegê-lo. No entanto, ele a desmente e declara, a Maria, seu amor por ela, eximindo Luiza de qualquer responsabilidade.

Apesar de tudo, Maria não se ofende com as palavras e atitudes de João. Ao contrário, dá-lhe a alforria, o que lhe permitiria afastar-se, sem maiores constrangimentos.

Porém, ele não queria a liberdade, para não ficar longe de sua amada. Mas Maria lhe exige que vá embora e, quando ele disse que se suicidaria, ordena-lhe que viva, já que não poderia negar um pedido daquela a quem amava.

É assim que o escravo deixa a casa, desesperado. Luiza aparece, e ele a amaldiçoa por ajudá-lo. Mesmo quando ela tentava desculpar-se, ele não tem compaixão.

Neste momento, lembra-se de algo de repente, e sai falando em sua mãe. Então, segue em direção ao monte no qual vivia a feiticeira.

No final da trama, 21 de março de 1835, João faz longo percurso, interrompido por cumprimentos que inúmeros conhecidos lhe devotavam.

Dirige-se ao Monte Vermelho, onde mora a feiticeira Júlia. Mas, lá chegando, tem dificuldades para encontrar o lugar horrível onde esta vivia e que, no momento, estava ausente. João acaba pegando no sono.

Era tarde da noite quando chega a feiticeira. Ele lhe explica o motivo da visita: a curiosidade a respeito da história contada no batuque. Contou que desconfiava ser ele o seu filho, e a feiticeira, emocionada, revela a João sua verdadeira identidade: de fato, ela era sua mãe.

Abraçam-se, esclarecendo o parentesco que ele tinha com o pai de Maria, Cláudio Pimentel, o filho que Júlia tivera com seu algoz. Ela amaldiçoa o fruto da violência de seu algoz, deixando João chocado com a idéia de vingança. Porém Júlia, cedendo aos apelos de João, concorda em não mais se vingar da família de Maria.

No momento seguinte, Júlia dá seqüência à história iniciada durante o batuque, e conta, a João, o quanto ainda sofrera e como viera parar ali, naquele lugar insalubre.

Então conta que, depois de ser libertada pela intervenção do bispo, ficou vivendo nas redondezas. Um dia, perto de um precipício, avistou seu algoz, e tentou matá-lo, assustando-lhe o cavalo. Não consegue, mas acaba levada à presença do bispo, que a repreende e a convence a desistir da vingança.

Porém, ela foi enganada e, dias depois, foi levada a uma torre, onde permanece amarrada, pendurada durante a noite e trazida ao chão durante o dia. Por muito tempo permanece sofrendo tais torturas, até que é libertada por um escravo, que não lhe quis dar nenhuma explicação.

Algum tempo depois, soube que o seu antigo proprietário deixara a ilha e, daí por diante, passa a viver, somente, para se vingar.

Depois de três anos, consegue embarcar para a ilha de Santiago, onde, agora, estavam eles. Desde então, esperava pelo momento de realizar a tão esperada vingança.

É quando passam a chamá-la feiticeira, devido à sua repulsiva aparência, adquirida depois de passar fome e ficar isolada nos arredores da ci-

dade. Mesmo que ela tentasse dizer o contrário, as pessoas começaram a consultá-la, trazendo-lhe comida e presentes.

Durante este diálogo, ouviram-se tiros e gemidos, ao que Júlia dava graças, percebendo que Lopes havia dado início à Revolta. Mas João arrasta sua mãe e, ao puxar-lhe o braço com toda a força que possuía, ambos rolam pelo monte.

Concomitantemente, acontece o levante planejado por Lopes e seus companheiros. Os revoltosos rendem os oficiais, e Lopes é elevado a comandante. Saem eles pelas ruas, gritando vivas ao rei D. Miguel I. Mas, durante a passeata, ocorrem saques, e oficiais são assassinados.

A crueldade dos soldados revoltados é tal, que é comparada, pelo narrador, àquela usada pelos métodos da Inquisição, faltando, apenas, os instrumentos de tortura.

Durante a matança, houve fuga em massa das pessoas da Vila da Praia, já que os revoltosos invadiam residências, e levavam tudo o que podiam, o que faz com que Lopes, sob a desculpa de proteger a família de Maria, envie um grupo de soldados àquele sítio. Mas, na verdade, apenas prosseguia com sua decisão de vingar-se de Maria.

No outro cenário, Luiza encontra João ferido e preso à mão de Júlia, que estava morta. É quando João lhe conta que a feiticeira era sua própria mãe, e mãe também de Cláudio.

A revelação deixa Luiza feliz, e com alguma esperança, já que João era tio da própria amada!

Três dias depois das conversações anteriores, João e Luiza dormem, quando são despertados por um grito desesperado. Era a mãe de Maria, que pedia socorro, porque Lopes havia levado sua filha.

João levanta-se, arma-se, e segue, montando um cavalo veloz. Passa pelos seguranças, que estavam ali a mando de Lopes, e continua, apesar das balas, que passavam próximas a seus ouvidos.

Porém, o cavalo de João é ferido. Mas, mesmo assim, consegue ele chegar perto de Lopes, que se dirigia a uma árvore, chamada Calabaceira.

Lopes é visto a, apenas, um tiro de espingarda, mas segura Maria diante de si. João dispara um tiro certeiro no cavalo de Lopes, derrubando o cavaleiro.

É quando os dois dão início a uma luta de espada, enquanto Maria foge. Apesar da coragem, João não sabia usar a espada. Portanto, estava em desvantagem. Neste momento um tiro, disparado por José Joaquim, companheiro de Lopes, atinge-lhe o peito.

Aconselhado por seu comparsa, Lopes foge, deixando João moribundo. Maria, que estava escondida, logo que vê Lopes afastar-se, sai de seu esconderijo e vai ao encontro de João, que havia se arrastado até a Calabaceira.

No diálogo que se segue entre ambos, o narrador deixa transparecer que Maria também amava João que, ao sentir o fim próximo, pede a ela um beijo, dado no momento da morte do escravo. Este é abandonado pelas pessoas, que chegam para resgatar Maria.

Cai a noite, e é tenebrosa. Porém, por ali caminha uma mulher. É Luiza.

A moça, acompanhada por um escravo, leva o corpo de João. Seu destino é o Monte Vermelho. Ela havia pago ao escravo para ali enterrá-la, ao lado de seu amado. Sua cabeça é esmagada por uma grande pedra rolada para dentro da caverna, no antro onde vivera Júlia. Ali, segundo o narrador, não existe vestígio da sepultura dos dois.

Dois meses depois, a jovem Maria e sua mãe seguem para a Guiné, ao encontro de Cláudio.

2.4. Sobre o texto

Como visto, a ação central do romance *O escravo* acontece nas ilhas de Cabo Verde, tendo, como foco principal, o amor do escravo João pela jovem mestiça Maria, sua senhora e dona de seu coração. É aqui perceptível a intenção do autor em delinear a identidade caboverdiana que, em sua concepção, teria origem nesses personagens: a mestiça e o puro negro, ao estilo de José de Alencar, no Brasil, com *O Guarani*.

O texto, em si, está em sincronia com os valores de seu tempo, e dialoga com as vertentes literárias de sua época, isto é, com "elementos

românticos, que se consubstanciam no retrato das heroínas, Maria e a escrava Luiza, como mulheres anjos, possuidoras de admiráveis qualidades de beleza física e moral, capazes dos gestos mais elevados e o retrato do herói – o escravo João que, por amor, vai até as últimas conseqüências – a morte” (SANTOS, 1997, p. 436).

Mas também dialoga com elementos “realistas que partem de fenômenos históricos, como contexto social da Ilha de Santiago” (SANTOS, 1997, p. 437), focados na identidade caboverdiana, ainda que, nesta altura, não se possa pensar em Cabo Verde como nação.

É possível destacar, aqui, elementos românticos concretos, tais como o amor não consumado, que leva o amante infeliz à morte. Também está presente a crítica ao contexto social, o que reforça o sentido de desigualdade que há entre os impossíveis amantes.

Quanto a isto, note-se que João tem de refrear seus sentimentos, por mais intensos que sejam. Assim amarga, de modo atroz, a injustiça e a desesperança de uma relação amorosa, embora proibida pelos padrões vigentes naquela sociedade escravocrata, onde campeia a discriminação, e onde os interesses econômicos e sociais triunfam, em detrimento do mais puro sentimento de amor.

A trama principal acontece no sítio de B., onde vive Maria e sua família. O pai dela, oficial do exército português chamado Cláudio, está fora, na Guiné, à época do início das ações narradas. A jovem vive em companhia de sua mãe, e dos escravos que servem a casa. Entre eles, João.

Há indícios de que ela corresponde ao amor que João lhe devota. No entanto, durante a narrativa, não há qualquer menção direta a este fato. Note-se que ela o alfabetizou, repassando as lições recebidas do pai.

Todavia, a escravidão de João era antes pelo amor, que pela condição social. Assim, sua paixão o leva a entrar no quarto de Maria, para observá-la o sono, no que é ajudado por Luiza, também escrava, que era por ele apaixonada.

Este o ápice da trama, que envolve o amor platônico do escravo por sua senhora. Pode-se sentir, neste aspecto, a retomada do tema medieval

das cantigas de amor, em que o homem está em condição social inferior à da amada, tornando a relação impossível.

Também aqui o amor não consumado, platônico, da escola trovadoresca, é reproduzido no espírito do Romantismo, sendo mesmo uma de suas tônicas para a obra literária. O sentimento de amor pela mulher inatingível não exclui, contudo, uma sensualidade forte, embutida na distância imposta pelas diferenças.

A partir deste fato, a ordem estabelecida modifica-se e quebra a harmonia, porque Maria é forçada a uma atitude drástica, causada pela ousadia do escravo: diante do comportamento deste, intolerável no regime em que estão inseridas as personagens, ela apenas lhe dá a alforria, e o manda embora da casa.

Esta tolerância pode estar relacionada à afeição que ela tem por João que, no entanto, ao receber a liberdade, fala em suicídio, o que a leva a fazê-lo prometer que não levará a cabo este ato tresloucado. Talvez aqui se encontre mais um indício de que ela também nutre, por ele, afeto especial.

Outro elemento interessante e enriquecedor no contexto do romance é detalhado pelo autor, quando João e Luiza participam da reunião de escravos chamada batuque. Ali, era costume contar histórias, enquanto se aguardava a chegada dos demais convidados.

A descrição do batuque mostra, em detalhes, o funcionamento e a estrutura daquele evento. O narrador deixa clara sua intenção de descrever a cultura caboverdiana, por meio do registro da cultura oral e, para tanto, anexa, à trama, duas narrativas intercaladas. Uma, narrada pelo velho Domingos que, presente ao batuque, conta a história de um triângulo amoroso, encerrado por final trágico. Esta história faz parte da toponímia de Cabo Verde, já que o duelo da trama deu origem ao nome do monte Gomeसानnes.

A outra narrativa é feita por uma feiticeira, e está ligada diretamente aos protagonistas. Ela conta a história da escrava Júlia, a mãe de João e de Cláudio, pai de Maria. Note-se que ambos desconheciam quem eram seus pais. A história revela que a escrava Júlia fora amante, contra sua vontade,

de seu proprietário, o português Pimentel, e dera à luz a Cláudio, tendo-o rejeitado.

Depois, apaixonara-se por um escravo e, deste amor, nascera João. Pimentel, ao descobrir tal "traição", separa o filho da mãe, manda castigar o pai da criança, e tortura Júlia, cruelmente, no intuito de saber quem era o pai da criança.

Pimentel a fere, cravando, embora levemente, um punhal em seu peito frágil. Júlia revela o nome de seu amado, e este é castigado exemplarmente. Por intervenção do clero, ela acaba conseguindo alforria, e se torna a dita feiticeira, que narra a história durante o batuque. Será a cicatriz deixada pelo ferimento no peito que permitirá a João desconfiar que Júlia era sua mãe, possibilitando o encontro e reconhecimento entre ambos.

Lopes é o antagonista inserido na trama. Após sua chegada à colônia, procura pelo pai de Maria, para lhe entregar uma carta de recomendação, mas cai de amores pela jovem. Porém, sua precipitada declaração de amor faz com que Maria sintasse ofendida, conforme exposto no trecho abaixo:

[...] tomou como um insulto as palavras de Lopes. Mulata, como era, persuadiu-se que a sua cor – mais que nenhuma outra circunstância – animara Lopes a fazer-lhe uma declaração, que ela olhou, desde logo, como a manifestação implícita de que ele presumia que uma mulata aceitava sempre com reconhecimento o amor de um branco – por mais impuro que esse amor parecesse. (ALMEIDA, 1989, p. 46)

Quando a jovem se retira, João ouve a promessa de vingança proferida por Lopes.

Nesta passagem, percebe-se a questão da mestiçagem, um dos temas desenvolvidos por José Evaristo d'Almeida durante a trama. Isto porque os pais de Maria também são de origem mestiça, já que Cláudio "era mestiço - porém bastante claro, de maneira a poder passar por um trigueiro europeu" (ALMEIDA, 1989, p. 33), e Mariana, mãe de Maria, era mulata, filha de rico proprietário da ilha de São Nicolau.

Porém, Maria repudia a iniciativa de Lopes, e faz questão de demonstrar orgulho por sua origem, deixando evidente que ela não se sente inferior

rizada por ser mestiça, e sinaliza que poderia amar João, apesar de não demonstrar nenhuma intenção amorosa pelo escravo.

A presença de Lopes na colônia, desencadeia uma intriga paralela, que dá início à descrição negativa do colono europeu, presente no arquipélago. Lopes vem para tirar proveito e armar uma falsa revolução, levantando a bandeira do absolutismo de D. Miguel.

Porém, sua intenção é saquear a colônia, e fugir. Por outro lado, o narrador enaltece as ilhas do arquipélago e sua população, delineando a rivalidade entre o português que ali estava estabelecido, e aquele que vinha aventurar-se na intenção de enriquecer e voltar para a metrópole. Lopes tenta raptar Maria e fugir, levando-a consigo, mas é impedido por João, que morre em defesa de sua amada.

As intrigas paralelas da trama vêm reforçar a postura do narrador em relação aos assuntos da colônia. Coloca o escravo como herói e o valoriza, apesar de tirá-lo de cena ao final do romance.

A jovem Maria representa a elite mestiça, e possui caráter irrepreensível. Ela desempenha o papel da virgem que, idealizado pelo Romantismo, reforça as características positivas do mestiço, o que parece ser, também, o foco central do romance de José Evaristo de Almeida, que consegue, assim, contribuir para a elaboração da identidade caboverdiana.

Vale lembrar que também o negro é tratado de forma simpática no decorrer do romance. Ao contrário do que ocorria na metrópole onde, negando a presença negra na formação da população, o negro era considerado o inimigo, João e Luiza são descritos como pessoas idôneas e bondosas, convivendo pacificamente com seus senhores. A única escrava que acalenta sentimentos negativos em relação ao branco colonizador, é Júlia. Mas sua atitude é plenamente justificada aos olhos do leitor, em razão dos sofrimentos pelos quais passou.

Concordando com Francisco Salinas Portugal (2003), que sugere a participação de José Evaristo de Almeida num movimento intelectual político de caráter nacionalista, constata-se que o escritor articula história, cultura e identidade caboverdianas, buscando as raízes e a valorização dos atributos locais que, depois, ganharão o adjetivo de "nacionais".

A partir deste ponto, pode-se concluir que há clara intenção do escritor em delinear a identidade caboverdiana em seu romance, fazendo com que, hoje, sua obra possa ser considerada como texto fundador da literatura nacional do arquipélago. Por isto, Spínola (2004, p. 43) declara *O escravo* o primeiro romance de “expressão portuguesa” das colônias africanas.

Faz-lhe coro o caboverdiano Manuel Veiga que, estudioso e Ministro da Cultura daquele país no momento em que este estudo é escrito, além de autor do prefácio de *O escravo*, na versão editada por Manuel Ferreira, em 1989, afirma que “*O Escravo*, pois, é um romance caboverdiano e, de acordo com as informações tidas até agora, é o primeiro do nosso percurso literário” (VEIGA, 1994, p. 109).

2.5. Tempo histórico

Do romance, em 1835, consta uma revolta de soldados que, realmente, está associada ao processo liberal iniciado em Portugal, “em começos dos anos 20” (ALEXANDRE, 1998, p. 25), e que resultou não só na Independência do Brasil e na crise de legitimidade da autoridade da Coroa, mas que também levou à substituição dos governadores e capitães-generais das colônias, por juntas de governo.

No entanto, no âmbito específico de Cabo Verde, aconteceram, historicamente, não uma, mas duas revoltas, no referido ano: uma militar, outra de escravos. O autor cita, em seu texto, apenas um episódio, no qual não há participação escrava. Portanto, o livro retrata o levante miguelista, do qual participam, apenas, soldados insatisfeitos, aqui incitados pelo personagem Lopes, o que isenta os escravos de qualquer participação no episódio.

O Arquipélago de Cabo Verde foi marcado, ao longo de sua história, por dificuldades básicas - fome, evasão e pobreza - situação agravada pela falta de investimentos da metrópole e pela fraca atividade econômica, voltada para o comércio, principalmente o de escravos.

Como já foi observado, durante muito tempo, principalmente na ilha de Santiago, a população ocupava-se com atividades ligadas ao suprimento

de navios, que faziam o transporte negreiro. O Porto de Ribeira Grande, naquela Ilha, funcionava como entreposto de escravos trazidos da costa africana. Esta situação é bastante importante para que se compreenda o contexto histórico que serve de pano de fundo ao romance.

As revoltas ocorridas no decorrer da história do arquipélago, são de grande importância no contexto da população ali presente. Isto porque muitas delas aconteceram em decorrência de dificuldades enfrentadas pelos moradores, como os rendeiros que, sendo explorados pelos proprietários de terra, negaram-se a pagar as referidas rendas, rebelando-se em alguns períodos.

Também os maus tratos sofridos pelos escravos motivaram algumas das rebeliões ocorridas, dentre as quais a de dezembro de 1835, na qual os escravos "mancomunaram-se (talvez incitados por homens livres) e combinaram um levante com vista a assassinar os brancos, saquear as suas casas e assenhorearem-se da vila" (CARREIRA, 1972, p. 367).

É ainda neste mesmo ano que se assiste, em Cabo Verde, ao levante de soldados do batalhão dos açorianos. Possivelmente por descontentamento em relação aos soldos e à garantia de seus empregos, já que a época estava marcada por mudanças no governo da metrópole, consequência das disputas entre liberais e absolutistas, isto é, miguelistas. Aos 23 de março, o "batalhão de açorianos (conhecidos por batalhão 'Caipira') pôs a vila da Praia a saque e, depois de prender um grande número de oficiais, os assassinou barbaramente" (CARREIRA, 1972, p. 367).

Os rebeldes do romance são soldados açorianos, mas algumas localidades ali citadas são palco, de fato, da Revolta dos Escravos. Por exemplo: no local onde, no romance, teriam sido assassinados os oficiais pelos soldados rebelados, chamado "Fonte Ana", perto da Vila da Praia, ocorreu o embate entre os negros rebelados e os brancos, na Revolta do mês de dezembro do referido ano. É ali que acontece uma emboscada aos negros, organizada pelos brancos que, com antecedência, haviam sido prevenidos por um escravo traidor. Portanto, o escritor mesclou, em seu romance, distintos episódios da história local, amalgamando ficção e realidade.

Como se constata pelo que foi acima observado, conhecendo um

pouco dos acontecimentos históricos que permeiam a narrativa, é possível obter um panorama de embates entre brancos e negros, além das disputas militares e políticas da época. Portanto, não se pode deixar de refletir sobre as intenções do narrador em, negando a história recente do arquipélago, insistir em representar o negro dentro de uma perspectiva unicamente positiva, sem mencionar sua participação na revolta relatada no romance, onde os escravos são bons, e incapazes de cometer atrocidades.

Mesmo que a história mostre que houve, em Santiago e no mesmo ano em que o romance localiza, um levante de escravos que tencionava matar todos os brancos e tomar a ilha, o que foi frustrado por uma traição, o narrador insiste em colocá-los como pacíficos, de índole submissa, à semelhança de João e Luiza, descritos como exemplos de conduta.

É verdade que a ex-escrava Júlia é cúmplice de Lopes, e manipula os escravos para que não defendam seus senhores. Portanto, há aí um indício da participação dos negros, embora por omissão, nas revoltas de 1835. Todavia, isto está longe do papel de agentes de uma verdadeira revolta. Há, portanto, evidente preocupação de José Evaristo de Almeida em poupar, no romance, a imagem do negro como inimigo do branco europeu.

Outra marca do tempo histórico aparece quando o narrador retrocede para dar explicações sobre a mestiça Maria e sua família, com o intuito de descrever as qualidades de Cláudio e justificar sua rápida ascensão no exército. Para tanto, cita um personagem histórico do arquipélago, D. Antonio Coutinho de Lencastre, governador da Província de Cabo Verde no ano de 1812. Isto faz com que o romance ganhe em verossimilhança, sugerindo que tudo que ali se narra, de fato aconteceu.

Como resultado, obtém-se uma narrativa ficcional que se preocupa em fazer com que o leitor fique na dúvida entre o que é ficção e o que é história, reescrevendo, assim, ao menos da representação simbólica dos grupos em conflito, a história do arquipélago.

Se for lembrado que no ano de 1836, decreto de Sá da Bandeira limita o transporte de escravos e, em 1839, Bill de Palmerston permite, aos navios ingleses, o apresamento de navios portugueses envolvidos com o tráfico, fica claro que a escravidão está sendo combatida no momento em

que o romance se localiza, e que caminha para o seu final. É o que acontece em 1876, em todas as colônias portuguesas.

Importante dizer que, anteriormente, já Portugal havia caminhado no sentido de abolir a escravidão. Em 1761, o Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, estabeleceu um Alvará que, em forma de lei de 19 de setembro de 1761, proibia o transporte de negros para a metrópole. Em 16 de janeiro de 1773, instituiu-se liberdade geral aos cativos em Portugal e Algarve, embora de forma lenta e gradual, parecida com a Lei do Ventre Livre.

Ao que parece, estas medidas tinham, como objetivo, direcionar o tráfico de escravos para as colônias; em especial, para o Brasil. Não parece ter havido qualquer preocupação específica com a causa da abolição no sentido humanitário. Porém, tais atitudes podem ter sofrido influência das idéias iluministas que, então, circulavam pela Europa.

Publicado em 1856, *O escravo* tem claras intenções ideológicas, tais como reinventar e ressignificar, simbolicamente, a história da colônia cabo-verdiana, positivando a figura do negro e do mulato.

2.6. O espaço no romance

A ação do romance acontece nas Ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, localizado na Costa Ocidental Africana. O palco principal é a Ilha de Santiago, uma das mais importantes do arquipélago desde o início do povoamento, já que se trata da primeira a ser povoada, estando ali fixada a sede do governo que, anteriormente, estava instalada na vila da Ribeira Grande, por onde houve grande movimentação de comércio, tanto de escravos quanto das demais mercadorias.

O espaço principal da narrativa é o sítio onde vivia Maria e seus pais, localizado a pouco mais de meia légua da Vila da Praia. No período em que a trama ocorre, o porto de Ribeira Grande tinha perdido sua posição de entreposto comercial e sede do governo, agora instalado na Vila da Praia.

Observando a questão climática que assolava o arquipélago, percebe-se que a trama adota a idealização típica do Romantismo. Mas o narrador

não deixa de relatar as dificuldades pelas quais passariam os europeus que ali se aventurassem, dentre as quais enfatiza-se o clima insalubre e as febres, que estão sempre à espreita, e podem levar à morte:

Quando, levado ao leito de dor pela violenta febre do país - sentindo o cérebro em fogo - epigástrico torturado por agudíssimas dores - que fora dele - dizemos - se houvesse de contar unicamente com seus próprios recursos? Os dedos gelados da morte viriam breve imprimir-se-lhe sobre o coração! (ALMEIDA, p. 42)

A aridez do clima é elemento importante na sociedade caboverdiana, já que, desde o início da colonização até os dias atuais, a situação do arquipélago é bastante prejudicada por este fator. A falta de chuva é responsável pela saída da maioria da população, que vai em busca de melhores condições de vida, sem deixar de aspirar pelo dia do retorno. O grande êxodo, ainda hoje, é motivado pelas dificuldades de sobrevivência em função das questões climáticas. No século XIX, isto era agravado pela falta de investimentos por parte da metrópole.

É neste quadro de dificuldades em várias esferas, tanto físicas quanto sociais, que se compõe o espaço do romance *O escravo*. A ficção se mistura a questões reais, e o espaço idealizado dá lugar a descrições realistas.

A primeira abordagem de espaço é a do jardim de Maria, que assim é descrito:

Em 1835, o sítio de B..., pouco mais de meia légua distante da Vila da Praia da ilha de São Tiago - uma das ilhas de Cabo Verde - não tinha ainda experimentado os melhoramentos, que hoje lhe dão a aparência de uma quinta européia. Contudo, apesar da falta de arte no seu amanho, com quanto não houvesse ali outra cultura além da das plantas indígenas, nem por isso deixava de ser aquele sítio - na época a que nos referimos - um dos mais aprazíveis para quem saía da Vila da Praia, cuja aridez contrasta de um ponto que lhe fica tão próximo. (ALMEIDA, 1989, p. 26)

O narrador está seis anos depois dos fatos e comenta as melhorias implantadas no local, com certa nostalgia. Evidencia as características paradisíacas daquele espaço, e reforça a idéia de que era um sítio menos cas-

tigado pela aridez do que era comum naquela ilha.

Já quando se vai descrever o lugar onde Júlia morava, o Monte Vermelho, tem-se uma descrição mais próxima da aridez do arquipélago:

Aquele antro era medonho! Aí não moravam os morcegos, os mochos, as corujas, nem as demais aves sinistras, lúgubres e agoureiras, que costumam habitar os lugares funestos; nada que significasse a vida; nada que fizesse persuadir, que de fora existia um mundo povoado. Aí não podiam nutrir-se idéias de ventura; a imaginação sucumbia ao lúgubre aspecto do nada; e aquelas paredes sepulcrais pareciam dizer ao ente que lá entrava: Infeliz, cuida na morte! (ALMEIDA, 1989, p. 112)

O Monte Vermelho, no qual ficava a morada de Júlia, era assim denominado em razão do rubro da terra. Ali, não havia sinal de vegetação. Era seco, porém "rico em minerais" (ALMEIDA, 1989, p. 112).

O fato é que se trata de uma descrição mais próxima do clima inóspito das ilhas. A realidade retratada na moradia, onde ninguém poderia sobreviver, recupera um pouco do espaço verídico, no qual estava inserida grande parte da população caboverdiana no século XIX.

Mas o espaço do Monte Vermelho tem o sentido de espaço de fuga, lugar de resistência do escravo fugitivo. Além das freqüentes revoltas que assolaram o arquipélago e outras colônias nesse período, havia o problema da mencionada fuga de escravos que, conforme é sabido, eram constantes e em direção aos montes, motivada pela seca ou por outras razões, o que gerava alto custo diante da necessidade de pessoal para atuar na busca e captura dos fugitivos.

Sobre esta questão, pode-se citar o governador de Cabo Verde, Antonio Coutinho Lencastre que, através de ofício, em agosto de 1804, propõe que:

[...] cada uma das freguesias desta ilha tenha dois homens com as qualidades precisas para preencherem os empregos, um de capitão-do-campo (também conhecido como capitão-do-mato) e outro de meirinho da serra, os quais terão de obrigação, não só prenderem os escravos fugitivos, mas também aquelas pessoas que os ocultarem e forem autores de semelhantes fugas. (CARREIRA, 1972, p. 348)

Com exceção do jardim de Maria, o espaço descrito no romance contém as características gerais do arquipélago e, de certo modo, dá lugar à representação da sua história e da cultura local, bem como dos hábitos e costumes daquele povo. É dentro deste espaço de encontros e embates entre povos e culturas, entre desigualdades e diferenças, que é construída a narrativa. É do contraponto entre o espaço romanticamente idealizado, e outro mais ao modo realista, que o espaço do arquipélago é delineado, apontando para a tensão idealismo / realismo que caracteriza o romance.

2.7. O narrador e a representação de negros, mestiços e brancos

O narrador de *O escravo*, em sua relação com seus personagens, adota postura de total onisciência. Através da caracterização daqueles, segue traçando o perfil de cada um e demonstrando sua índole.

O protagonista João, por exemplo, é descrito como cavalheiro de sentimentos nobres e muita coragem, o que aponta para a tendência abolicionista do autor, diante do contexto de escravidão e de preconceito contra o negro. Logo no primeiro capítulo, narra uma conversa entre o escravo e sua senhora, o que leva o leitor ao primeiro contato com os dois personagens centrais do romance. É quando João relembra a Maria sua história de vida e sua trajetória desde a infância, detalhando as dificuldades enfrentadas pelos escravos desde a tenra idade.

Desta forma, o narrador faz representar a escravidão em Cabo Verde, dando um panorama de como ela acontecia, e caracterizando a diferença entre o escravo de casa, no caso de João, que podia usufruir de algumas vantagens, e o escravo do campo, que não tinha tais "privilégios".

O romance entre Maria e seu escravo João, não passa de rápido beijo, ao final da trama, o que conserva, até o fim do romance, a distância social que se interpunha entre eles. Mantém-se, assim, a postura conservadora diante do tema da relação inter-racial.

Apesar de favorável à abolição e à mestiçagem, o narrador não permite que um par romântico, composto por um escravo e uma mulher livre, tenha final feliz. A morte de João, ao final do romance, reforça os valores da

época, e ressalta o abismo que separava um escravo de seu senhor.

No que diz respeito aos mestiços do romance, o narrador também demonstra simpatia. Descrevendo-os como pessoas de bem, coloca-os em situação de privilégio dentro da sociedade caboverdiana. Ao explicar os sentimentos de João em relação a Maria, e a maneira especial como esta o trata, o narrador diz: “só o bom coração desta menina podia conceder ao escravo” (ALMEIDA, 1989, p. 36) a atenção que o fazia esquecer suas dificuldades.

As qualidades de Maria vêm reforçar a possível intenção de valorizar a sociedade de Cabo Verde, mestiça em sua maioria. Demonstra que o convívio dos escravos com os mestiços era mais pacífico do que com os brancos, que lhes dispensavam tratamento cruel, aqui representado por Pimentel e Lopes.

É perceptível a postura desfavorável ao branco, que tem papel negativo na trama. Vejamos como o leitor é conduzido, na descrição física e moral que se faz de Lopes:

Sua fisionomia masculina era o verdadeiro tipo português: faces proeminentes – olhos pequenos e muito vivos – a testa alta deixando ver, pela ausência dos cabelos, as características bem pronunciadas de audácia desmedida, ambição e orgulho. A barba e bigodes espessos, fortes e pretos como azeviche, dariam a seu rosto – de um trigueiro sanguíneo – o aspecto da ferocidade, se um sorriso – que podia tomar-se indistintamente por ironia ou bondade – não modificasse um pouco a influência repulsiva, que exercia seu rosto – quando sério. (ALMEIDA, 1989, p. 39)

Mais adiante irá assim caracterizá-lo: “Um inqualificável sorriso foi contrair-lhe os cantos da boca – e, esquecendo o motivo que ali o trouxera, saiu – conservando sempre esse *riso feroz*, que respondia a uma *idéia de sangue*” (ALMEIDA, 1989, p. 76) (destaques meus).

Tais transcrições nos levam a concluir que se trata de personagem de má índole, que traz o coração repleto de mágoa, sendo capaz de tudo para realizar seus intentos. A referência ao “tipo português” desse personagem nos remete ao colonizador, que acreditava poder conseguir facilmente, na

colônia, inúmeras riquezas, e voltar para a metrópole.

O narrador explica que o objetivo de Lopes é conseguir sair de uma posição inferior, na qual se encontrava depois das alterações políticas ocorridas em Portugal. Através deste fato, o narrador faz referência a acontecimentos de ordem política, o que pode estar representando a possível visão do autor em relação aos que não mantinham vínculos com a colônia, mas a ela se dirigiam para tirar proveito e, depois, voltar para as vantagens metropolitanas.

O narrador deixa entrever que tem, pela colônia, grande apreço. Pode-se citar, como exemplo, a valorização exagerada da vegetação do sítio de Maria, descrita como abundante, em contraposição à maior parte das terras caboverdianas, extremamente áridas. Isto aponta para o desejo do autor de valorizar o arquipélago, reforçando ou criando aspectos positivos.

Ainda sobre o personagem Lopes, explica-se que ele tira proveito das mágoas de Júlia, e demonstra habilidade ao se aproveitar dos sofrimentos da pobre mulher para conseguir realizar seus planos durante o levante.

Portanto, o narrador coloca Lopes como vilão, e os negros como incapazes de alimentar, por muito tempo, sentimentos de vingança. Explica que estes, mesmo motivados pela euforia momentânea após a narrativa de Júlia, logo se deixariam levar pela diversão do batuque, reafirmando, assim, que seriam bondosos e dóceis e que esqueciam "facilmente as idéias assassinas, para darem lugar a outras mais lisonjeiras, que a dança em expectativa devia sugerir-lhe" (ALMEIDA, 1989, p. 77).

É evidente que a postura do narrador, ao colocar os negros como incapazes de nutrir, por muito tempo, sentimentos tão cruéis quanto os de Lopes, os coloca muito mais humanos do que este. O julgamento adotado pelo escritor demonstra postura ideológica sobre as questões da escravidão e do colonizador, presentes no romance. O oportunismo de Lopes é posto em evidência, e desaprovado pelo narrador.

Assim sendo o narrador, através da caracterização de seus personagens, vai traçando o perfil e a índole de cada um, demonstrando seu caráter e seu papel na trama. Nesta tarefa, não se revela imparcial, adotando postura de julgamento, e posicionando-se contra o branco colonizador e esca-

vagista, e a favor dos mestiços caboverdianos e dos escravos negros.

2.8. A polissêmica identidade do romance *O Escravo*

Concluindo esta abordagem, é possível afirmar que *O Escravo* não é, apenas, um romance elaborado nos cânones românticos, mas retrata, também, um momento histórico de transição, fundamental para as transformações que vão se desencadear nos séculos seguintes, a partir das relações de trabalho. A saber, a abolição da escravatura e a revisão das idéias.

Inserido, com tranqüilidade, no contexto histórico-literário do século XIX, o texto apresenta elementos característicos do Romantismo. O amor frustrado, platônico, o desnível social entre os amantes, renúncia através da morte, ao mesmo tempo em que se mescla, em seu conteúdo, uma gama considerável de elementos realistas. Um tanto híbrida no sentido de desenvolver a ficção dentro de uma ambiência histórica e política real, palpável até, quase uma reprodução fotográfica dos fatos, calcados em pano de fundo fiel à época em que o romance foi escrito.

A questão social e moral, na obra, é discutida de modo consistente, como retrato crítico da realidade social, com fins didáticos para as mazelas do cotidiano.

Apesar de *O escravo* ter surgido em ambiente europeu, reforça as marcas de um discurso africano, centrado na vivência caboverdiana, onde o europeu colonizador é visto como elemento negativo, desagregador da ordem das colônias.

O tempo do romance é delimitado com clareza cronológica através de datas, embora o autor utilize, às vezes, digressões e interrupções da temporalidade, para expor fatos de importância vital, ocorridos anteriormente à ação do romance.

No tempo deste, que é considerado o primeiro de expressão portuguesa nas colônias africanas, há clara intenção, embora um tanto maniqueísta, de proteger a cultura caboverdiana. Para tanto, apresenta como bons, quase sempre vitimizados, negros e mestiços; como maus, os portugueses colonialistas.

O tempo histórico é o que se segue a 1820, quando a metrópole, arrasada pelos percalços do Bloqueio Continental, fica nas mãos dos ingleses, oportunistas, que ali se instalam em virtude da vacância do trono português, decorrente da fuga da Família Real para o Brasil.

O conflito entre liberais e absolutistas vai desviar, mais adiante, a atenção da Metrópole em relação às colônias africanas, de forma que Cabo Verde, já marcada pelas dificuldades de costume, climáticas e geográficas, tem sua economia depauperada também pela ação dos ingleses contra o tráfico negreiro, principal atividade do arquipélago.

A seca, a fome, a pobreza, o abandono, vão desencadear as rebeliões descritas no romance. A narrativa ficcional, no contexto da realidade, vai conferir, ao leitor, uma atração especial. É o reinventar da história de uma colônia, onde o negro e o mulato têm sua imagem resgatada, sob ótica positiva, ainda que desprovida de imparcialidade.

O espaço do romance é Cabo Verde, África ocidental. Mais precisamente, o sítio onde Maria mora com sua família, a pouco mais de meia légua da Vila da Praia. Na descrição deste espaço, o autor trabalha, com maestria, ora a idealização típica do romantismo, ora as asperezas realistas do clima. Ao mesmo tempo, declina as dificuldades e perigos decorrentes da atmosfera insalubre que permeia as ilhas, tais como doenças e febres fatais, potencializadas pela aridez do clima, que provoca secas intermináveis, destruidoras da agricultura, geradoras da fome e da pobreza crônicas.

Entretanto, o jardim de Maria, ainda que no mesmo ambiente insular, é uma nesga de paraíso. É semelhante a uma quinta européia, no dizer do autor, reforçando a idéia de exceção (idealizada) em relação às dificuldades climáticas na Ilha de Santiago.

Mas, ao descrever a morada de Júlia no Monte Vermelho, certamente o autor o faz de maneira bem próxima à realidade inóspita da ilha. É neste espaço que o autor mostra as mazelas da sociedade, diferenças e desigualdades, ao mesmo tempo em que reconstrói a narrativa, abordando elementos da história e da cultura locais. Para tanto mescla, com certa facilidade, o idealismo e o realismo que marcam o primeiro romance da literatura cabo-verdiana.

O narrador é onisciente, traçando com precisão o perfil e a índole de cada personagem. Assim a nobreza de João, a bondade de Maria, ambos mestiços que valorizam a população caboverdiana. A tudo isto se contrapõe as figuras negativas e malévolas dos brancos Lopes e Pimentel.

Ao contrário do ambiente da Metrópole, onde a figura do negro é discriminada e depreciada como elemento maléfico por índole, desprovido de atributos morais, negros e mestiços são mostrados, em Cabo Verde e pelo autor, como bondosos e incapazes de nutrir, por muito tempo, sentimentos cruéis ou de vingança, dissipados que são na dança do batuque.

Recorde-se que o autor radicou-se em Cabo Verde e, embora detentor de formação metropolitana, observou e reproduziu esta nova realidade. Com seu olhar crítico e ousado, antagonizando abertamente com os valores transplantados da metrópole para o mundo colonial, pode, assim, denunciar os males da colonização portuguesa sobre a população insular, desprovida de recursos e de investimentos por parte da metrópole, falida pela opressão britânica e pela independência do Brasil.

Valorizando os mestiços, autóctones do arquipélago, e os negros para ali trasladados, esquece a imparcialidade, à medida que toma partido desta população insular carente de tudo, explorada e imersa em pobreza profunda, lutando com a fome, as doenças, o clima áspero e o desinteresse da Metrópole. Aqui, ele expõe claramente seu olhar implacável sobre o colonizador português, oportunista que em nada contribui a favor dos caboverdianos.

O autor insere-se no tempo e no espaço do romance, como observador perspicaz. Penetra no espírito do narrador e dos personagens, fundindo-se a eles, experimentando suas emoções, participando de sua história de vida, de suas manifestações culturais, vivenciando-lhes as mazelas da raça, oprimida pelo branco, que chega de além mar com o fito de espoliar a terra e acumular riquezas. É sempre o mesmo espírito que move a colonização: exploração, rapina e opressão.

Denunciando e discutindo criticamente esta postura de rapinagem e extrema ganância, inerente à colonização, José Evaristo, mergulhado nas

preocupações com a realidade caboverdiana, confirma, além de qualquer dúvida, sua postura abolicionista.

CAPITULO 3

IDENTIDADE CAVOBERDIANA, ESCRAVIDÃO E INTERTEXTUALIDADE

3.1. Victor Hugo e *O Escravo*

A questão da escravidão fazia parte do cotidiano do homem do século XIX. Tornada motivo de reflexão permanente entre os intelectuais do período, passou a inspirar, no âmbito da arte, diversos textos literários.

Na intenção de denunciar os abusos sofridos pelos africanos arrancados de seus territórios e forçados a trabalhar, em condições desumanas, em várias partes do globo, ou com o intuito de defender a idéia do livre mercado, com mão-de-obra livre, assalariada e, portanto, consumidora, diversos textos foram escritos no combate a tal prática.

Victor Hugo foi um que não ficou indiferente ao tema: seu romance *Bug-Jargal*, de 1826, trata da revolução de escravos ocorrida na antiga colônia francesa de São Domingos, o que deve ser considerado relevante para a análise do texto aqui focado, porque pode ser, este, o mesmo romance ao qual o personagem João faz referência em *O escravo*.

Isto porque o romance de Hugo tem perspectiva abolicionista, e Evaristo de Almeida, apesar de, na sua trama, isentar os escravos da participação nos embates políticos, coloca, na mão de João, o romance sobre a Revolução de São Domingos.

No remanso da noite, quando todos dormiam, eu velava; – e, sozinho à luz de uma lamparina, lia no primeiro livro que encontrava. Numa ocasião deparei com a história da revolta dos negros da ilha de São Domingos. Ah! Essa noite foi para mim de um prazer indefinível! A narração das proezas daqueles negros despertou em meu peito sensações, até então, para mim desconhecidas. A ambição da glória entrou no meu espírito; esqueci o que era: julguei-me livre!...Oh! e tão livre, que a meu lado pendia uma espada...o delírio apossou-se do meu cérebro...e eu corria...corria com o fim de libertar meus irmãos do cativeiro! (ALMEIDA, 1989, p. 29)

O personagem menciona o texto em questão para explicar a Maria o quanto estava insatisfeito com sua condição de escravo. Depois que ela lhe ensinara a ler, ele passara a sofrer muito: "Abristes-me as portas do entendimento, mas quando busco ler no livro do meu futuro, encontro em todas as páginas a palavra 'escravo' escrita em caracteres pretos, oh! pretos como o meu semblante!" (ALMEIDA, 1989, p. 29-33).

Com o tema da abolição na ordem do dia, é sintomático que vários textos sobre o assunto surgissem, àquela altura. Sendo um dos mais importantes prosadores do período e líder do movimento romântico na França, Victor Hugo teve, também, trajetória política bastante expressiva, e passou da postura conservadora e monarquista para o liberalismo reformista.

Na literatura, desempenhou papel importante, com textos que tratavam de temas de ordem social. O fato de abordar a questão dos escravos e de mostrar a Revolução da colônia francesa – que a levou à própria Independência – é muito significativo para este trabalho, pois revela que José Evaristo de Almeida tinha, na figura de uma dos mais importantes baluartes do romantismo francês, ao menos uma de suas referências modelares.

O levante de escravos ocorrido na ilha chamada, primeiramente, de São Domingos, depois Haiti⁵, teve grande repercussão no século XIX. A organização e a duração do movimento levaram os franceses a despenderem ali muito mais tempo, dinheiro e contingente do que podiam imaginar.

O principal líder do movimento foi Toussaint L'Ouverture, ex-escravo, que deu largas mostras de respeitável habilidade e força, ao comandar o grande exército rebelde que arruinou os planos de Bonaparte.

Este, que primeiramente permitiu a abolição, tinha, então, o objetivo de reescravizar os negros, levando-os de volta ao trabalho nos engenhos. No entanto, sob o comando de Toussaint, os ex-escravos recusaram-se a voltar à antiga condição, e lutaram bravamente. "Rebelião, guerra, paz, organização econômica, diplomacia internacional e administração, em tudo eles mostraram a sua capacidade." (JAMES, 2000, p. 323).

As idéias abolicionistas e independentistas que informaram a revolu-

⁵ a rigor, Haiti e República Dominicana dividem hoje, entre si, o território da antiga ilha de São Domingos.

ção de São Domingos, provavelmente circularam através do comércio clandestino de escravos, que perdurou até meados do século XIX, apesar da proibição. "O decreto de 1836 do Governo de Sá da Bandeira proíbe o tráfico, mas permite que um colono que se translade de uma colônia a outra possa importar ou exportar escravos.

Entre 1815 e 1842, surgiu "um conjunto de armadores caboverdianos com número apreciável de navios, quase todos utilizados no tráfico clandestino dirigido principalmente para as Antilhas (Cuba e São Domingos)" (PORTUGAL, 2003, p. 7).

Este intercâmbio entre África e Antilhas, em que as idéias revolucionárias borbulhavam, pode ter facilitado o acesso a obras como a de Victor Hugo, entre outras que tratavam da questão das revoltas na ilha de São Domingos.

Quanto à propaganda, na Inglaterra, contra o comércio de escravos, teve início no final do século XVIII, e gerou adeptos em várias partes do mundo, inclusive na França revolucionária, que fundou a associação chamada Amigos dos Negros.

No caso inglês, correntes protestantes, como a dos metodistas, começaram a combater, com argumentos religiosos, a "imoralidade" de um homem escravizar outros homens.

É importante lembrar que a burguesia britânica havia sido a maior potência do comércio negreiro, e vendia "escravos contrabandeados todos os anos para os latifúndios franceses e particularmente São Domingos" (JAMES, 2002, p. 61), abastecendo a colônia francesa, com o que fortalecia sua maior rival. Isto porque com a independência dos Estados Unidos e a perda desta colônia, a política britânica aumentou o interesse em enfraquecer as colônias francesas. Os ingleses passaram, então, a ser os que mais lutaram pelo fim do comércio de escravos, já nas primeiras décadas do século XIX. Esta postura deu origem aos movimentos abolicionistas, como o de São Domingos.

No romance de Victor Hugo, o ponto de vista do escritor francês parece estar de acordo com esta postura ideológica britânica, em relação aos fatos que assolaram a colônia francesa. O romance deixa entrever grande

simpatia pela causa daqueles desvalidos, que demonstraram força e organização.

A postura da França em relação à escravidão sempre foi ambígua, abrindo precedentes para os questionamentos que resultaram nos levantes aqui citados. Para tanto, basta acompanhar a linha do tempo. Em 1777 acontece, no estado americano de Vermont, a abolição e, em 1780, outra lei de abolição gradual aparece na Pennsylvania: são as primeiras iniciativas neste sentido, ainda no século XVIII. A Revolução Francesa, em 1789, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, geram idéias de liberdade, que passam a circular pela Europa.

No entanto a França, que parecia ser a precursora do movimento de libertação, segue vários caminhos nesta questão. Embora a abolição passe a ser tema recorrente e complicado, devido aos inúmeros interesses envolvidos, em 15 de maio de 1791, há a concessão de direitos políticos aos homens de cor nascidos de pais livres e, em 24 de setembro de 1791, a Assembleia Constituinte se declara incompetente para opinar sobre o estatuto das pessoas nas colônias.

Em 28 de setembro do mesmo ano, a Constituinte abole a escravidão na França, onde não há escravos, em atitude aparentemente destinada a minimizar o absurdo anterior.

A esta altura, o movimento dos negros rebeldes já estava em curso em São Domingos. Em 29 de agosto de 1793, o líder francês Santhonax, presente em São Domingos, abole a escravidão local. Porém, Napoleão decide restabelecê-la em 1801, e manda Toussaint L'Ouverture para a prisão em junho de 1802; no ano seguinte, a escravidão é reorganizada na Guiana francesa.

Estes, apenas alguns fatos citados, para ilustrar as controversas posições adotadas pela França na questão da abolição. É de se crer que Vitor Hugo tenha se inspirado no movimento abolicionista britânico que, àquela altura, estava melhor organizado e definido.

3.2. Bug Jargal

Tendo em vista o paralelismo que é possível fazer entre o romance de Victor Hugo e *O escravo, far-se-á, a seguir*, um resumo daquela trama, no intuito de averiguar o quanto serviu ou não de inspiração e modelo a José Evaristo de Almeida.

Bug Jargal tem início com uma reunião de soldados do exército francês, em um acampamento da guerra em que lutavam, nas fileiras republicanas, contra a Inglaterra. Está presente o capitão Leopoldo de Auvernary e seu amigo, o sargento Tadeu, que chega com um ferimento no braço, trazendo um cão chamado Rask. O sargento justifica o risco que correu para recuperar o cão no acampamento dos soldados ingleses, dizendo que sentia tanta falta dele a ponto de lhe dar vontade de chorar; e que havia chorado, apenas, duas vezes na vida, e uma delas foi quando mandou abrir fogo contra Bug-Jargal, conhecido como Pierrot.

O comentário do amigo traz, à lembrança do capitão, a história da Revolução da ilha de São Domingos, da qual ele e Tadeu fizeram parte, juntamente com o cão Rask.

Os demais soldados pediram ao capitão que contasse a história que envolvia o cão Rask e Bug-Jargal, e ele começa dizendo que havia nascido na França e ido, ainda jovem, para São Domingos, para casar-se com sua prima, a jovem Maria. Seu tio era um rico proprietário de terras, e possuía oitocentos escravos, com quem era muito severo. Mantinha, em sua casa, um escravo anão, chamado Habribah, que era tratado como “bobo da corte”. Mas este escravo, entre os seus, era *obi*, feiticeiro.

Para o capitão, a única preocupação era o amor de sua prometida, apesar de ambos se preocuparem, também em, escondidos do tio, ajudar os escravos. Ele explica que até seu casamento, em agosto de 1791, não havia prestado atenção aos fatos políticos ocorridos na colônia, dentre os quais julgava ser, o mais importante, o decreto de 15 de maio de 1791, que dava, aos homens livres de cor, direitos políticos iguais aos dos brancos, o que gerou discussões e contendas entre ambos.

O próprio Leopoldo havia tomado parte nesta discussão uma única vez, o que resultou em duelo com um rico plantador mestiço. Porém, ele

justifica que a verdadeira causa do duelo tinha sido apenas ciúmes, já que o rapaz havia dançado com sua prima e prometida, Maria.

Antes do casamento, os dois enamorados costumavam se encontrar num jardim. Um dia, este local foi invadido e pisoteado por alguém e, enquanto Maria lá estava, ouviu uma pessoa cantando e tocando uma guitarra, e repetindo o nome dela. Avisou seu amado, que ficou em vigília, à noite, do lado de fora da casa. Logo ouviu a música e, indo ao encontro do misterioso cantor, houve luta. Maria gritou por Leopoldo. Ao ouvir o grito, um homem, extremamente alto e forte desistiu de apunhalar seu rival, dizendo que ela sofreria demais. O homem, que estava nu da cintura para cima, o que era comum somente entre os escravos, fugiu sem que se pudesse saber sua identidade, devido à escuridão da noite.

Leopoldo foi autorizado por seu tio a ficar ao lado de Maria todo o tempo, para protegê-la. Pouco depois, ao visitar o recanto dos noivos, perceberam eles que o misterioso cantor lá havia estado novamente, e ouviram a guitarra e a voz cantando uma música em espanhol, que parecia um lamento: a letra dizia que ela era branca, e ele era negro.

Leopoldo vasculhou as redondezas, mas não encontrou o autor da cantoria. Encontrou, apenas, Habribah, que só o aborreceu, sugerindo saber quem era o cantor, mas que não disse nada de concreto. Em seguida, Leopoldo ouviu gritos de Maria e, chegando ao local, avistou um jovem negro de estatura colossal, que defendia Maria de um crocodilo feroz. Depois disto, a fera veio em direção ao escravo; mas foi morta por Leopoldo. Surpreendentemente, o escravo o repreendeu por isto, deixando a impressão que desejava a morte. Depois, desapareceu no bosque.

A atitude do escravo deixou Leopoldo confuso. Maria lhe contou que ele havia surgido do lado oposto ao daquele de onde vinha a canção, desfazendo a idéia de que ele seria o autor da cantoria. Ambos chegaram à conclusão que deviam recompensá-lo. Assim pensando, contaram o ocorrido ao pai de Maria, que prometeu dar-lhe a liberdade, assim que o localizassem. Por isto, Leopoldo passou a acompanhar o tio nas revistas às plantações, na intenção de encontrar o escravo.

Durante uma inspeção, Habribah denunciou um escravo que dormia,

e havia estragado algumas roseiras de estimação do tio de Leopoldo. Ao tentar castigar o escravo, o pai de Maria foi detido por um braço forte, que Leopoldo reconheceu ser do escravo que salvara Maria. Esta atitude levou à ira o pai de Maria que, além de não lhe dar a liberdade prometida, mandou prendê-lo por levantar a mão contra um branco. O outro escravo foi açoitado.

O singular personagem alto e forte, chamava-se Pierrot. Não era nascido em São Domingos, pois viera da África, e era muito amado e respeitado por seus companheiros. Tinha força extraordinária e, muitas vezes, desempenhava tarefas de outros escravos, para evitar que fossem castigados. Tinha afinidade com os demais escravos, e atitude superior com os capatazes, normalmente escravos privilegiados.

Leopoldo resolveu visitar Pierrot na prisão, o que foi possível com a ajuda de seu amigo Tadeu, que era alferes. O prisioneiro havia trazido, para dentro da prisão, removendo uma pedra que poderia dar passagem a dois homens, seu cão, Rask. Leopoldo, ao se ver perante ele, lembrou-lhe que lhe era grato por ter salvo a vida de Maria, e eles ficaram amigos, de tal forma que Leopoldo saiu, recomendando a Tadeu que cuidasse bem de Pierrot.

Passou a visitá-lo diariamente, e Pierrot pediu-lhe para nunca duvidar de sua amizade. Se quisesse, Pierrot poderia fugir. Mas não o fazia e, aparentemente, aguardava a morte. Enquanto isso, Leopoldo e Maria tentavam conseguir-lhe o perdão.

Em uma das visitas o prisioneiro, sem dar maiores explicações, pediu a Leopoldo que mudasse a data do casamento, o que, apesar de deixá-lo intrigado, não foi feito.

Quando conseguiu o perdão para Pierrot, Leopoldo voltou para buscá-lo. Mas encontrou, apenas, o cão, que trazia uma folha de palmeira no pescoço e, nela, um bilhete de agradecimento, e uma mensagem em código, cujo teor ele já havia combinado com Leopoldo e que, para este naquele momento, deixou clara a fuga do amigo.

Esta fuga, logicamente, irritou o tio de Leopoldo, que escreveu ao governador dando ordem de prisão ao fugitivo.

No dia do tão esperado casamento, aconteceu uma rebelião de escravos, que passou a tomar proporções inesperadas e o noivo, que fazia parte da milícia local, foi enviado ao palácio do governador onde, devido às ocorrências trágicas do movimento revolucionário, discutia-se sobre a possibilidade de armar os mulatos, o que gerou contenda.

Um dos presentes, o plantador que havia duelado com Leopoldo, posicionou-se contra, mas foi ignorado pelos demais. Outro plantador, que se dizia negrófilo, ou seja, favorável às causas dos negros, sugeriu uma medida violenta para intimidar os rebelados: que matassem e empalhassem os escravos que ainda não tinham entrado no movimento, ressaltando que havia feito isto durante uma revolta anterior, e que tinha exposto a cabeça de cinqüenta escravos na avenida de sua casa. A proposta foi considerada degradante, e desconsiderada pelos demais.

Com autoridade, um veterano, chamado Rouvray, disse que não havia o que esperar, e que o governador devia tomar medidas concretas para defendê-los. Leopoldo retirou-se, e foi reunir seus soldados.

Logo veio a notícia de que a rebelião invadira a planície do Acul, onde se localizava a propriedade de seu tio; segundo estas notícias, os negros sitiavam o forte onde estavam refugiados os plantadores e suas famílias. Leopoldo saiu em disparada até o forte, para tentar salvar Maria. No entanto, os negros tinham tomado a fortaleza naquele momento.

O cenário era horrível: vinte famílias foram dizimadas, já que os escravos revoltados estavam bem armados, e lutavam em maior número. Tadeu disse a Leopoldo que estavam vencendo até a chegada de Pierrot, e que sua presença incitou os escravos a lutar com maior empenho. Neste instante, Pierrot apareceu e levou Maria consigo. Leopoldo perdeu os sentidos.

Ao despertar, lembrou-se do ocorrido e Tadeu lhe explicou que os rebeldes tinham fugido, apesar de estarem em maior número. A propriedade estava incendiada e seu tio, morto. Deduziu que o anão Habribah havia sido assassinado, já que muitas vezes havia sido infiel aos seus iguais.

Leopoldo esteve com febre por dez dias e, ao se recuperar, pensava apenas em se vingar. Mas os rebeldes se espalhavam, e progrediam. Havi-

am se dividido em vários grupos, e seus líderes eram João Francisco, chefe do grupo de Maribon, Buckman, que percorria as margens do Limonade, e o grupo de Mourne-Rouge, liderado por Bug-Jargal. Este último era considerado menos sanguinário do que os demais, já que Buckman e Biasson tinham o hábito de torturar seus prisioneiros.

Porém, Bug-Jargal era o mais temido pelo governador, que enviou, contra ele, vários contingentes, todos derrotados. Bug-Jargal juntou-se a Biasson, deslocando-se de Mourne-Rouge. O exército colonial foi novamente enviado em direção aos rebeldes e, desta vez, o governador tinha grandes esperanças de vitória.

Leopoldo estava à frente deste exército, acompanhado de seu companheiro Tadeu. Na noite do terceiro dia de viagem, chegaram às margens do Rio Grande, onde foram surpreendidos pelos rebeldes, que estavam sob a liderança de Pierrot, que Leopoldo desejava matar.

No entanto, quando este esteve ao alcance de sua arma, mergulhou nas águas do rio, escapando ao ataque. Os soldados, então foram atacados por pedras e, enquanto Leopoldo deixa o comando sob as ordens de Tadeu, dirige-se para o monte chamado "Cume do Pavão".

Neste momento, é o sargento Tadeu quem dá continuidade ao relato, explicando que ele havia lutado com Pierrot dentro do rio. Este o reconheceu, poupando-lhe a vida e se deixando prender. Os demais rebeldes foram embora, depois que ele lhes falou numa língua desconhecida.

O capitão Leopoldo Auverny retoma a narrativa, e explica que, enquanto Tadeu participava da luta no rio, ele, chegando ao alto do "Cume do Pavão", participa de uma batalha, que os negros estavam perdendo por estarem menos armados.

Durante a luta, fizeram eles gestos que deram a entender que o chefe estava morto, e saíram em direção aos precipícios do Rio Grande. Mas, ao tentar segui-los, Leopoldo foi separado dos demais por um rebelde, que cortou a ponte de cordas feita por ele e seus soldados. Foi feito prisioneiro, mas seus soldados sobreviveram, já do outro lado da ponte.

Leopoldo foi levado ao coração da ilha de São Domingos, num lugar chamado "Duplas Montanhas", onde bandos de rebeldes chegavam ao a-

campamento, dando gritos de raiva. Então, foi ele amarrado a uma árvore, e o rebelde que o trouxera lhe disse que era do bando de Mourné-Rouge, o que deu certa esperança ao prisioneiro.

No entanto, ele foi entregue a Biasson, já que Bug-Jargal caíra em desgraça, e havia sido preso, como já vimos, durante a batalha. Um grupo de negras *griotas*⁶ apareceu e, por pouco, não o torturaram com seus instrumentos em brasa: apenas não o fizeram porque foram interrompidas por um homenzinho, feiticeiro do acampamento, que mantinha o rosto coberto por um véu, com furos nos olhos e na boca. Leopoldo foi comunicado que o chefe Biasson desejava vê-lo.

A guarda especial de Biasson veio buscá-lo, dando àqueles que o capturara um saco de moedas. A gruta do chefe tinha certo luxo, e ele estava sentado em uma espécie de trono, tendo, a seu lado, o homenzinho, chamado por eles de *obi*, o feiticeiro. Sobre a cabeça do chefe estava o retrato do mulato Ogé que, um ano antes e junto a João Batista Chavanne, seu tenente, e mais vinte mulatos e negros, tinha sido enforcado pelo crime de rebelião.

Biasson tinha estatura mediana, e demonstrava astúcia e crueldade. Enquanto Leopoldo esteve ali, o chefe mandou reunir o exército para passar em revista, e disse, ao feiticeiro, que celebrasse uma missa. Os batalhões assistiram à celebração, que foi auxiliada por dois escravos brancos que serviam ao chefe rebelde.

Após a cerimônia, Biasson fez um discurso incitando-os a luta: referiu-se aos mulatos, dizendo que enquanto seus pais estavam do lado dos brancos, suas mães estavam com os negros. Disse que deviam vingar-se, e já que não podiam matar seus próprios pais, deviam matar um o pai do outro. E que aquele que vencesse gozaria dos prazeres da vitória e os que morressem, receberiam vantagens na vida eterna.

O anão feiticeiro curava, com algumas bebidas ou, apenas, com alguns sinais cabalísticos, os feridos do exército. Julgava aqueles que morriam, dizendo que eram infiéis e, por isso, pereceram. Exercia ele certo fascínio sobre todos os presentes.

⁶ contadoras de histórias responsáveis pela literatura oral da cultura africana, na região da savana.

Terminada a sessão de cura, o *obi* deu início a uma sessão de adivinhação. Pediu aos interessados que fizessem fila, e distribuiu predestinações mais ou menos felizes, de acordo com a generosidade da contribuição.

Enquanto isto se dava, chegou a Biasson a notícia da morte de Buckman. Para contornar a situação, pediu ele ao feiticeiro que fizesse adivinhações sobre os presentes, e que previsse suas desgraças. Assim, antes de anunciar a notícia aos soldados, o *obi* disse que previra a desgraça de Buckman, o que deu ainda mais credibilidade às suas profecias.

Em seguida, foram trazidos a Biasson três prisioneiros para receberem os respectivos castigos. Entre eles estava o mulato com quem Leopoldo duelara; o outro era o cidadão que se dizia amigo dos negros, e o terceiro, era Santiago Belin, carpinteiro do hospital dos padres. Esse foi o primeiro a receber a sentença, visto que, dele, Biasson havia sido escravo: pena de morte.

Continuando a contar os fatos, Leopoldo relatou o diálogo ocorrido entre o líder rebelde e o suposto amigo dos negros, que procurava fazer-se necessário para evitar a morte eminente. Biasson chegou a propor-lhe que fosse seu escravo, o que ele aceitou de pronto. Depois, disse a ele que sabia quem ele era e sobre as atrocidades cometidas contra seus escravos.

O último a ser questionado foi o colonizador mulato, a quem foi dada a oportunidade de viver, desde que assassinasse os brancos ali presentes, provando, assim, sua lealdade aos negros. Este assim o fez, matando o cidadão que se dizia negrófilo a punhalada.

O próximo a ser morto seria Leopoldo, que pensava na ironia daquela situação: a mesma pessoa que duelara com ele para provar que era branco, agora o mataria para provar que era negro...

Biasson almoçou ali mesmo, sem tirar o cadáver do negrófilo do lugar. Enquanto comia, ordenou o início da revista aos soldados. Quando passaram por ele os soldados de Mourne-Rouge, afirmou odiar a postura do líder Bug Jargal.

Lembremos que, com a morte de Buckman e a prisão de Bug Jargal, Biasson comandava o exército sozinho, e mandou fuzilar o escravo que havia trazido a mensagem da morte de Buckman, para que este não dissemi-

nasse esta notícia entre os demais.

Ao final da revista, Biasson dirigiu-se a Leopoldo, dizendo que ele poderia salvar sua vida se fizesse as devidas correções numa carta, na qual pedia trégua aos brancos. Lembrou-lhe das torturas a que poderia ser submetido caso se recusasse a colaborar, e deu-lhe um prazo até o dia seguinte, ao pôr-do-sol, para se decidir.

Leopoldo foi entregue aos soldados de Mourne-Rouge, que lhe deram comida. Enquanto delirava pensando em seus infortúnios e em sua mágoa contra Pierrot, este surgiu a seu lado, acompanhado do cão Rask.

Durante o diálogo dos dois, os soldados despertaram e reverenciaram Pierrot, que lhes ordenou que soltassem o prisioneiro. Leopoldo não sabia que ele era o próprio Bug Jargal.

Os dois continuaram conversando e, ao perguntar por Maria, Pierrot pediu-lhe que confiasse e esperasse. Foram até Biasson pedir a liberdade do prisioneiro, o que ele concedeu. Mas antes, o fez dar a palavra que voltaria no dia seguinte, antes do pôr-do-sol. Leopoldo aceitou.

Ansioso que estava por saber de Maria, nem se importou, ele, com os mistérios que envolviam a figura de Pierrot e, chegando a um bosque, a encontrou, juntamente com sua ama e uma criança, irmão da moça.

Leopoldo pediu perdão a seu salvador por haver desconfiado dele e, então, Pierrot lhe explicou que era filho do rei do Congo, que havia sido enganado e trazido a São Domingos como escravo. Leopoldo ficou surpreso ao saber que o escravo de seu tio era, na verdade, além de rei, o líder rebelde Bug Jargal, que viera apenas para salvá-lo, visto que tinha de voltar a tempo de evitar a morte de dez inocentes em seu lugar, pois era prisioneiro do sargento Tadeu, e só havia conseguido permissão para vir resgatar Leopoldo, com a condição de retornar em breve. Do contrário, dez escravos seriam mortos em represália.

Isto fez com que Leopoldo se lembrasse da promessa que fizera a Biasson. Então, comunicou a Bug-Jargal e a Maria que teria de voltar ao acampamento rebelde e, apesar das súplicas de ambos, partiu.

Chegando à presença de Biasson, pode vê-lo experimentando instru-

mentos de tortura. O comandante rebelde mandou reunir o exército, e explicou como atacariam no dia seguinte. Precisavam partir, e deu ordens para que os regimentos seguissem deixando, por último, os soldados de Bug-Jargal.

O prisioneiro ainda foi incitado a corrigir a carta, mas não cedeu, ao que Biasson lhe informou que, mesmo que o fizesse, morreria, pois tinha prometido sua vida ao *obi*.

Chegando ao local onde seria morto pelo *obi*, este se revelou como Habribah, o bufão de seu tio, e informou que ele próprio havia assassinado seu amo.

Leopoldo estava sendo amarrado pelos soldados quando ouviu latidos de Rask. Logo Bug Jargal apareceu, dando ordens, aos soldados, para soltá-lo. Habribah desapareceu. Bug-Jargal ordenou ao prisioneiro que voltasse, e se encontrasse com ele mais tarde, no vale.

Habribah retornou e atacou Leopoldo, que se safou do ataque. Mas, na investida, o anão caiu e ficou suspenso, por algumas raízes, sobre um precipício. Habribah convenceu Leopoldo a lhe ajudar, mas quando este se esforçava para puxá-lo, o anão começou a balançar, para que ambos caíssem no precipício. Bug-Jargal voltou e Rask salvou a vida de Leopoldo, enquanto o anão caía.

Chegando ao vale, o guerreiro explicou a Leopoldo que deixara Maria no acampamento dos brancos. Leopoldo expressou sua gratidão e pediu a Bug Jargal que ficasse com ele no exército dos brancos, o que deixou o negro contrariado.

Ao chegar nesta parte da narrativa, o capitão Leopoldo Auvernary saiu da tenda acompanhado pelo cão, que estava inquieto, e pelo sargento Tadeu. Os soldados, que ouviam a história, ficaram conjeturando sobre os fatos e as personagens.

Leopoldo retornou em seguida, e continuou, dizendo que ele e Bug Jargal voltaram juntos para o acampamento onde estava Maria. Mas, no caminho, ouviram um tiro de canhão. Logo Bug-Jargal percebeu que seus homens tinham sido traídos por Biasson, e mandou que Leopoldo seguisse Rask, desaparecendo entre as árvores.

Neste ponto da história, o capitão pediu a Tadeu que continuasse, pois estava comovido. Tadeu prosseguiu, contando que acreditou que Pierrot tinha fugido, com os dez escravos, para um lugar chamado Boca do Diabo Grande. Lá chegando, encontrou Bug-Jargal sem Leopoldo, e tomando o lugar dos escravos. Tadeu deu ordem para o fuzilamento de Pierrot, ferindo o cão, que ficara mancando de uma perna, desde então. Uma das balas atingiu também Leopoldo, que foi encontrado no bosque.

Victor Hugo então relata que, por ter narrado este episódio, o capitão Leopoldo Auvernary foi denunciado como conspirador contra a República: um representante do povo apresentou a acusação ao general, superior de Auvernary, dizendo que ele era acusado por narrar histórias sobre a revolta dos escravos.

Mas o general, indignado, explicou que o capitão havia morrido em combate, e que ele pediria à Convenção Nacional que o considerasse merecedor de gratidão da pátria, pois se arriscara pelo sucesso da ação.

3.3. O romance *Bug Jargal* e a história

Várias personagens fizeram a história da revolução de São Domingos. Porém, alguns líderes tiveram maior representação. O primeiro deles, que deu início ao movimento, foi Boukman, “um papaloi ou alto-sacerdote, um negro gigantesco” (JAMES, 2000, p. 91), que pode ter inspirado a personagem principal do romance de Victor Hugo, Bug Jargal, também descrito com um “gigantesco negro” (HUGO, 1946, p. 61).

Boukman era capataz de uma fazenda, e ficou alheio ao confronto entre mulatos e brancos que se iniciara na França com a declaração dos direitos dos homens. Neste confronto, os mulatos exigiam direitos políticos, e deram início à revolta liderada pelo mulato Ogé, que foi massacrada.

Porém, esta iniciativa dos mulatos pode ter incentivado os negros a se organizarem, fazendo a própria revolução: “Por volta do final de julho de 1791, os negros de Le Cap e arredores estavam prontos e aguardando.” (JAMES, 2000, p. 91).

Vários destes fatos reais são narrados no romance; quanto à data do

levante, o escravo Pierrot (Bug Jargal), que se tornara amigo de Leopoldo, o alertara: "Irmão, devo-te tanto, preciso aconselhar-te: vai até o Cabo e casa-te antes de 22 de agosto." (HUGO, 1946, p. 40).

Bug Jargal era um dos líderes do movimento e, mesmo preso, recebia mensagens "escritas em caracteres desconhecidos" (HUGO, 1946, p. 38), além de organizar os escravos para a revolta. Assim aconteceu, historicamente:

Na noite do dia 22, uma tormenta tropical eclodiu, com relâmpagos e rajadas de vento e pesadas torrentes de chuva. Carregando tochas para iluminar o caminho, os líderes da revolta se reuniram em uma clareira na floresta densa de Mourn Rouge, uma montanha acima de Le Cap. Lá Boukman deu as últimas instruções. (JAMES, 2000, p. 92)

O romance de Victor Hugo narra as peripécias e a importância de Bug Jargal, descrito como líder excepcional, justo e menos sanguinário dentre os demais daquela revolta. A descrição física deste personagem o aproxima de Boukman, um escravo da Jamaica que trabalhava como capataz de uma fazenda próxima a Le Cap.

No entanto, a certa altura da ficção, o narrador conta que Boukman havia sido morto em combate, o que nos faz perceber que não seria este o herói da história. Considerando que a ficção apenas espelha alguns fatos reais, entende-se que, de algum modo, o autor pode fazer referência positiva ao grande homem que iniciou aquele movimento de libertação, já que Bug Jargal é o personagem principal do romance e é descrito como sendo líder correto e justo.

Os fatos do romance são contados por dois personagens brancos que, durante o ocorrido, viviam na colônia: são eles Leopoldo de Auvernary e Tadeu, seu amigo. Ambos têm imensa admiração por Bug Jargal e mantêm, com eles, desde a morte deste líder dos escravos, seu cão, como lembrança material. Veja-se o trecho a seguir:

Que homem excepcional! Recordar-se, meu capitão, quando ele manteve erguido como fosse dançar, e seu cão, este mesmo Rask, compreendendo o que ia acontecer, tentou morder-me? (HUGO, 1946, p. 7).

O capitão Auvernary foi duramente sacrificado durante a revolução, já que “perdera a esposa e a família toda, nas matanças que se seguiram à invasão da revolução” (HUGO, 1946, p. 11). Mesmo assim, tinha grande respeito por Bug Jargal. “O capitão Leopoldo de Auvernary pertencia a classe de homens que, em qualquer situação, inspiram sempre respeito e interesse” (HUGO, 1946, p. 10), e era altamente considerado, dentro do exército francês, por sua dignidade e coragem. Lutava, na ocasião da narrativa, nas fileiras republicanas, contra a Inglaterra, juntamente com seu companheiro, o sargento Tadeu.

O romance de Victor Hugo é narrado, basicamente, por este personagem, que é colocado em São Domingos durante o início da revolução escrava, sendo prisioneiro no acampamento rebelde.

Voltando à questão da liderança da revolta, sabe-se que o início do movimento é desorganizado, o que leva à morte de Boukman. Porém, três anos depois de iniciado o movimento, entraria em cena o líder mais importante da história daquela revolução: Toussaint L’Ouverture.

Parece certo que ele estivera em contato secreto com os dirigentes, mas, assim como muitos homens de melhor educação do que os das bases, ele carecia da audácia que eles tinham no momento da ação e esperou para ver como as coisas iriam ficar. (JAMES, 2000, p. 95)

O pai de Toussaint era chefe tribal, e havia sido trazido para São Domingos, onde foi comprado por um senhor, que soube valorizar a capacidade tanto do pai quanto do filho. Toussaint Breda, que depois passou a chamar-se Toussaint L’Ouverture, era o primogênito de oito irmãos, e ocupava o posto de administrador de cabeças de gado. Foi alfabetizado por um velho negro que vivia na fazenda, e leu

[...] os Comentários de César, o que lhe deu uma certa idéia de política, de arte militar e da conexão entre ambas. Tendo lido e relido o vasto volume do Padre Raynal nas Índias Ocidentais e Orientais, ele adquirira uma base completa em economia e política, não apenas sobre São Domingos, mas sobre todo o grande império europeu que estava metido na expansão colonial. (JAMES, 2002, p. 96)

Quando resolveu juntar-se aos rebeldes, tinha já 45 anos, e era respeitado, entre os demais, por sua instrução e caráter irrepreensível, fato que facilitou sua rápida ascensão no exército.

Sua habilidade e força contribuíram para que ele se sobressaísse, assegurando o posto de comando, que o levaria a ser o homem mais importante de São Domingos por largo período.

No romance de Victor Hugo, há referências às origens do líder Bug Jargal. O autor diz que ele era descendente de um rei africano, do país do Congo. Não há semelhança entre a verdadeira história de Toussaint e aquela que é narrada sobre a vida de Bug Jargal, a não ser o fato de ambos terem ascendência real.

O personagem relata o modo como seu pai foi enganado e traído por um branco, que lhe havia feitos várias promessas para trazê-los da África. Estas explicações são dadas a Leopoldo, para justificar o fato de Bug Jargal estar participando da revolução de escravos. Ele é descrito como pessoa de caráter e retidão, salva a vida da jovem noiva de Leopoldo por duas vezes, e a entrega sã e salva, apesar de estar apaixonado por ela.

Toussaint pode ser comparado ao líder do romance pois, segundo James, seu caráter e retidão eram irrepreensíveis. O modo como tratava os prisioneiros franceses, explicando-lhes as razões da luta, fez com que alguns soldados acabassem desertando “para os negros” (JAMES, 2000, p. 289). Mesmo porque muitos daqueles soldados revolucionários, que lutavam pela causa da revolução francesa, eram favoráveis à abolição da escravidão.

Não há dúvida sobre as qualidades deste líder admirável, que alcançou inúmeras conquistas lutando contra franceses, ingleses e espanhóis; também a habilidade de Toussaint em tranquilizar seus companheiros durante as dificuldades que surgiam, foi registrada no romance de Victor Hugo, e parece fazer parte da história da revolução:

Quando os cultivadores negros vieram até ele, preocupados a respeito da própria liberdade e da dominação branca, ele pegou um vaso de vidro e o encheu com grãos de milho

preto; depois, depositou nele uns poucos grãos de milho branco.

– Vós sois o milho preto; os brancos que vos querem escravizar são o milho branco!

Então chacoalhou o milho branco e mostrou-o a eles.

– Vedes, os brancos estão espalhados apenas aqui e ali! (JAMES, 2000, p. 231)

Este fato foi também citado no texto do romance, com as diferenças que marcam a ficção e o texto histórico. Mas, ao que parece, trata-se de acontecimento real, que ganhou fama no contexto da obra. No romance, um dos líderes rebeldes, Biasson, incita seu exército à luta, fazendo a mesma demonstração referida anteriormente, para mostrar, aos escravos, que eles eram a maioria. Veja-se:

Não saberia dizer se ele falava com ironia, ou com boa fé. Pouco depois ordenou que lhe trouxessem um vaso de vidro cheio de grãos de milho negro, onde deitou alguns grãos de milho branco, levantando o braço sobre a cabeça, para ser visto por todo o exército. (HUGO, 1946, p. 7)

No romance de Victor Hugo, percebe-se que o narrador tem o objetivo de denunciar a ignorância dos escravos, demonstrando como são manipulados por seus líderes. Biasson faz com que os soldados acreditem que a morte de Buckmann foi prevista pelo feiticeiro, que está sempre a seu lado, sendo aquele um anão ao qual chamam *obi*, por quem os escravos sentem respeito temeroso.

Veja-se, nos trechos que seguem, a maneira como o narrador descreve a ignorância do exército negro: “O obi, erguendo-se sobre o grotesco altar, onde sentia divinizado pela imbecilidade dos negros.” (HUGO, 1946, p. 89). E justifica: “Nesse momento o obi era o homem mais importante do exército.” (HUGO, 1946, p. 89).

O fato é que, movidos por forças ocultas ou não, os rebeldes lutaram com determinação e coragem, segundo mostram os textos históricos. Na ficção de Victor Hugo, muitos fatos são retomados, ainda que contados de acordo com as intenções do autor, relacionando-se à questão de verossimilhança, necessária ao texto.

Toussaint conseguiu liderar grande número de negros. Embora mal falasse o francês, teve a diplomacia necessária para negociar, o bom senso para mudar de lado no momento adequado, e a habilidade necessária para entender as razões e os interesses britânicos e espanhóis.

Depois de decretado o fim da escravidão por Santhonax, governador da São Domingos francesa, Toussaint juntou-se a ele e uniu forças para expulsar as tropas britânicas e espanholas da ilha. Neste momento, pretendia manter um governo aliado à França. Talvez tenha sido este seu maior erro.

Neste período, foi ele o homem mais importante de São Domingos: tinha secretários brancos, e comandantes negros e mulatos. Obrigou a população a um sistema de trabalho rigoroso nas fazendas arrendadas e administradas por comandantes militares, além de ter aceito, de volta, antigos proprietários.

Provocou alguns descontentamentos entre os próprios companheiros de batalha. O fuzilamento de um de seus principais comandantes, Moise, sobrinho de Toussaint, piorou sua situação, levando-o a perder a confiança de muitos de seus partidários.

Porém, a vinda de Leclerc, cunhado de Napoleão, para conter os rebeldes, e trazendo consigo 25 mil soldados, deu outro rumo ao movimento em questão. O líder que tentara, através de inúmeras cartas, aproximação com a França, pedindo o reconhecimento da colônia, foi aprisionado e mandado para a prisão fora de São Domingos.

Porém, apesar do afastamento de Toussaint, Leclerc não conseguiu dominar a situação, e morreu de febre amarela em 1802; Toussaint morre na prisão no ano seguinte, 1803.

No romance de Hugo, a personagem principal teve morte honrosa, ao tomar o lugar dos escravos que seriam fuzilados; o fato reforça a intenção de valorizar o líder em questão. Já em São Domingos, a seqüência dos acontecimentos é devastadora, culminado com a expulsão dos franceses e a vitória dos escravos, que passaram a ser liderados por Dessalines.

O tema da mestiçagem é tratado também no romance Bug Jargal, onde se percebe que eles estão à margem, juntamente com os escravos, e passam a participar do movimento rebelde. O primeiro mestiço descrito no

romance é Habribah, o anão disforme que acompanhava o tio de Leopoldo “à semelhança dos antigos príncipes feudais” (HUGO, 1946, p. 15); isto deixa entrever certa repulsa pela questão da mestiçagem:

[...] anão repulsivo era gordo, barrigudo e movia com singular rapidez suas pernas magras e débeis, que quando ele se sentava, ficavam sob ele dobradas como as patas de uma aranha. Sua cabeça descomunal, pesadamente fundida entre os ombros, eriçadas de uma lã vermelha e crespa, tinha como apêndice umas orelhas enormes, das quais seus camaradas caçoavam. (HUGO, 1946, p. 15)

Outra referência à questão da mestiçagem, é feita, por Leopoldo, na ocasião de um baile, no qual se fala sobre o “desastroso decreto de 15 de maio de 1791, pelo qual a Assembléia Nacional de França concedia aos homens de cor livres, desfrutar iguais direitos políticos que os brancos” (HUGO, 1946, p. 18). O narrador ficcional justifica o fato de ter provocado um jovem mestiço no referido baile, dizendo que estava enciumado por ele ter dançado com Maria.

Porém, a questão real é que havia sérias divergências entre mulatos e brancos, fato agravado depois da revolução iniciada por Ogé, personagem da história real também citado no romance, quando o autor descreve o acampamento dos escravos rebelados: “sobre a cabeça do chefe, uma figura chamou-me a atenção: o retrato do mulato Ogé, enforcado no Cabo um ano antes, pelo crime de rebelião” (HUGO, 1946, p. 75).

Historicamente, Ogé fazia parte da elite mestiça de São Domingos, que lutava por se fazer representar e, mesmo conseguindo na França o direito de representação política, o fato provocou, na colônia, inúmeros embates entre brancos e mulatos. Um destes conflitos foi liderado por Ogé.

Essa posição intermediária entre branco e negro, deu ao mulato algumas vantagens em relação ao escravo comum; porém, não garantiu sua aceitação pelo branco colonizador. Muitos alcançaram situação financeira melhor do que os brancos que faziam parte da burocracia francesa, mas que eram brancos pobres, e despertaram a inveja dos mulatos bem posicionados.

Por outro lado, entre os principais líderes da Revolução Francesa, havia membros da organização abolicionista Amigo dos Negros, o que gerava expectativa em relação aos negros e mulatos da colônia. Os mulatos eram numerosos, e muitos eram prósperos, conforme já mencionado. Isto, o bastante para emprestar dinheiros aos brancos endividados.

As mudanças dentro da Assembléia Francesa deram margem a várias tendências, e a questão do direito dos mulatos veio a ser apoiada por alguns, e ponderadas por outros. "Rejeitados na França, humilhados em casa, os mulatos organizaram uma revolta" (JAMES, 2000, p. 80).

Daí que o líder Ogé recebeu apoio de abolicionistas britânicos, desembarcando em São Domingos com seu irmão João Batista Chavanne, no dia 21 de outubro de 1790, e dando início ao movimento rebelde. Foram rechaçados e exemplarmente castigados.

3.4. Os romances *Bug Jargal* e *O Escravo*

Comparando com a posição do mestiço no romance de Cabo Verde, o mestiço do texto de Victor Hugo não recebe o mesmo tratamento. Neste, há certa depreciação do mesmo, que vem a ser descrito, na personagem de Habribah, o anão feiticeiro, de maneira disforme. Em contrapartida, em *O escravo*, são eles as personagens mais bem posicionadas do romance.

A questão do amor é tratada em ambos os textos de maneira parecida: a musa de ambos chama-se Maria. Embora as características físicas não sejam iguais, já que uma é branca e outra mestiça, o caráter e a bondade é traço comum a ambas, principalmente no que diz respeito ao tema escravidão: ambas são solidárias com a situação dos negros, nos dois romances.

Este, um pontos de contato entre as narrativas, deixa a impressão de que uma pode ter inspirado a outra, mesmo porque, como já foi dito, Victor Hugo foi escritor de grande importância durante o Romantismo, e pode ter sido referência para o escritor de *O escravo*.

Pode-se afirmar, ainda, que ambos os escritores estavam tratando de uma questão politicamente delicada. Em seus respectivos contextos, a postura de ambos deve ser considerada como inovadora, por tocar em assunto

então polêmico, e ainda sem solução.

É sabido que, depois da revolta de São Domingos, disseminou-se certo medo de que as idéias revolucionárias pudessem espalhar-se pelas demais colônias francesas, além de por outros espaços coloniais.

Deve-se ressaltar que Victor Hugo escreveu o romance antes de completar 18 anos, mas só o publicou anos depois, possivelmente por se tratar de tema tão polêmico, tão sujeito à censura que esta se encontra presente na própria trama do romance: o narrador conta que o general do exército foi procurado por um representante do povo, um daqueles “embaixadores de gorro vermelho” (HUGO, 1946, p. 121), que pretendia denunciar o capitão Auvernary por crime de conspiração contra a república, ao tratar do tema da emancipação dos negros de São Domingos! Por tudo isto, pode-se ter idéia sobre a forma como os fatos ocorridos no Haiti tiveram expressão na Europa, e em toda a comunidade colonial.

No caso de Cabo Verde, houve também demora em se publicar o romance *O escravo*, na colônia. É possível que José Evaristo de Almeida tivesse algum interesse em divulgar o assunto. Porém, o romance, que foi publicado em 1856 em Portugal, só apareceu em Cabo Verde nos anos de 1916 e 1917. Esta demora pode estar relacionada, também, com o fato de ainda existir escravos, em Cabo Verde, até 1876.

É razoável supor que José Evaristo de Almeida escreveu o seu romance *O escravo* já imbuído de valores vigentes na elite letrada caboverdiana que irão aflorar publicamente nos anos subseqüentes: a crítica ao descaso da administração colonial, a crítica ao sistema escravagista, a reivindicação de uma identidade própria. (CARRIJO, 2008, p. 103)

Um dos temas abordados em *O escravo* é também uma revolta. Não de negros. Porém, se feito um paralelo com o romance de Victor Hugo, pode-se dizer que o autor fazia referência indireta ao assunto.

Como já foi citado, houve, em Cabo Verde e no ano da narrativa, uma tentativa de levante de escravos, que pretendia assassinar todos os brancos, como aconteceu no Haiti.

Portanto, José Evaristo de Almeida e Victor Hugo escrevem textos

abordando o mesmo tema, embora adequando o assunto a seu momento histórico e às perspectivas políticas e sociais locais.

Porém, ambos tratam de questão então incômoda para aquele espaço colonial: a escravidão.

3.5. O Escravo entre Cabo Verde e a França

José Evaristo de Almeida revela, em sua *Epístola*, dominar as noções literárias vigentes em meados do século XIX. Deste modo, pode-se concluir que seu texto, *O escravo*, não é aventura isolada no mundo literário, sem qualquer preparação anterior. O autor era, certamente, alguém que tinha apreço pela literatura e domínio de suas técnicas.

Teria sido isto o que possibilitou que ele fizesse, de *O escravo*, eficaz libelo contra a escravidão, quer em plano local, quer internacional, já que o romance se preocupa em contextualizar o tema, então em voga no mundo na literatura européia, no peculiar mundo caboverdiano.

Isto faz com que o texto ganhe duas faces bastante distintas: uma, voltada para a caracterização de uma identidade caboverdiana; outra, voltada para o diálogo com a literatura européia, para as questões escravista e racial, que tinham, àquela altura, lugar em todos os fóruns europeus.

Este o grande mérito de *O escravo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico e social no qual é inspirado o romance de José Evaristo de Almeida, é composto por problemas de ordem econômica e política, tais como o levante representado no romance. O arquipélago de Cabo Verde, durante o século XIX, local e época em que o romance está ambientado, passa por período de decadência econômica, em consequência de vários fatores. Entre eles, o fim do tráfico negreiro.

As ilhas que, a princípio, despertaram o interesse da metrópole devido à localização estratégica, perdem, lentamente seu valor. O clima árido é pouco propício para a agricultura, bem como para o comércio, que passa a ser realizado diretamente com a costa africana, diminuem o interesse e os investimentos nas ilhas. Permanece, no entanto, a presença do tráfico clandestino, o que dá certa movimentação ao arquipélago durante a primeira metade do século XIX, embora sem a amplitude econômica do início do povoamento.

Quanto à literatura, há indícios de sua existência, em Cabo Verde, desde o início da colonização. Porém, durante o século XIX, há maior movimentação neste sentido, a partir da implantação da imprensa. O primeiro jornal do governo que ali se instalou, foi o principal veículo de divulgação de literatura local, assim como de publicações e comentários de obras vindas de outras localidades.

A presença da imprensa privada e das primeiras escolas locais, proporciona maiores condições para a circulação de idéias e textos literários. É neste contexto de consolidação da vida cultural caboverdiana, que surge o romance de José Evaristo de Almeida.

Parece que o autor de *O escravo* pretende fomentar a vida cultural das ilhas, para atrair a atenção da metrópole para os problemas ali enfrentados. Assim, procura passar uma visão positiva da população local, questionando o colonizador, que busca, apenas, tirar proveito da colônia.

Acontecem, depois da segunda metade do século XIX, algumas iniciativas efetivas para implantação de projetos voltados ao estímulo da vida

literária e cultural da colônia. Eugênio Tavares, Pedro Cardoso e José Lopes Silva, são exemplos de autores que iniciam, ao final do século XIX, uma jornada literária voltada para a cultura local de Cabo Verde.

A posição do narrador, no decorrer do romance, é bastante parcial, já que condena, sistematicamente, o colonizador português. Isto é feito tendo em perspectiva a história recente do arquipélago, pois são elaborados episódios que se assemelham muito a fatos que se passaram na colônia de Cabo Verde oitocentista. Esta sobreposição entre a história da colônia e a narrativa ficcional, atribui verossimilhança à ficção. Mas também, por outro lado, ressignifica fatos históricos, não permitindo qualquer imagem negativa dos negros e dos mulatos.

Este romance caboverdiano é elaborado dentro do modelo do Romantismo, pois conjuga elementos realistas da sociedade e do momento histórico do arquipélago. A representação da mestiçagem está presente no romance, não só na identidade da protagonista Maria e na de sua família, mas, também, no emprego que se faz entre os escravos do crioulo caboverdiano, que pode ser tomado como idioma mestiço, tomados sempre de uma perspectiva positiva da identidade caboverdiana.

Na comparação com o romance *Bug Jargal*, de Victor Hugo, são perceptíveis algumas semelhanças: além do nome Maria, comum às personagens principais de ambos os romances, há, sobretudo, a positividade da luta pela liberdade dos negros escravos.

O protagonista de *O escravo*, João, menciona, no texto, que havia lido um romance sobre a revolta de São Domingos, o que pode ser considerado um dos indícios de que José Evaristo de Almeida teria tido contato com o texto de Victor Hugo.

Nota-se que, assim como a questão da revolta dos negros do Haiti, antiga São Domingos, era assunto proibido na maioria das colônias onde ainda havia escravos, também *O escravo* demorou para ser publicado em Cabo Verde, o que nos leva a concluir que tanto Victor Hugo como José Evaristo de Almeida trataram corajosamente de uma questão ainda censurada e não resolvida totalmente em seus respectivos contextos.

A questão da mestiçagem é tratada de modo diferente pelos dois au-

tores. Enquanto José Evaristo de Almeida trata com naturalidade e mesmo positiva fortemente o tema, Victor Hugo parece não ter grande simpatia por ele, pois suas personagens mestiças são descritas de modo negativo.

Enfim, conhecendo-se as teorias racistas que dominavam o século XIX, não é difícil imaginar que possam elas ter sido tomadas como referência por muitos escritores da época. Não se pode afirmar, no entanto, se este seria o caso do autor francês.

O diálogo com a obra de Victor Hugo aponta para a visão ampla que se tinha do tema, bem como para os movimentos culturais realizados a partir da Europa, com o objetivo de denunciar os abusos ainda existentes na questão da escravidão. Percebe-se que o texto é construído dentro de uma perspectiva revolucionária, que busca valorizar a posição do escravo e questionar a postura do colonizador.

O texto de José Evaristo de Almeida transita entre a literatura identitária de Cabo Verde e a mundial, visto que tem, como objetivo, forjar a alma de uma região colonial e, ao mesmo tempo, lança amplo olhar sobre as questões contemporâneas das sociedades européias, explicitado na referência à obra de Victor Hugo. Observa-se a magnitude deste texto e a importância histórica que representa, principalmente, para os caboverdianos, quer atuais, quer seus contemporâneos.

Apesar da formação cultural lusitana, que partia de escala de valores eurocêntrica, o autor procurou se imbuir do espírito, cultura e história de Cabo Verde, podendo, por esta razão, ser considerado como um dos fundadores da construção da identidade literária desta colônia. *O Escravo*, com sua mensagem libertária, ao mesmo tempo em que denuncia os dramas da colonização e seu processo desumano de exploração, também aponta para os fundamentos que sustentarão uma futura e genuína nacionalidade caboverdiana.

APÊNDICE: O POETA JOSÉ EVARISTO DE ALMEIDA

Para melhor compreender o romance *O escravo* propriamente dito, vale a pena debruçar-se, mesmo que rapidamente, sobre a única outra obra que se sabe ser de José Evaristo de Almeida, a “Epístola ao Ilm^o. e Exm.^o Francisco de Paula Bastos”, pois ela pode fornecer subsídios para mensurar-se, com maior precisão, os conhecimentos literários do autor.

A *Epístola* é um poema laudatório, escrito em homenagem ao governador de Cabo Verde, que foi publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 106, de 1845. O “autor de ‘*O escravo*’ dedica um poema ao governador Francisco de Paula Bastos” (VEIGA, 1994, p.104), lido durante a festa de despedida daquela autoridade, que encerrava seu governo, cuja duração foi de 1842 a 1845.

Epístola

Ao Ilm^o. e Exm.^o Francisco de Paula Bastos

A ti, Bastos exímio, a ti, que encheste
De inúmeraveis bens um povo inteiro;
A ti, que um governo providente,
Fizeste baquear, cair no inferno
A lisonja servil, a intriga infesta,
A tartarea e cruel venalidade,
O orgulho, o despotismo, e quantas fúrias
A ti, que deste a um povo que te adora
Sabias divinas leis, e todas quantas
Um governo feliz venturas seguem,
Meu grato coração “Adeos envia”

Ah! Que longe de ti, ah que eu não posso
Cahir nos braços teus desfeito em pranto!
E neste mudo fallar, que tanto exprime,
Minha alma entornar, mostrar meu peito,
Grato aos benefícios teus, à tua estima,

Qual foi, qual é, qual hade de ser em quanto
Um atomo d'existencia em mim raiar!!!

Ah! Que longe de ti, ah! Que eu não posso
Minhas lágrimas unir ao pranto amargo
Daquelles que ti hão recebido
Mil ternas provas de um extremo affecto!!
E quem chorar não hade a ausencia tua?...
Qual monstro horrendo, ou que alma insana,
Não hade de contemplar em ti um ente
Copia de um Nume, de um Nume origem,
Que promovendo a paz, calcando a intriga
Fez um povo nadar n'um mar de ditas!...
Não há, não póde havê-los : e no momento
Em que te vir sulcar as vagas leves,
Hade o povo bradar desfeito em pranto:

“Protegei, Ceos, protegei o exímio Bastos,
Bastos immortal, esse que sabe
Ganhar os corações com um só sorriso;
Esse que só tres annos de governo
Nos accumulou de bens, nos deu venturas,
Que nossos peitos deslembrar não pode
Se lhe sobrou brandura, o crime horrendo
Providente jamais deixou impune.
Olhai-o Deoses com benigno aspecto,
D'olhos propicios o contempla, o Fado
E tu Jove, lhe dá venturas tantas
Quantas elle fez gozar a nós seus filhos”

Assim hão debradar, juncando as ruas
De milhões d'aromaticas boninas;
E unindo eu minha voz ás preces suas,
Faço votos aos Ceos para que serenos
Te deixem disfrutar feliz viagem;
Conduzindo-te, por entre um mar de rosa,
Á lyzia, patria d'Heroes, que vio nascer-te.

Ilha da Boavista, 27 d’Abril de 1845.(assignado)
José Evaristo d’Almeida

Para análise, recorremos ao *Tratado de versificação* de Olavo Bilac, que define cinco gêneros poéticos: épico, lírico, dramático, satírico e didático. Este poema não é exatamente do gênero épico, mas, sim, do gênero laudatório, dedicado ao governador Francisco de Paula Bastos.

Entretanto, é possível vinculá-lo mais remotamente ao gênero épico, pela intenção da composição, que apresenta elementos característicos deste gênero. Porém de pequeno porte e extensão.

Isto porque o modelo típico do gênero épico é a epopéia, “narração poética em que se celebram ações heróicas, de caráter legendário ou histórico” (BILAC, 1944, p. 8).

Este gênero, de origem grega, reaparece na Europa a partir do século XIII e vai até o século XVI, período correspondente ao Renascimento, tendo como exemplos poemas como *A Divina Comédia*, de Dante, *Orlando Furioso*, de Ariosto, *Jerusalém Libertada* de Tasso, entre outras.

O modelo pode ser dividido em dois tipos: 1) as naturais-primitivas, espontâneas, que nasceram de lendas e tradições de povos, no período fabuloso ou heróico de sua vida, geralmente anônimas; 2) as artificiais, ou de convenção, devidas à inteligência de um só homem, e assinalando uma fase crítica da história da humanidade.

O poema laudatório encaixa-se neste segundo tipo, pois é entretido com constantes épicas, o que pode colocá-lo dentro de perspectivas próximas ao esboço de épico artificial, de pequena monta. É poema que, em geral, enaltece uma autoridade política, à semelhança da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, do Brasil colonial.

O poema ora analisado, conta com a presença do heróico e do divino, envolvendo, senão a intervenção direta, ao menos a invocação da divindade e, mesmo, de deuses do panteão da antiguidade clássica, chegando a mencionar a pluralidade divina, como na penúltima estrofe:

Olhai-o, Deuses com benigno aspecto...

E tu, Jove, lhe dá venturas tantas...

Veza por outra ocorre, neste gênero poético, deste panteão mesclar-se ao panteão cristão. A virgem, os santos, a cruz e outras relíquias, podem influir ou mesmo atuar no desenrolar do poema. No poema de Evaristo de Almeida, entretanto, isto não fica evidenciado. Ocorre uma invocação aos Céus, que é um apelo à divindade. Mas que pode referir-se ao Céu cristão ou pagão, como no trecho:

Faço votos aos Céus para que serenos

Te deixem desfrutar feliz viagem

Transparecem ainda elementos como a exaltação a uma figura heróica, cuja conduta e importância levam ao mérito da louvação. Embora de maneira não explícita, o poeta confere, ao herói, virtudes cristãs de benignidade, de justo protetor de um povo, ao qual deu "sábias divinas leis e todas quantas/ um governo feliz venturas seguem".

A este herói, o poeta também é "grato aos benefícios teus, à tua estima". Às vezes, o próprio herói, por seus atributos de quase perfeição, pode se aproximar da divindade, chegando, em alguns casos, a equiparar-se a ela. Por exemplo, o trecho abaixo:

Bastos imortal, esse que sabe

Ganhar os corações com um só sorriso

O herói é sempre dotado de poderes superiores às limitações humanas, e é constantemente protegido pela divindade. É um eleito dos deuses, e está acima do mortal comum, para poder desempenhar, com perfeição, a missão divina que lhe impõe o Fado. Os atributos de Bastos são cantados como pertencendo a um governante quase divinizado, com poderes e qualidades fora dos padrões normais da racionalidade:

Qual monstro horrendo ou que alma insana,
Não há de contemplar em ti um ente
Cópia de um Nume, de um Nume origem

Referindo-se a Bastos, o poeta escolhe a palavra Nume, uma deidade, um ser mitológico, gênio ou espírito sobrenatural, potência divina, que protege e ilumina os homens. Neste caso, o povo por ele governado, que chora sua partida para Portugal.

Fala ainda em Nume origem. Seria uma inspiração advinda do poder divino? Ou o começo de tudo? Ou ainda o sentido concreto da divindade? É como se o governador, com seus dons e qualidades, estivesse acima da natureza humana. Pelo menos, é assim que o poeta o invoca e louva: como ser superior e benfazejo, acima dos simples mortais.

Quanto às técnicas de versificação, o poema traz, em seu bojo, vários elementos típicos das composições do período clássico. Há, contudo, variações que o afastam dos cânones estéticos do Classicismo, sobretudo na questão métrica e na organização das estrofes.

O poeta quebra padrões e abusa da licença poética, recurso referente à liberdade concedida a um artista, para que se expresse de maneira criativa, sem obediência rígida a qualquer cânone, código ou modelo convencional de escrita.

No texto em questão, é possível encontrar diversos desvios à mesma norma poética, desde rimas falsas e versos de métrica irregular, às vezes misturando várias formas de expressão literária na mesma composição.

Compondo um poema laudatório ao estilo clássico, o autor preferiu versos brancos, que ampliam ainda mais sua liberdade criativa. São versos que obedecem a regras métricas de acentuação (tonicidade), mantêm o ritmo, mas não apresentam rimas.

Apesar do tom clássico, o poema, cronologicamente, liga-se ao Romantismo, que também vai explorar esse tipo de verso, já que confere, ao poeta, esta abertura, para maior expressão dos sentimentos e da subjetivi-

dade que marca a composição romântica.

Quanto à métrica, o verso decassílabo já era utilizado, na literatura portuguesa, pelos trovadores galego-portugueses. Também perpassa os clássicos e as demais escolas literárias, chegando mesmo aos dias atuais. Dele, se encontra exemplo na quase totalidade dos versos de *Os Lusíadas*, e da obra lírica de Luís de Camões. Vejamos um exemplo de como tudo isto se dá na prática, ou seja, na métrica, na rima e na variação das estrofes.

Nos versos da primeira estrofe, predomina o decassílabo heróico, com a tônica na sexta sílaba poética. Os versos brancos mantêm o ritmo dos versos. A respeito destes, Bilac, que preferia o uso constante da rima, cita o português Antônio de Castilho: "O ouvido (aconselha o mestre), é o melhor guia" (BILAC, 1944, p. 43). É melhor ouvir e decidir se une ou separa vogais, que podem se sobrepor num verso. Assim procedendo, Evaristo deixa de lado a rima, apostando no ritmo dos versos. Revela maestria em seu emprego. Fica evidente que ele tinha domínio da Poética. Contudo, não fazia uso das regras de modo ortodoxo.

O poema de Evaristo ainda apresenta versos de metros compostos, já que todos são superiores a quatro sílabas. São assim chamados, porque podem ser reduzidos, isto é, partidos em dois ou mais de dois. É ainda Bilac quem afirma que: "É de proveito, para quem começa a fazer versos, decompor os metros que se a isto se prestam em metros simples. A prática, que nisso se adquire dá um extraordinário apuro ao ouvido e uma técnica perfeita" (BILAC, 1943, p. 61).

No caso do presente poema, Evaristo pareceu não se incomodar muito com a métrica perfeita e, sim, com a expressão de suas idéias, às vezes, em detrimento do ritmo, já que o poema, apesar de sua proposta em favor do uso dos decassílabos heróicos, apresenta versos entre 8, 9 e 11 sílabas. Vejamos o que se passa estrofe por estrofe.

Primeira estrofe: Em seus onze versos, predomina o decassílabo heróico, com exceção do 9º verso, que é decassílabo sáfico. Os versos brancos mantêm o ritmo dos versos.

Segunda estrofe: primeiro e segundo versos, heróicos, o terceiro tem onze sílabas, o quarto, nove, o quinto é heróico, forçando

:tuaes/ti/ma;se tu/aes/ti/ma, temos onze sílabas, e o sétimo, com onze, também.

Terceira estrofe é bem irregular, em relação à métrica pouco ortodoxa: o primeiro verso é heróico, o segundo tem 11 sílabas, o terceiro pode ter 8 ou 9, dependendo de como fizer a elisão: tihão/ ou ti/hão, o quarto, o sétimo, o nono, o décimo, o décimo segundo e o décimo terceiro, são heróicos, o quinto e o oitavo são sáficos (com a tônica na quarta e oitava sílabas), o sexto é heróico sem fazer a elisão: que/alma e não queal/ma e o décimo primeiro tem onze sílabas.

Quarta estrofe também irregular quanto à métrica: o primeiro e décimo segundo têm onze sílabas, o segundo verso tem nove, o terceiro, quarto, o sétimo e o décimo primeiro são heróicos e o quinto, sexto, nono e décimo, são sáficos.

Quinta estrofe: com exceção do quarto verso de onze sílabas, os demais são heróicos.

Dispensável o comentário sobre as estrofes cujo número de versos é totalmente variado no decorrer do poema. Portanto, não há qualquer esquema definido apresentado.

Pode-se constatar, portanto, que José Evaristo de Almeida tinha o domínio da técnica poética clássica e também romântica, vez que, se por um lado, revela que sabia fazer decassílabos heróicos perfeitamente, por outro, permite-se romper por vezes com tal métrica, para que o poema soe mais autêntico, como se tivesse sido criado por pura inspiração, sem qualquer emenda, tal qual recomendava a estética romântica, ainda que sua proposta de poema laudatório tenha sido concebida no espírito do neoclassicismo.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA JR., Benjamim. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos*. Ateliê editorial, 2003.

_____. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Senac, 2002.

_____. *História, literatura e política*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Margens da cultura – Mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, s/d

ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. in: *Notas de literatura I*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 2003.

_____. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira. (coord.) *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde. (vol. I e II).

ALENCAR, José. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1984.

ALMEIDA. José Evaristo de Almeida. *O escravo*. Lisboa: Editora ALAC, 1989.

AMADO, Jorge. *Dona Flor e seus dois maridos*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 1995.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: *Cadernos de campo*. Revista dos alunos de pós- graduação em antropologia da USP, nº 3, São Paulo, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética. A teoria do romance*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo. Editora Hucitec, 2006.

BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

BASTOS, Elide Rugai. "Casa-grande & senzala". In: *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas, magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BILAC, Olavo. *Tratado de versificação: a poesia no Brasil - a métrica - gêneros literário*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1770-01848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1975.
- _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- _____. (org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Noções de análise histórico-literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.
- _____. (org.) *Silvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Tese e antítese*. São Paulo: CIA. Ed. Nacional, 1964.
- CANIATO, Benilde Justo. Língua e cultura em Cabo Verde. In: *Sobre as naus da iniciação: Estudos Portugueses de Literatura e História*. Carlos Alberto Iannone, Márcia V. Zamboni Gobbi, Renata Soares Junqueira (org.). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- _____. Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos. In: *Via Atlântica nº5*. São Paulo / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata, 1480/1878*. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.
- _____. *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e "Rios da Guiné" (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- _____. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1983.
- _____. *O crioulo de Cabo verde: surto e expansão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- _____. "O Tráfico clandestino de escravos na Guiné e em Cabo Verde no século XIX". in: *Raízes*, nº 5/6, ano 2.
- CARRIJO, Fabrizia Oliveira. *A busca da adequação entre formas literárias e momento histórico: um estudo comparativo entre O guarani de José de Alencar e O escravo de José Evaristo de Almeida*. Tese de mestrado, USP, 2008.
- CARVALHO, Alfredo Leme Coelho. *Foco narrativo e fluxo da consciência*. Questões de teoria literária. São Paulo: Pioneira, 1981.
- CAVACAS, Fernanda & GOMES, Aldonio. *Dicionário das literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, 1999.
- _____. *O passado presente na literatura africana*. In: *Via Atlântica/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*. São Paulo, 2004

- _____. E Macedo, Tânia. (org.) *Literatura em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Arte & Ciência/ Via Atlântica, 2003.
- DUARTE, Dulce Almada. *Bilingüismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. Praia: Spleen edições, 1998.
- _____. Ruptura e afirmação na literatura cabo-verdiana. A poética da Claridade. In: *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- ESTEVÃO, João. "Cabo Verde". In: ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord.). *O império africano (1852-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- FANON, Frantz. "Sobre a cultura nacional". In: *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisséia, 1961.
- FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- FERREIRA, Alberto. *Perspectiva do romantismo português (1833- 1865)*. Lisboa: Moraes Editores, 1979, 2ª edição.
- FERREIRA, Manuel. *A aventura crioula*. Lisboa: Plátano Editora, 1985.
- _____. (org., coord. e dir.) 2.ed. *Claridade - revista de arte e letras*. Lisboa: ALAC - África, Literatura, Arte e Cultura Ltda, 1986.
- _____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, v.I. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- _____. O fulgor e a esperança de uma nova idade. In: *Claridade*. Prefácio, Lisboa: Editora A.L.A.C. LTDA, 1986.
- _____. *Literatura africana de expressão portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FURTADO. *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago de Cabo Verde*. (tese de mestrado)
- GARMES, Hélder. *A convenção formadora: uma contribuição para a história do periodismo literário nas colônias portuguesas*. Tese de doutorado USP, 1999.
- _____. "Identidade mestiça de Goa a Cabo Verde". In: *Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. Rita Chaves e Tânia Macedo (org.). São Paulo: Arte& Ciência, 2003.
- _____. "O pensamento mestiço e uma poética da mestiçagem". In: *Coleção via Atlântica*, n.º 05, São Paulo, 2002, p.182-185.
- GOMES, Simone Caputo. *Uma recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe*. Praia: Gráfica do Mindelo, 1993.
- GONÇALVES, Carlos Filipe. *Kab Verd Band*. Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional, 2006. p.17-27.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- GUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da Terra do Sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.
- HOBBSAWN, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780* (trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- HUGO, Victor. *Bug- Jargal*. Trad. Paulo César da Silva. Editora Assunção Limitada, 1946.
- JAMES, C.L.R.. *Os jacobinos negros: Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos* (trad. Afonso Teixeira Filho). São Paulo: Boitempo, 2000.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- LOPES, Baltazar. *Chiquinho*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *O dialeto crioulo de Cabo Verde*, 2ª Ed., Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, Manuel e outros. *Colóquios caboverdianos*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1959.
- LOPES, Teresa Rita. Lisboa: *Pessoa por conhecer: roteiro para uma explicação*. Editora Estampa, 1990.
- LUCKAS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da Grande Épica*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas nas nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MARIANO, Gabriel. *Cultura caboverdeana – Ensaios*. Lisboa: Editora Veja, 1991.
- MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.
- MONTEIRO, Félix. Páginas esquecidas de Eugênio Tavares. In: *Raízes* nº 17/20 MCMLXXXI, ano 5.
- MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NUNES, Rizzatto. *Manual da Monografia*. São Paulo: Saraiva, 2003, 4ª edição.
- PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE. *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*, PAIGC, 1974, Afrontamento.
- PORTUGAL, Francisco Salinas. "O Escravo: literatura de fundação" in: *CAPE VERDE - Language, Literature & Music*. Univ. of Massachusetts, 2003.
- RAMA, Angel. "Os processos de transculturação na narrativa latino- ameri-

- cana". In: Aguiar F. & VASCONCELOS, Sandra , G. T. (orgs.) *Angel Rama*. São Paulo: Edusp, 2001, p.209, 238.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 1977.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M.. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- ROSSUM-GUYON, Françoise Van. Ponto de vista ou perspectiva narrativa. In: *Categorias da narrativa*. Lisboa: Arcádia, 1976.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo, Perspectiva/ Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.
- SANTOS, Elsa Rodrigues dos. "O escravo, romance do séc. XIX de José Evaristo de Almeida e as primeiras marcas da nacionalidade caboverdiana". Cristóvão, Ferraz e Carvalho (coord.). *Nacionalismos e regionalismos nas literaturas lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997; 433-438.
- _____. *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência caboverdiana*.
- SANTOS, Rubens Pereira dos. "Cabo Verde – uma literatura crioula". In: *Literaturas em movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. Rita Chaves e Tânia Macedo (org.). São Paulo: Arte& Ciência, 2003.
- _____. *Poetas românticos brasileiros*. São Paulo: Scipione, 2003.
- SARAIVA, António José e LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Tipografia Bloco Gráfico, 1978, 10ª edição.
- SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo da miscigenação*. São Paulo: Estudos Avançados nº. 20, v. 8, janeiro/abril, 1994.
- _____. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Roberto. *Discutindo com Alfredo Bosi*. São Paulo: Novos Estudos/CEBRAP, nº 36, jul.1993, p. 9-22.
- _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SOUZA, Roberto Acízelo de Souza. *Teoria da literatura*. São Paulo, Ática, 1987.
- SPÍNOLA, Danny. A ilha de Santiago e a cultura cabo-verdiana. In: *Evocações*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, v.1, p. 37 - 52.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild: Fapesp, 2007.

VEIGA, Manuel da. A construção do bilingüismo. In: *Cultura: Revista semestral*, Ano 1, nº 1, 1997, p. 58 – 65.

_____. A propósito de "O primeiro romance caboverdiano". In: *A Sementeira*. Lisboa: ALAC, 1994. p. 101-116.

_____. A valorização do crioulo no percurso invulgar de Dulce Almada Far-te. IN: *A Semana*, ano VIII, nº 394, 1999, p.18.

_____. Uma leitura plural. In: ALMEIDA, José Evaristo de. *O escravo*. Lisboa: Editora ALAC, 1989.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. USP: Revista de Antropologia, v. 35, 1992 (21-74)

Sites:

http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/CS_UniCur05_TXT_Bandeira_trafesca.htm

<http://www.ics.ul.pt/analisesocial/recensoes/166/cristinanogueira.pdf>

<http://www.estadonacional.usp.br/pesquisa/Textos/RevistadeHistoria.pdf>

<http://simonecaputogome.web11.f3.k8.com.br/textos/artigo%20uff%205%20seminario.pdf>

<http://simonecaputogome.web11.f3.k8.com.br/textos/a%20poesia%20de%20cabo%20verdeL.pdf>